



# ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

## DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

### SEÇÃO II

ANO XX — Nº 26

CAPITAL FEDERAL

SABADO, 20 DE MARÇO DE 1965

## CONGRESSO NACIONAL

### PRESIDÊNCIA

Sessão Conjunta

Em 25 de março de 1965, às 21 horas e 30 minutos

#### ORDEM DO DIA

Vetos presidenciais:

- 1º — Ao Projeto de Lei nº 2.203-B-64 na Câmara e nº 202-64 no Senado, que fixa novos valores para os símbolos dos cargos e funções gratificadas do Quadro do Pessoal da Secretaria e Serviços Auxiliares do Tribunal de Justiça do Distrito Federal, e dá outras providências (veto total);
- 2º — Ao Projeto de Lei nº 2.352-A-64 na Câmara e nº 219-64 no Senado, que fixa novos valores para os símbolos dos cargos do Quadro do Pessoal da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região, e dá outras providências (veto total);
- 3º — Ao Projeto de Lei nº 2.247-A-64 na Câmara e nº 237-64 no Senado, que fixa novos valores para os símbolos dos cargos e das funções gratificadas do Quadro do Pessoal da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região, e dá outras providências (veto total);
- 4º — Ao Projeto de Lei nº 2.267-B-64 na Câmara e nº 199-64 no Senado, que dispõe sobre a unificação de frequência da corrente elétrica no País (veto parcial);
- 5º — Ao Projeto de Lei nº 12-64 (C.N.), que reorganiza o Departamento Federal de Segurança Pública, e dá outras providências (veto parcial);
- 6º — Ao Projeto de Lei nº 24-64 (C.N.), que altera dispositivos da Lei número 4.122, de 27 de agosto de 1962, que constitui a Siderúrgica de Santa Catarina S. A., e dá outras providências (veto parcial).

#### ORIENTAÇÃO PARA A VOTAÇÃO

| Cédula | Veto | Matéria a que se refere    |
|--------|------|----------------------------|
| Nº     | Nº   | 1º Veto                    |
| 1      | 1    | Totalidade do projeto      |
| 2      | 2    | Totalidade do projeto      |
| 3      | 3    | Totalidade do projeto      |
| 4      | 4    | Parágrafo único do art. 2º |
| 5      | 5    | Art. 22 e seu parágrafo    |
| 6      | 5    | Art. 23                    |
| 7      | 6    | Art. 6º                    |

Sessão Conjunta

Em 30 de março de 1965, às 21 horas e 30 minutos

#### ORDEM DO DIA

Veto presidencial (parcial) ao Projeto de Lei nº 15-63 na Câmara e nº 207-64 no Senado, que dispõe sobre a política e as instituições monetárias, bancárias e creditícias, cria o Conselho Monetário Nacional, e dá outras providências.

#### ORIENTAÇÃO PARA A VOTAÇÃO

| Cédula nº | Disposição a que se refere                              |
|-----------|---|
| 1         | Do art. 4º, ns. I e II, as palavras: "e moeda metálica" |

- 2 Do art. 4º, n. IV, as palavras: "e técnicas"
- 3 Do art. 4º, n. V, as palavras: "da política comercial externa e"
- Do art. 59, as palavras: "formulada pelo Conselho Monetário Nacional"
- 4 Do art. 4º, n. XIV, as palavras: "esterilização temporária"
- 5 Alínea "b" do n. XIV do art. 4º (totalidade)
- 6 Do art. 4º, n. XVI, as palavras: "que permanecerão indisponíveis, excetuada a destinação legal"
- 7 Do § 3º do art. 4º, as palavras: "e incineração"
- 8 Do § 2º do art. 6º, as palavras: "debatendo livremente as matérias em exame, mas sem direito de voto"
- 9 Do art. 7º o inciso IV (totalidade)

Sessão Conjunta

Em 31 de março de 1965, às 21 horas e 30 minutos

#### ORDEM DO DIA

Veto presidencial (parcial) ao Projeto de Lei nº 15-63 na Câmara e nº 207-64 no Senado, que dispõe sobre a política e as instituições monetárias, bancárias e creditícias, cria o Conselho Monetário Nacional, e dá outras providências.

#### ORIENTAÇÃO PARA A VOTAÇÃO

| Cédula nº | Disposição a que se refere   |
|-----------|--|
| 1         | Do art. 10, n. I, as palavras: "nos termos dos incisos I, II e III do art. 4º e do art. 49 desta lei"                                  |
| 2         | Do § 1º do art. 10, as palavras: "nesta última caso"   |
| 3         | Do § 2º do art. 10, as palavras: "instalar ou transferir dependências, no território nacional, alterar estatutos, modificar o capital" |
| 4         | Do § 2º do art. 19, as palavras: "de multa"  |
| 5         | Do n. VIII do art. 19, as palavras: "segundo as diretrizes e normas que forem fixadas pelo Conselho Monetário Nacional"                |
| 6         | §§ 3º e 4º do art. 21 (totalidade)   |
| 7         | Parágrafo único do art. 30 (totalidade)  |
| 8         | Do art. 46, as palavras: "as normativas e executivas"  |
| 9         | Do art. 52, § 5º, alínea "b", as palavras: "na Superintendência da Moeda e do Crédito"   |

O Presidente do Senado Federal, a fim de dar melhor ordenação aos trabalhos do Congresso Nacional na apreciação dos vetos presidenciais pendentes de deliberação, resolve alterar as Ordens do Dia anunciadas para as sessões conjuntas a realizarem-se nos dias 25, 30 e 31 de março corrente, 6, 7, 8 e 27 de abril e 28 de maio próximos, passando essas sessões a ter a seguinte destinação:

**DIA 25 DE MARÇO:**

- veto (total) ao Projeto de Lei nº 2.203-B-64 na Câmara e nº 202-64 no Senado, que fixa novos valores para os símbolos dos cargos e funções gratificadas do Quadro do Pessoal de Secretaria e Serviços Auxiliares do Tribunal de Justiça do Distrito Federal, e dá outras providências;
- veto (total) ao Projeto de Lei nº 2.352-A-64 na Câmara e nº 219-64 no Senado, que fixa novos valores para os símbolos dos cargos do Quadro do Pessoal da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região, e dá outras providências;
- veto (total) ao Projeto de Lei nº 2.247-A-64 na Câmara e nº 237-64 no Senado, que fixa novos valores para os símbolos dos cargos e das funções gratificadas do Quadro do Pessoal da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região, e dá outras providências;
- veto (parcial) ao Projeto de Lei nº 2.267-B-64 na Câmara e nº 199-64 no Senado, que dispõe sobre a unificação da frequência da corrente elétrica no País;
- veto (parcial) ao Projeto de Lei nº 12-64 (C.N.), que reorganiza o Departamento Federal de Segurança Pública, e dá outras providências;
- veto (parcial) ao Projeto de Lei nº 24-64 (C.N.), que altera dispositivos da Lei nº 4.122, de 27 de agosto de 1962, que constitui a Siderúrgica de Santa Catarina S.A., e dá outras providências.

**DIAS 30 E 31 DE MARÇO:**

- Veto (parcial) ao Projeto de Lei nº 15-63 na Câmara e nº 207-64 no Senado, que dispõe sobre a política e as instituições monetárias, bancárias e creditícias, cria o Conselho Monetário Nacional, e dá outras providências.

**DIA 6 DE ABRIL:**

- Veto (parcial) ao Projeto de Lei nº 2.351-B-64 na Câmara e nº 248-64 no Senado, que dispõe sobre o imposto que recai sobre as rendas e proventos de qualquer natureza.

**DIAS 7 E 8 DE ABRIL:**

- Veto (parcial) ao Projeto de Lei nº 12-64 (C.N.), que regula a locação de prédios urbanos.

**DIA 27 DE ABRIL:**

- Veto (parcial) ao Projeto de Lei nº 2.350-64 na Câmara e nº 248-64 no Senado, que dispõe sobre o imposto do selo, e dá outras providências;
- veto (total) ao Projeto de Lei nº 2.661-B-61 na Câmara e nº 192-64 no Senado, que federaliza o Instituto Borges da Costa, ex-Instituto de Radim do Estado da Minas Gerais;
- veto (parcial) ao Projeto de Lei nº 2.357-C-64 na Câmara e nº 257-64 no Senado, que institui, no Ministério da Fazenda, o cadastro geral de pessoas jurídicas, cria o Departamento de Arrecadação, e dá outras providências;
- veto (parcial) ao Projeto de Lei nº 2.360-64 na Câmara e nº 271-64 no Senado, que dispõe sobre o Imposto de Consumo e reorganiza a Diretoria de Rendas Internas.

**DIAS 25 E 26 DE MAIO:**

- Veto (parcial) ao Projeto de Lei nº 2.223-D-64 na Câmara e nº 180-64 no Senado, que altera a legislação relativa ao imposto único sobre lubrificantes e combustíveis líquidos e gasosos, e dá outras providências.

Senado Federal, 19 de março de 1965. — *Camillo Nogueira da Gama*, Vice-Presidente, no exercício da Presidência.

**SENADO FEDERAL****ATA DA 12ª SESSÃO, EM 19 DE MARÇO DE 1965****3ª Sessão Legislativa, da 5ª Legislatura****PRESIDÊNCIA DOS SRS. NOGUEIRA DA GAMA E CATIETE PINHEIRO.**

As 14 horas e 30 minutos acham-se presentes os Senhores Senadores:

Adalberto Sena  
Oscar Passos  
Edmundo Levi  
Arthur Virgílio  
Catiète Pinheiro  
Lobão da Silveira  
Joaquim Parente  
Menezes Pimentel  
Dinarte Mariz  
Argemiro de Figueiredo  
Pessoa de Queiroz  
Ermirio de Moraes  
Dylton Costa  
José Leite  
Aloysio de Carvalho  
Eurico Rezende

Faria Tavares  
Nogueira da Gama  
Pedro Ludovico  
Lopes da Costa  
Lopes da Costa  
Bezerra Neto  
Nelson Maculan  
Adolpho Franco  
Atílio Fontana  
Daniel Krieger

**O SR. PRESIDENTE:**

(Nogueira da Gama) — A lista de presença acusa o comparecimento de 24 Srs. Senadores. Havendo número legal, declaro aberta a sessão.

Vai ser lida a ata.

O Sr. 2º Secretário procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem debates.

O Sr. 1º Secretário lê o seguinte:

**EXPEDIENTE****OFÍCIOS**

Do Sr. 1º Secretário da Câmara dos Deputados, encaminhando a revisão do Senado autógrafos dos seguintes projetos:

**EXPEDIENTE**  
**DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL**

DIRETOR-GERAL

ALBERTO DE BRITO PEREIRA

CHEFE DO SERVIÇO DE PUBLICAÇÕES  
MURILO FERREIRA ALVESCHEFE DA SEÇÃO DE REDAÇÃO  
FLORIANO GUIMARÃES**DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL****SEÇÃO II**

Impresso nas oficinas do Departamento de Imprensa Nacional

BRASILIA

**ASSINATURAS****REPARTIÇÕES E PARTICULARES**

| Capital e Interior |           |
|--------------------|-----------|
| Semestre .....     | Cr\$ 50,  |
| Ano .....          | Cr\$ 98,  |
| Exterior           |           |
| Ano .....          | Cr\$ 136, |

**FUNCIÓNARIOS**

| Capital e Interior |           |
|--------------------|-----------|
| Semestre .....     | Cr\$ 30,  |
| Ano .....          | Cr\$ 76,  |
| Exterior           |           |
| Ano .....          | Cr\$ 108, |

— Excetnadas as para o exterior, que serão sempre anuais, as assinaturas poder-se-ão tomar, em qualquer época, por seis meses ou um ano.

— A fim de possibilitar a remessa de valores acompanhados de esolarescimentos quanto à sua aplicação, solicitamos de preferência a remessa por meio de cheque ou vale postal, emitidos a favor do *Tesoureiro* do Departamento de Imprensa Nacional.

— Os suplementos às edições dos órgãos oficiais serão fornecidos aos assinantes somente mediante solicitação.

**Projeto de Decreto Legislativo nº 3, de 1965**

(Nº 186-A, DE 1964, NA ORIGEM)

Mantém o ato do Tribunal de Contas da União que negou registro ao contrato celebrado em 18 de dezembro de 1951, entre o Departamento de Administração do Ministério da Agricultura e a firma S. Manela & Cia. Ltda., para execução de obras na Escola Agrícola "Visconde da Graça", em Pelotas, Estado do Rio Grande do Sul.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É mantido o ato do Tribunal de Contas da União que negou registro ao contrato celebrado, em 18 de dezembro de 1951, entre o Departamento de Administração do Ministério da Agricultura e a firma S. Manela & Cia. Ltda., para execução de obras na Escola Agrícola "Visconde da Graça", em Pelotas, Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

As Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças.

**Projeto de Decreto Legislativo nº 4, de 1965**

(Nº 187-A, DE 1964, NA ORIGEM)

Mantém ato do Tribunal de Contas da União que recusa registro ao contrato celebrado entre o Ministério da Agricultura e o Sr. Ortegá Benevides de Azeredo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica mantido o ato do Tribunal de Contas da União de recusa de registro ao contrato celebrado em 2 de março de 1954, entre o Minis-

terio da Agricultura e o Sr. Ortegá Benevides de Azeredo para, no Instituto de Óleos, desempenhar a função de Professor de Óleos Essenciais e de Alcabôides.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

As Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças.

**PARECERES****Pareceres nº 127 e 128, de 1965**

Nº 127, de 1965

Da Comissão de Economia, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 144, de 1963 (nº 3.272-B-61, na Casa de origem), que concede isenção de direitos aduaneiros, imposto de consumo e taxas aduaneiras, exceto a de providência social, para importação de máquinas para fabricação de filmes virgens e respectivas matérias primas.

Relator: Sr. José Feliciano.

Pelo presente projeto (artigo 1º), é concedida, pelo prazo de 36 meses isenção dos impostos de importação e de consumo, mantida a taxa de despacho aduaneiro, para importação de equipamentos de produção, com os respectivos sobressalentes e ferramentas, destinados às indústrias de fabricação de filmes virgens, para todos os fins, bem como para produção de matérias primas indispensáveis à fabricação de filmes virgens.

A concessão dos favores (que não se aplicam a máquinas, equipamentos e ferramentas com similar nacional registrado) dependerá da aprovação dos projetos industriais pelo grupo Executivo da Indústria Cinematográfica (artigos 2º e 3º).

Somente depois de publicada, no Diário Oficial da União, portaria do

Ministro da Fazenda, discriminando a quantidade, a qualidade, o valor e a procedência dos bens, será concedida isenção (art. 4º).

II — C projeto, de iniciativa do Poder Executivo, foi enviado ao Congresso pelo Senhor Presidente da República, em 2 de agosto de 1961, com a Mensagem nº 337, a qual está acompanhada de Exposição de Motivos do Grupo Executivo da Indústria Cinematográfica do Ministério da Educação e Cultura, justificando a medida.

III — Em parecer preliminar, que emitimos sobre a matéria, fizemos ver, após exaustivo exame do assunto, que, "visto o problema de um ponto de vista que considere exclusivamente os interesses técnicos, culturais e sociais do país, impossível seria não reconhecer até mesmo a urgência da medida em tela".

Entretanto, dada a circunstância acima indicada ou seja, o largo espaço decorrido desde a chegada da Mensagem do Executivo ao Congresso — e tendo em vista, também, a situação econômico-financeira do país, pedimos, no citado parecer, a audiência do Ministério da Fazenda, para conhecer seu ponto de vista atual acerca do assunto.

IV — O Ministério da Fazenda, respondendo à consulta desta Comissão, manifestou-se, pelo Aviso nº G.B. ... 238, favorável à proposição.

V — A matéria está, dessarte, perfeitamente esclarecida, em seus diversos aspectos, cabendo observar, no entanto, que a expressão "exceto a de previdência social", constante da ementa, é inadequada, devendo ser substituída, inclusive para guardar conformidade com o texto (artigo 1º) da proposição.

VI — Ante o exposto, opinamos pela aprovação do projeto, com a seguinte

#### Emenda 1-C.E.

Substitua-se, na ementa, a expressão — "exceto a de previdência social" — por — "exceto a taxa de despacho aduaneiro".

Sala das Comissões, em 24 de novembro de 1964. — José Ernirio, Presidente. — José Feliciano, Relator. — Mem de Sá. — Irineu Bornhausen. — Lopes da Costa. — Atílio Fontana. — Meilo Braga.

Nº 128, de 1965

Da Comissão de Finanças, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 144, de 1963.

Relator: Sr. Lobão da Silveira.

A douta Comissão de Economia, examinando, no mérito, o presente projeto, que concede isenção de direitos aduaneiros, imposto de consumo e taxas aduaneiras, exceto a de previdência social, para importação de maquinaria para fabricação de filmes virgens e respectivas matérias primas, manifestou-se favoravelmente à medida nele proposta, por se apresentar a mesma em correspondência com os interesses culturais e sociais do país.

Por outro lado, o Ministério da Fazenda, consultado a respeito por aquela comissão, definiu-se, também, em favor da isenção pleiteada.

E finalmente, não se pode deixar de reconhecer e salientar a importância, para a nossa economia e para o nosso desenvolvimento cultural, da fabricação, no país, de filmes virgens, pois estes são de grande interesse científico e artístico.

Facilitar, portanto, a importação de equipamentos de produção, com os respectivos sobressalentes e ferramentas, destinados às indústrias de fabricação de filmes virgens, bem como para produção de matérias primas indispensáveis à fabricação desses mate-

rial, é providência que deve merecer a efeito pelos diversos órgãos do Poder Executivo. Todos os males da

Assim entendendo, opinamos pela aprovação do projeto e da Emenda — C.E.

Sala das Comissões, em 17 de março de 1965. — Argemiro de Figueiredo, Presidente. — Lobão da Silveira, Relator. — Farias Tavares. — José Ernirio. — Walfredo Gurgel. — Aurélio Vianna. — Pessoa de Queiroz. — Eugênio Barros.

### Pareceres nºs 129 e 130 de 1965

Nº 129, de 1965

Da Comissão de Legislação Social, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 244, de 1964 (nº 848-B de 1959, na Câmara), que dispõe sobre os prazos de pagamento de benefícios devidos aos segurados ou associados e seus beneficiários pelos Institutos de Previdência Social.

Relator: Senhor Antônio Jucá.

O projeto em exame é de autoria do Ilustre Deputado Temperani Pereira e tem por objetivo "vedar aos Institutos reterem por mais de 60 dias, a contar da data da apresentação da documentação exigida, os benefícios devidos aos seus associados ou segurados".

Manda a proposição que seja pago a metade do benefício ao segurado que necessitar de exames complementares especializados para a confirmação do diagnóstico e que, porventura, demandem prazos superiores a 60 dias, para as aposentadorias por invalidez ou velhice, respectivamente, a 15 e 90 dias, para o auxílio — doença e seguro — morte.

O projeto comina, ainda, com a abertura de processo administrativo, mediante queixa dos prejudicados, a falta de cumprimento dessas duas disposições, e, para ressarcir qualquer dano que venha sofrer o segurado ou associado por desídia do servidor autárquico, obriga o Instituto a pagar os benefícios de acordo com o que foi postulado pelo beneficiário.

Como medida final, estabelece o projeto que essas normas se aplicam, no que couber, aos pecúlios e seguros facultativos ou obrigatórios concedidos pelo IPASE.

A proposição, a nosso ver, a despeito dos inegáveis objetivos disciplinadores que levaram seu Ilustre autor a propô-la, além de estar cívica de falhas de ordem técnica, não atende aos reais interesses administrativos das autarquias de previdência.

Poderá ser (e é) o mais que poderá esperar (dê) um mero paliativo; nunca um remédio para as verdadeiras falhas existentes no sistema de pagamento de benefícios.

Não está, de fato, na fixação de prazos rígidos a solução administrativa para a concessão de benefícios pelas instituições de previdência social, mas tão somente na conveniente organização de sua estrutura burocrática e na boa articulação de seus múltiplos serviços.

E isto é tanto mais verdade quanto sabemos que, não obstante as numerosas distorções que ainda existem nos serviços das autarquias, mesmo depois da reforma previdenciária, não há um só Instituto que leve tanto tempo a pagar seus benefícios quanto o de que trata o projeto, não indo mesmo além de 30 dias o atendimento por parte do Instituto mais moroso dos benefícios a que fazem jus os seus segurados.

Os que lidam diretamente com os serviços autárquicos sabem que as vantagens do sistema previdenciário estão aos poucos desaparecendo, em virtude do acentuado controle levado

em efeito pelos diversos órgãos do Poder Executivo. Todos os males da centralização de serviços vêm, nos últimos anos, se acumulando sobre as instituições de previdência social, não lhes permitindo que realizem a contento suas verdadeiras finalidades.

O projeto em tela, apenas fixando prazos, poderá criar, ao contrário de sua verdadeira intenção, uma pletoira imprevisível de indeferimentos aos respectivos pedidos, "para uma melhor apreciação" em casos de recursos, quando não mais estarão sujeitos ao limite imposto.

Se tal não ocorrer, sem qualquer dúvida, outra alternativa não haverá: a lei não será ou não poderá ser aplicada conforme aliais, já vem acontecendo com a Lei nº 2.130, de 7-12 de 1953, que fixa prazo para o pagamento do auxílio — enfermidade, e que o presente projeto pretende revogar.

Se a lei é, na prática, inaplicável, nenhuma proteção dará ela ao direito que vier a instituir.

Será, apenas, mais um diploma legal, verdadeiramente inócuo, a se juntar a tantos outros já existentes.

A solução única, no entender de quem, como nós, já esteve à testa de importante autarquia, como a do IAPI, está na completa descentralização administrativa dos Institutos de Previdência e na sua melhor execução burocrática.

Cessada a causa, cordentemente, cessará o efeito.

Estas as razões de ordem geral que contraíndicam a aprovação do projeto.

Mas, as suas imperfeições técnicas, por outro lado, também não recomendam o nosso apoio.

Assim, no art. 1º, a proposição refere-se às caixas de Aposentadoria e Pensão, as quais, como se sabe, não mais existem desde a Lei orgânica da Previdência Social.

O mesmo artigo menciona uma aposentadoria "extraordinária", igualmente, inexistente.

A expressão final do art. 2º "até que se regularize a situação" é inteiramente inadequada, já que nada há, no caso, a regularizar-se, mas sim proferir despacho concessivo ou não.

Ademais, o art. 3º determina que a falta apurada constará da ficha funcional do servidor, para "os efeitos disciplinares", quando o que deveria constar, se devesse, é a penalidade aplicada.

O art. 4º, por seu turno, desce a minúcias desaconselháveis, estabelecendo que o Ministro do Trabalho (o projeto fala em Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio ao invés de Ministro do Trabalho e Previdência Social) "designará, inclusive, funcionários do Departamento Nacional da Previdência Social ou das próprias instituições para, junto aos órgãos regionais, somarem por termo e encaminharem as reclamações dos prejudicados".

Por todos estes motivos, esta Comissão é de parecer que o projeto deve ser rejeitado.

Sala das Comissões, em 24 de novembro de 1964. — Vivaldo Lima, Presidente. — Antônio Jucá, Relator. — Walfredo Gurgel. — Atílio Fontana. — Eurico Rezende. — Ruy Carneiro. — Eugênio Barros.

Nº 130, de 1965

Da Comissão de Finanças sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 244, de 1964.

Relator: Sr. Lobão da Silveira.

De autoria do Deputado Temperani Pereira, o presente projeto estabelece prazos para pagamento dos benefícios devidos aos segurados ou associados e seus beneficiários pelos Institutos de Previdência Social, fixando penalidades no caso de não cumprimento do disposto na lei.

2. Justificando a proposição, o Autor afirma que:

"Enquanto as companhias seguradoras particulares liquidam as suas obrigações em prazos rápidos, os Institutos de Previdência, mantidos pelos trabalhadores e empregadores, através de contribuições que o próprio povo paga, indiretamente, funcionam claudicantemente, demorando injustificavelmente o pagamento das pensões, pecúlio e seguros".

3. A matéria já foi objeto de estudos por parte da Comissão de Legislação Social, que opinou pela sua rejeição. baseada no parecer do Ilustre Senador Antônio Jucá, Relator do Projeto, o qual, entre outros motivos, lembrou que:

"Os que lidam diretamente com os serviços autárquicos sabem que vantagens do sistema previdenciário estão aos poucos desaparecendo, em virtude do acentuado controle levado a efeito pelos diversos órgãos do Poder Executivo. Todos os males da centralização de serviços vêm, nos últimos anos, se acumulando sobre as instituições de previdência social, não lhes permitindo que realizem a contento suas verdadeiras finalidades.

O projeto em tela, apenas fixando prazos, poderá criar, ao contrário de sua verdadeira intenção, uma pletoira imprevisível de indeferimentos aos respectivos pedidos, "para uma melhor apreciação" em casos de recursos, quando não mais estarão sujeitos ao limite imposto".

4. Como se vê da leitura do projeto, o seu mérito pertence, exclusivamente, à Comissão de Legislação Social, cujo voto, pela rejeição, acordamos.

E' o parecer.

Sala das Comissões, em 17 de março de 1965. — Argemiro de Figueiredo, Presidente. — Lobão da Silveira, Relator. — Farias Tavares. — José Ernirio de Moraes. — Eugênio Barros. — Aurélio Vianna, pela aprovação do projeto. — Walfredo Gurgel. — Pessoa de Queiroz.

### Parecer nº 131, de 1965

Da Comissão de Finanças sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 244, de 1964, que isenta de imposto sobre energia elétrica a Rêde Elétrica de Figueira de Itajubá, no período que especifica.

Relator: Sr. Farias Tavares.

1. Visa o Projeto de Lei nº 3.325-B, de 1961, da Câmara dos Deputados, a isentar do imposto único sobre energia elétrica a Rêde Elétrica Figueira de Itajubá, do Ministério da Guerra, no período entre 30 de agosto de 1954 a 31 de julho de 1958.

2. O Projeto, de origem do Executivo e acompanhado de exposição de motivos do Sr. Ministro da Guerra, tem por finalidade atender à impossibilidade material do Ministério da Guerra de cumprir norma da Lei nº 2.308, de 30-8-54, que seria Fundo Federal de Eletrificação. Eis o fundamento precípuo da isenção pleiteada:

"III — Ocorre que o recolhimento do referido imposto tornou-se impossível a partir de 1º de agosto de 1958, quando foram instalados e controlados por pessoal habilitado os medidores residenciais de energia elétrica inexistentes, sendo ainda que foram mínimos, nos anos de 1954, 1955 e 1956, os sobressalentes de energia elétrica para atender aos particulares da Fábrica Presidente

Vargas e não ter sido fixada a cota adicional mínima para tal fim".

Em face do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto.

Sala das Comissões, em 17 de março de 1965. — **Argemiro Figueiredo**, Presidente. — **Faria Tavares**, Relator. — **José Ermírio**. — **Aurélio Vianna**. — **Walfredo Gurgel**. — **Eugênio Barros**. — **Lobão da Silveira**. — **Pessoa de Queiroz**.

## Pareceres nºs 132 e 133, de 1965

Nº 132, DE 1965

Da Comissão de Constituição e Justiça, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 105, de 1964 que mantém a decisão denegatória do Tribunal de Contas no registro do contrato celebrado entre Júlio Olívio do Nascimento e o Governo do Território do Rio Branco.

Relator: Sr. Bezerra Neto.

Nos termos e para os fins previstos no art. 77, § 1º da Constituição Federal, o Egrégio Tribunal de Contas da União remeteu ao Congresso Nacional, o processo anexo, em que a Corte de Contas recusou registro ao contrato celebrado entre o Governo do Território do Rio Branco e J. O. Olívio do Nascimento.

A Câmara dos Deputados, examinando a matéria, pronunciou-se favoravelmente à decisão proferida, na forma do Projeto de Decreto nº 105 de 1964 que ora é submetido à apreciação desta Comissão de Constituição e Justiça.

Os motivos da decisão denegatória do registro constam da exposição encaminhada à outra Casa do Congresso pelo eminente Presidente do Tribunal, Dr. Mário de Bittencourt Sammaio.

Esses motivos são suficientes, sem dúvida para um arrimo seguro à julgamento do Tribunal de Contas, certo como é que deixaram de ser cumpridas várias exigências legais previstas no art. 17 alíneas a a d do Decreto-lei nº 5.171, de 7 de janeiro de 1943. É assim que, ao contrato celebrado não foram anexados, os documentos comprovantes da capacidade técnica do contratante J. O. Olívio do Nascimento, que seria o Administrador da "Fazenda Bon. Intento" nem os referentes à quitação com o imposto de renda com o serviço militar, faltando por igual a folha corrida e o testado de conduta do mesmo contratante.

Por outro lado, no que tocara o prazo de vigência do contrato não se observou o disposto no art. 77, item III da Constituição da República.

Por essas e outras irregularidades foi recusado o registro pelo Tribunal de Contas, decisão que é mantida pela Câmara dos Deputados e que deve ser acompanhada pelo Senado Federal.

Isso posto, a Comissão de Constituição e Justiça opina pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 105 de 1964.

Sala das Comissões, em 25 de novembro de 1964. — **Afonso Arinos**, Presidente. — **Bezerra Neto**, Relator. — **Aloysio de Carvalho**. — **Josaphat Marinho**. — **Edmundo Levi**. — **Ruy Carneiro**.

Nº 133, DE 1965

Da Comissão de Finanças sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 105, de 1964.

Relator: Sr. Pessoa de Queiroz.

O Tribunal de Contas, em sessão de 23 de março de 1954 tendo presente cópia do termo do dia 31 de

dezembro de 1953, de contrato celebrado com J. O. Olívio do Nascimento para desempenhar no Território Federal do Rio Branco a função de Administrador da "Fazenda Bon. Intento", recorreu registro ao mesmo pelas seguintes razões:

a) as despesas correriam à conta de exercício já encerrado e, se o fossem à conta do vigente exercício, o empenho teria sido traído antes do registro das tabelas orçamentárias;

b) em relação ao prazo de vigência, não foi observado o disposto no artigo 77 item III § 1º da Constituição Federal;

c) não foram apresentados os documentos exigidos pelo artigo 17, alíneas a a d do Decreto-lei nº 5.171 de 7.1.43.

II — Cientificado dessa decisão o Governo do Território Federal do Rio Branco dela não recorreu, no prazo legal, havendo o Tribunal, em consequência, encaminhado o processo ao Congresso Nacional, nos termos do § 1º do art. 77, da Constituição Federal.

III — A Câmara dos Deputados, de acordo com o parecer de sua Comissão de Fiscalização Financeira e Tomada de Contas, manteve a decisão denegatória na forma do projeto ora submetido à nossa apreciação.

IV — Vindo ao Senado foi a proposição examinada pela Comissão de Constituição e Justiça, que do ponto de vista constitucional e jurídico nada encontrou que a invalidasse.

V — Da análise das peças que compõem o processo, verificamos que os motivos que levaram o Tribunal de Contas a negar registro ao contrato são irremovíveis.

Assim entendendo, opinamos pela aprovação do presente Projeto que mantém a decisão denegatória daquela Corte.

Sala das Comissões, em 17 de março de 1965. — **Argemiro Figueiredo**, Presidente. — **Pessoa de Queiroz**, Relator. — **Faria Tavares**. — **José Ermírio**. — **Lobão da Silveira**. — **Eugênio Barros**. — **Walfredo Gurgel**. — **Aurélio Vianna**.

## Pareceres nºs 134 e 135, de 1965

Nº 134, de 1965

Da Comissão de Constituição e Justiça, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 110, de 1964 (nº 48-A-63 — na Câmara), que mantém ato do Tribunal de Contas da União denegatório ao termo aditivo do contrato celebrado entre o Serviço de Estatística da Previdência do Trabalho e a Cia. Paulista de Papéis e Artes Gráficas S. A., para fornecimento de materiais de consumo destinados aos trabalhos do Abono Familiar.

Relator: Sr. Eurico Rezende

Em sessão de 27 de dezembro de 1951, o Tribunal de Contas da União, apreciando o termo de contrato celebrado entre o Serviço de Estatística da Previdência do Trabalho e a Cia. Paulista de Papéis e Artes Gráficas S. A., decidiu negar-lhe registro em virtude do não cumprimento da diligência ordenada por aquele Tribunal de Contas, no sentido de que:

a) mediante termo aditivo, fossem retificadas as cláusulas:

1. primeira, quanto à quantidade, que deveria ser de 644.000 folhas;

2. oitava e décima, quanto ao valor do contrato, que é de Cr\$ 236.384,00;

3. oitava, para que dela constasse o número do novo empenho da despesa, devendo ser anulado o de número 4, de 11 de setembro de 1951;

b) fossem apresentadas as seguintes provas:

1. da personalidade jurídica da contratante;

2. da competência legal do signatário de termo para assinar-lo, devendo, caso se tratasse de procurador, fosse apresentado o instrumento do mandato;

3. certidão de quitação com o serviço militar do mesmo signatário;

4. certidão de quitação com o imposto de renda e do cumprimento da Lei dos dois terços, por parte do contratante.

Da decisão prolatada foi dar conhecimento aos interessados, tendo, porém, decorrido o prazo do art. 57, da Lei nº 730, de 1949, sem que os mesmos interpussem qualquer recurso.

Os argumentos em que se fundamentou o Tribunal de Contas são de molde a garantir o decisório proferido.

Isto considerado, adotadas que foram as cautelas impostas por lei, e nada havendo, no âmbito de nossas atribuições que possa obstaculizar a normal tramitação do Projeto, opinamos pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 26 de novembro de 1964. — **Afonso Arinos**, Presidente. — **Eurico Rezende**, Relator. — **Aloysio de Carvalho**. — **Josaphat Marinho**. — **Edmundo Levi**. — **Bezerra Neto**.

Nº 135, de 1965

Da Comissão de Finanças sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 110, de 1964.

Relator: Sr. Pessoa de Queiroz

O presente Projeto de Decreto Legislativo, originário da Câmara dos Deputados, onde transitou com as cautelas regimentais e constitucionais atinentes à espécie, mereceu, já nesta Casa, a aprovação da Comissão de Constituição e Justiça, que considerou os argumentos em que se fundamentou o Tribunal de Contas justificativa bastante para ratificar o decisório prolatado.

É de assinalar-se que o ato denegatório somente se faz efetivo em face do não cumprimento das diligências determinadas pelo Tribunal de Contas, o que visavam a suprir deficiências do documento enviado para registro.

Assim sendo, no que nos compete opinar e decidir, somos pela aprovação do Projeto.

Sala das Comissões, em 17 de março de 1965. — **Argemiro Figueiredo**, Presidente. — **Pessoa de Queiroz**, Relator. — **Faria Tavares**. — **José Ermírio**. — **Lobão da Silveira**. — **Walfredo Gurgel**. — **Aurélio Vianna**. — **Eugênio Barros**.

## Pareceres nºs 136 e 137, de 1965

Nº 136, de 1965

Da Comissão de Constituição e Justiça sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 116, de 1964 (Projeto de Decreto Legislativo nº 69-A-61 Câmara) que mantém o ato do Tribunal de Contas que denegou registro na Rua General Pedra 47, em Nova Friburgo, celebrado em 19 de agosto de 1953 entre o Ministério da Fazenda e o Sr. Jair Soares Ribeiro, para instalação da Inspetoria do Imposto de Renda.

Relator Sr. Bezerra Neto

O Tribunal de Contas da União, Sessão de 30 de dezembro de 1953, recusou registro ao termo de contrato de locação de uma sala térrea do prédio nº 47, da rua General Pedra, em Nova Friburgo, Estado do Rio de

Janeiro, entre o Ministério da Fazenda e o Sr. Jair Soares Ribeiro, proprietário do imóvel, para instalação da Inspetoria do Imposto de Renda, isto por falta de cumprimento de diligência ordenada a 9 de outubro daquele ano. Não houve pedido de reconsideração, facultado pela lei nº 730, de 1949.

A Câmara dos Deputados, acatou a decisão do Tribunal de Contas, elaborando o presente Projeto de Decreto Legislativo, por cuja aprovação é o parecer desta Comissão de Constituição e Justiça.

Sala das Sessões, 25 de novembro de 1964. — **Afonso Arinos**, Presidente. — **Bezerra Neto**, Relator. — **Aloysio de Carvalho**. — **Josaphat Marinho**. — **Edmundo Levi**. — **Ruy Carneiro**.

Nº 137, DE 1965

Da Comissão de Finanças, ao Projeto de Decreto Legislativo nº 116, de 1964.

Relator Sr. Pessoa de Queiroz

O Projeto de Decreto Legislativo nº 116, de 1964, oriundo da Câmara dos Deputados, consubstancia decisão do Egrégio Tribunal de Contas, denegatório de registro a termo de contrato de locação de imóvel, celebrado entre o Ministério da Fazenda e o Sr. Jair Soares Ribeiro.

Deflue o do exame do processado haver a Inspetoria do Imposto de Renda, em Nova Friburgo, contratada aluguel de salas pertencentes ao Sr. Jair Soares Ribeiro, em 19 de agosto de 1953, para ali instalar seus serviços. Submetido ao crivo da Excelso Corte de Contas, o termo de contrato respectivo teve seu registro denegado sob o fundamento de não havermos os interessados dado cumprimento à diligência, por ela determinada, no sentido de que fosse a matéria submetida à apreciação do Sr. Ministro da Fazenda.

Ressalta do exposto que milita em prol do Projeto de Decreto Legislativo em foco, além dos jurídicos fundamentos da colenda decisão supra, o fato de estarem superados pelo tempo os objetivos do ajuste, como bem acentuou na Câmara, o Deputado Guilhermino de Oliveira.

Assim a Comissão opina por sua aprovação.

Sala das Comissões, em 17 de março de 1965. — **Argemiro Figueiredo**, Presidente. — **Vensy de Queiroz**, Relator. — **Lobão da Silveira**. — **Walfredo Gurgel**. — **Aurélio Vianna**. — **José Ermírio**. — **Faria Tavares**.

## Pareceres nºs 138 e 139, de 1965

Nº 138, de 1965

Da Comissão de Constituição e Justiça sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 128, de 1964 (número 43-A-63 na Câmara) que mantém decisão denegatória ao termo aditivo do contrato celebrado com o Sr. Jair Fabrício de Moraes para desempenhar a função de piloto aviador no Serviço em Estudos do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas.

Relator: Sr. Ruy Carneiro.

O projeto de Decreto Legislativo número 128-67 mantém decisão denegatória a registro de termo aditivo de contrato celebrado entre o Sr. Jair Fabrício de Moraes e o Ministério da Viação.

Do processado remetido ao Congresso, nos termos do artigo 77, parágrafo 1º da Lei Magna, defluiu haver o Ministério da Viação contratado o referido profissional para pilotar aeronave utilizada nos trabalhos aerofotogramétricos, do Serviço de Estudos.

do D.N.O.C.S., devendo tal contrato expirar em 10 de julho de 1964.

Com o objetivo precípuo de estender ao piloto aviador contratado os benefícios da Lei nº 1.768-52, que institui o plano de emergência, o referido contrato foi apreciado pelo Conselho Tribunal de Contas, teve seu registro negado por versar aditivo a contrato já extinto.

Esta Comissão, louvando-se no decurso da análise da Corte e nada tendo a ser dito do ponto de vista jurídico, opinou pelo registro do projeto em tela, opinando favoravelmente ao mesmo.

E o parecer.

São as Comissões em 1º de novembro de 1964. — Afonso Arinos, Presidente — Ary Carmo, Relator — Álvaro de Carvalho — Edmundo Levy — Menezes Pimentel — Jefferson de Aguiar.

Nº 129, de 1965

Da Comissão de Finanças ao Senado do Decreto Legislativo nº 129, de 1964.

Relator Sr. Pessoa de Queiroz

O projeto do Decreto Legislativo nº 129, de 1964, ora submetido a esta Comissão consubstancia a decisão do Tribunal de Contas, denotando ao registro do termo aditivo a contrato celebrado entre o Sr. Jaime Pabrich de Morais e o Ministério da Viação e Obras Públicas.

Do crime do processado remetido ao Senado para os fins do artigo 77 parágrafo 1º da Constituição, resultar deve a Secretaria da Fazenda, o contrato do aviador Jaime Pabrich de Morais para pilotar aeronave do Serviço de Estados, do D.N.O.C.S. devendo dito contrato terminar em 10 de julho de 1964.

Vicente, o D.N.O.C.S. estender ao piloto os benefícios da Lei 1.768-52 que instituiu o plano de emergência, celebrando com o referido piloto o termo aditivo.

A Comissão de Contas, apreciando o contrato, houve por bem negar o benefício ao registro solicitado por versar a matéria aditivo a contrato já extinto.

A Comissão, julgando que o projeto do Decreto Legislativo em tela não merece registro, opinou pelo registro do projeto em tela, opinando favoravelmente ao mesmo.

São as Comissões em 17 de março de 1965. — Argemiro Figueiredo, Presidente — Pessoa de Queiroz, Relator — José Ermirio — Lobão da Silveira — Eugênio Barros — Walfredo Guevel — Antônio Vianna — Faria Tavares.

Parágrafos nºs 140 e 141, de 1965

Nº 140, DE 1965

Da Comissão de Constituição e Justiça ao Senado do Projeto de Decreto Legislativo nº 140, de 1965. — Câmara que, tendo em vista a decisão denegatória do Conselho Tribunal de Contas, opinou pelo registro do contrato celebrado entre o Sr. Jaime Pabrich de Morais e o Ministério da Viação e Obras Públicas.

Relator Sr. Senador Bezerra Neto.

1. Não o fundamento de haver sido violado o prazo legal, o Tribunal de Contas da União, em sessão de 27 de julho de 1964, em seu relatório ao contrato celebrado entre o Sr. Jaime Pabrich de Morais e o Ministério da Viação e Obras Públicas, opinou pelo registro do contrato celebrado entre o Sr. Jaime Pabrich de Morais e o Ministério da Viação e Obras Públicas, opinando favoravelmente ao mesmo.

2. A decisão denegatória foi transmitida ao Ministério da Agricultura, em 30 de julho daquele ano, não sendo interposto nenhum recurso. A Câmara dos Deputados, ante o recurso "ex officio" do Tribunal, confirmou com o presente projeto de decreto legislativo a decisão denegatória.

A Comissão de Constituição e Justiça opinou favoravelmente à aprovação desta matéria.

São as Comissões em 15 de fevereiro de 1965. Afonso Arinos, Presidente. Bezerra Neto, Relator. Wilson Gonçalves, Aloísio de Carvalho, Josephat Martins, Edmundo Levy, Ruy Carneiro.

Nº 141, de 1965

Da Comissão de Finanças ao Senado do Projeto de Decreto Legislativo nº 141, de 1965.

Relator: Senador Jara Tavares

1. O Projeto do Decreto Legislativo nº 141-A-64, da Câmara dos Deputados, mantendo a decisão denegatória do Tribunal de Contas da União ao pedido de registro do contrato celebrado entre o Sr. Jaime Pabrich de Morais e o Ministério da Agricultura e Ana Maria de Azevedo Coutinho, para locação de imóvel, na cidade de Barbacena, Minas Gerais.

2. A decisão do Tribunal de Contas da União, se funda no fundamento de que a publicação do contrato se deu fora do prazo legal.

3. A Comissão de Justiça emitia parecer favorável à aprovação da matéria.

São as Comissões em 17 de março de 1965. Argemiro Figueiredo, Presidente, Faria Tavares, Relator, José Ermirio, Lobão da Silveira, Eugênio Barros, Walfredo Guevel, Antônio Vianna. — Pessoa de Queiroz.

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira de Camargo) Está finda a leitura do expediente.

Sobre a mesa requerimento de informações que vai ser lido.

E lido o seguinte

Requerimento nº 62, de 1965

Senhor Presidente:

Conforme o Regulamento Interno do Senado da República, solicito a V. Exª se digne pedir ao Presidente do Instituto Nacional do Pinho as seguintes informações:

1 — Se existe modificação no critério de distribuição das cotas para exportação de madeira;

2 — Em caso positivo, qual o critério para distribuição das referidas cotas.

São as Comissões em 19 de março de 1965. — Raul Góes.

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira de Camargo) O requerimento lido será publicado, e, em seguida, despatchado pela Presidência.

Comunicação ao Senado que a fim de dar melhor ordenação aos trabalhos do Congresso Nacional na apreciação dos vetos presidenciais pendentes de deliberação, resolve alterar as Ordens do Dia anunciadas para as sessões conjuntas a partir de hoje, nos dias 25, 30 e 31 de março corrente, 6, 7, 8 e 27 de abril, 22 e 23 de maio próximos, passando a ser servida a seguinte ordem:

DIA 25 DE MARÇO

— Veto (total) ao Projeto de Lei nº 2.205-B-64 na Câmara e nº 203-64 no Senado, que fixa novos valores para os símbolos dos cargos e fun-

ções gratificadas do Quadro de Pessoal de Secretaria e Serviços Auxiliares do Tribunal de Justiça do Distrito Federal, e de outras providências;

— Veto (total) ao Projeto de Lei nº 2.352-A-61 na Câmara e nº 219-64 no Senado, que fixa novos valores para os símbolos dos cargos do Quadro do Pessoal da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região, e de outras providências;

— Veto (total) ao Projeto de Lei nº 2.217-A-61 na Câmara e nº 237-64 no Senado, que fixa novos valores para os símbolos dos cargos e das funções gratificadas do Quadro do Pessoal da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região, e de outras providências;

— Veto (parcial) ao Projeto de Lei nº 2.267-B-64 na Câmara e nº 193-64 no Senado, que dispõe sobre a unificação de frequência da corrente elétrica no País;

— Veto (parcial) ao Projeto de Lei nº 13-64 (C.N.), que reorganiza o Departamento Federal de Segurança Pública, e de outras providências;

— Veto (parcial) ao Projeto de Lei nº 24-64 (C.N.), que altera dispositivos da Lei nº 4.122, de 27 de agosto de 1963, que constitui a Siderúrgica de Santa Catarina S. A., e de outras providências.

DIAS 30 E 31 DE MARÇO

— Veto (parcial) ao Projeto de Lei nº 15-63 na Câmara e nº 267-64 no Senado, que dispõe sobre a política e as instituições monetárias, bancárias e creditícias, cria o Conselho Monetário Nacional, e de outras providências.

DIA 6 DE ABRIL

— Veto (parcial) ao Projeto de Lei nº 2.351-B-64 na Câmara e nº 240-64 no Senado, que dispõe sobre o imposto que recai sobre as rendas e proventos de qualquer natureza.

DIAS 7 E 8 DE ABRIL

— Veto (parcial) ao Projeto de Lei nº 13-64 (C.N.), que regula a locação de prédios urbanos.

DIA 27 DE ABRIL

— Veto (parcial) ao Projeto de Lei nº 2.359-64 na Câmara e nº 212-64 no Senado, que dispõe sobre o Imposto do selo, e de outras providências;

— Veto (total) ao Projeto de Lei nº 2.661-B-61 na Câmara e nº 192-64 no Senado, que federaliza o Instituto Borges da Costa, em Instituto de Radiação do Estado de Minas Gerais.

— Veto (parcial) ao Projeto de Lei nº 2.337-C-61 na Câmara e nº 257-64 no Senado, que institui, no Ministério da Fazenda, o cadastro geral de pessoas jurídicas, cria o Departamento de Arrecadação, e de outras providências;

— Veto (parcial) ao Projeto de Lei nº 2.369-64 na Câmara e nº 271-64 no Senado, que dispõe sobre o Imposto de Consumo e reconhece a Distinção de Rendas Internas.

DIAS 25 E 31 DE MAIO

— Veto (parcial) ao Projeto de Lei nº 2.223-D-64 na Câmara e nº 183-64 no Senado, que altera a legislação relativa ao imposto sobre livros, jornais e combustíveis líquidos e gases, e de outras providências.

Continua a hora do expediente.

Item e pauta da sessão Senador Nelson Maculan, presidente da Comissão.

O SR. NELSON MACULAN:

(Lido o seguinte despacho) — Senhor Presidente, Senhores Senhores.

Como esta tribuna para comunicar ao Senado Pedido que o Juiz da 22ª Vara Criminal decretou o bloqueio e sequestro de meus bens.

As medidas tomadas pelo magistrado são decorrentes da denúncia que foi apresentada pela Procuradoria-Geral da Justiça do Estado da Guanabara, denúncia esta vazada em termos ofensivos e divulgada através da imprensa, falada, escrita e televisada, por todo o país.

A denúncia, Sr. Presidente e Senhores Senhores, dependendo de um estudo mais profundo, parece deixar-se, não nas conclusões dos trabalhos da C.P.I., publicadas no Diário do Congresso Nacional, de 14 de maio de 1964, na pág. nº 3.071, Projeto de Resolução nº 43-64 e sim em conclusões que o relator, Deputado Herbert Levy, distribuiu antes de sua discussão e aprovação à imprensa.

Em linguagem violenta e insultuosa, a denúncia apresentada teve por objetivo procurar envenenar a honra e o passado dos ex-diretores do Instituto Brasileiro do Café, apresentando-os como um bando mancomunado para lesar a Nação.

Quando Presidente do I.B.C., presidente da C.P.I., da qual era relator o Sr. Herbert Levy, todos os fatos e fatos que o mesmo descreveu ai dependências do Instituto foram verificados para sua sinceridade e as decisões dos peritos nas contas da intervenção, foram pagas com verba do Instituto Brasileiro do Café.

As facilidades que a comissão encontrou no I.B.C. desde os primeiros dias de sua instalação, foram confirmadas pelo próprio relator, como se vê a p.g. nº 3.012 do Diário do Congresso Nacional, de 14 de maio de 1964.

Os Senhores Presidente e Senhores Senhores, os termos da denúncia, apertada, ofensiva e insultuosa, mostram fazer crer que os diretores se continuaram para, proporcionalmente, ocasionar aos cofres da União o prejuízo.

A denúncia, como ponto de partida, refere-se a operação de intervenção nas compras de café, ocorrida em 1960 pelo então titular do Ministério da Fazenda e divulgada publicamente em todo o país.

A intervenção, feita naquela época, tinha por escopo defender o preço de mercado ao produtor e foi atribuída a uma firma em nosso país.

Para, de fato, o comunicado do I.B.C., de data de 27-8-63, iniciamos o levantamento dos remanescentes de café, ainda em poder de várias firmas, e inventariamos e naquele mesmo dia, destacamos três funcionários, sendo um deles vacante em Direito, para acompanhar todo o café.

Assim, foi a providência tomada na mesma administração e os trabalhos foram realizados em perfeita ordem, restando ao I.B.C. os escopos nos arquivos de terceiros, através dos quais, apoiados pelos representantes do I.B.C., representantes da firma inventariadora e representantes das companhias de seguros, recebendo, no momento da assinatura de ata, os "parques" relativos ao café transferido ao I.B.C.

Assim, Senhor Presidente e Senhores Senhores, o Instituto recebeu as cotas da intervenção, iniciada em 1960, ficando na dependência de decisão o bloqueio da COMAL, cujo bloqueio fôra, mais precisamente, na instalação do I.B.C. até o dia 10 de abril de 1964.

Os vários itens da denúncia, tendo o procurador da justiça da Guanabara imputado aos Senhores Senhores, apresentando-me perante a tribuna pública como tendo facilitado e sequestrado, quando a intervenção foi feita.

Assim, através do ofício em 10 de maio de 1964, à Comissão de Contas, apresentando-me perante a tribuna pública como tendo facilitado e sequestrado, quando a intervenção foi feita, apresentando-me perante a tribuna pública como tendo facilitado e sequestrado, quando a intervenção foi feita.

verdade não se deu, e que o denunciante deve ter exarado das conclusões do relatório do Deputado Herbert Levy, distribuídas à imprensa, conclusões essas que não estão inseridas no Projeto de Resolução da Câmara dos Deputados, de nº 46-64 e aprovado pelo seu plenário.

Num dos itens da denúncia o procurador fixa o problema das refrações de câmbio, impedidas pela ata de 13 de agosto de 1963 e ao mesmo tempo menciona uma refração no valor de US\$ 5.645.650,30 e que seria objeto de outra denúncia.

Da maneira com que é apresentada a denúncia, aos menos avisados dá a impressão de que autorizei a refração.

Durante a minha gestão nunca autorizei nenhuma refração e quanto às refrações que o I.B.C. tenha autorizado anteriormente, todas elas devem ter obedecido a um processo, conhecido ou não a refração.

O Sr. Adolpho Franco — Permite V. Exª um aparte?

O SR. NELSON MACULAN — Com grande prazer.

O Sr. Adolpho Franco — Nobre Senador Nelson Maculan, integrante, nesta Casa, da representação do Paraná, sinto-me no dever e na obrigação de trazer meu testemunho sobre sua vida política em nosso Estado. Adversários políticos, militando em campos opostos, às vezes até em lutas acirradas, sempre vimos no Senador Nelson Maculan um nobre companheiro, um homem correto, um homem de vida limpa, que, com seu esforço e trabalho, construiu sua vida, chegando à posição de hoje. Não quero entrar no exame dos fatos da denúncia, tão bem exposta por Vossa Excelência, na sua defesa. Quero, apenas, afirmar a esta Casa que, quando denunciei aqui os erros e os desmandos da política cafeeira, com a intervenção na safra de 61-62, no Porto de Paranaguá, executada, então pela celebríssima COMAL, V. Exª, assumindo a direção do I.B.C., nos primeiros dias, foi o homem que exigiu dessa companhia a sua prestação de contas. Foi o homem que tomou, dessa companhia, o estoque de seis milhões de sacas de café que ela vinha manobrando e manipulando, a seu bel-prazer e no seu próprio interesse. Quero declarar, neste plenário, que todo o Paraná vê em V. Exª um homem que prestou relevantes serviços à nossa lavoura cafeeira, aos negócios do café do Brasil e do Paraná, e que a sua conduta pessoal e política em nosso Estado o fazer merecedor da nossa estima e da nossa amizade.

O SR. NELSON MACULAN — Agradeço o aparte do meu nobre companheiro de representação do Paraná, Senador Adolpho Franco. O que me conforta, Sr. Senador Adolpho Franco, é que, como V. Exª bem diz, somos apenas adversários políticos, mas sempre soubemos respeitar-nos. Neste momento difícil da jornada, que é minha vida, recebendo o aparte de V. Exª nos termos em que o faz, sinto-me mais encorajado e fortalecido para levar a luta até o fim, até provar, como disse no meu discurso anterior, perante a Nação, perante os meus amigos e perante a minha família, que agi com absoluta lisura em defesa dos interesses do meu País. Agradeço a V. Exª o aparte, que muito me conforta.

O Sr. Arthur Virgílio — Permite V. Exª um aparte?

O SR. NELSON MACULAN — Com grande prazer.

O Sr. Arthur Virgílio — Neste aparte, desejo prestar um depoimento perante o Senado. Infelizmente, não sei completo, como hei de fazê-lo assim que tiver a documentação que há um ano recolhi, por solicitação do ex-Pre-

sidente João Goulart, a respeito das transações da COMAL com o Instituto Brasileiro do Café, em defesa do interesse nacional. Desde já, porém, desejo dizer ao Senado que, na qualidade de Líder do Partido Trabalhista Brasileiro, ia fazer um pronunciamento, nesta Casa, em conjunto com o Deputado Doutor de Andrade, que ialaria na Câmara dos Deputados, a fim de explicar a exata posição do Governo diante dessas transações. Para isto, colhi, no Ministério da Fazenda, todos os elementos de prova a respeito do assunto. E posso afirmar ao Senado, posso declarar perante a Nação que V. Exª não praticou um só ato capaz, já não digo de ser considerado de desonesto, mas, pelo menos, de ser levado à conta de ligeiramente lesivo aos interesses nacionais. V. Exª está completamente isento e virei afirmar isto, desta tribuna, dentro em breve, com base em documentos e dados irrefutáveis. Soube V. Exª conduzir-se com honra, com firmeza, com determinação, defendendo o interesse nacional. Naquela oportunidade, quando o Ministro Carvalho Pinto enviou um ofício ao Presidente da República, sobre a transação da COMAL com o I.B.C., ofício que recebera despacho, de próprio punho, e enérgico, do Senhor João Goulart, V. Exª não saiu, em nenhum instante, da linha determinada no despacho presidencial e preconizada no ofício do então Titular da Fazenda. E o depoimento que desejo prestar, primeiro depoimento, porque voltarei ao assunto assim enquanto essa documentação que, há um ano, recolhi e que, por motivos de mudança e outros, até agora não consegui reaver.

Quero, porém, desde já, prestar este depoimento, como homenagem a V. Exª, a quem considero apenas vítima da infâmia e da calúnia.

O SR. NELSON MACULAN — Nobre Senador Arthur Virgílio, agradeço o aparte de V. Exª.

No decorrer de meu discurso apresentarei os documentos para que a Comissão de Constituição e Justiça do Senado possa apreciar o pedido de licença, a fim de que eu seja processado. Através deles, explicarei, de uma vez por todas, como foi efetivamente processada a operação de um milhão e duzentos mil sacas de café. Possivelmente, também, enviarei junto a essa documentação, um relatório pormenorizado sobre todas as fases dessa operação.

(Retornando à leitura) — Senhor Presidente, senhores Senadores, o Juiz da 22ª Vara Criminal decretou o bloqueio das minhas contas nos Bancos, como também o sequestro de meus bens.

Para mim, também af, ses caracteriza um ato de violência.

Segundo a Lei nº 3.240, em seu artigo 3º, "para a decretação do sequestro é necessário que haja indícios veementes da responsabilidade.

Senhor Presidente, senhores Senadores, como já fiz por ocasião de minha posse no IBC, neste momento, envio a essa Presidência uma relação dos meus bens, acompanhada de certidões que comprovarão a época em que os adquiri.

Antecipo-me para, perante o Senado Federal e a Nação, demonstrar, com documentação autêntica, que o que possui é fruto do esforço e do meu trabalho, como também afirmo, sem receio a contestações, que desde a minha entrada na vida política, não pude nem conservar o meu patrimônio.

Ofereço, ainda, ao Senado Federal, como também à Justiça do Estado da Guanabara, qualquer documento que se tornar necessário para uma investigação, não só em nosso País, como em qualquer parte do mundo.

O Sr. Argemiro de Figueiredo — Permite V. Exª um aparte?

O SR. NELSON MACULAN — Pois não.

O Sr. Argemiro de Figueiredo — Estamos todos sentindo a emoção com que V. Exª, perante o Senado, faz sua defesa. Não é demais apartear-lo, justamente no trecho em que V. Exª declara que há um mandado de sequestro de seus bens particulares, com a preocupação de demonstrar que tais bens têm origem lícita. Há poucos dias, em aparte a V. Exª, tive oportunidade de declarar que confiava na ação da justiça deste País. Entretanto, esta confiança precisaria ser bem nutrida em fatos evidentes, demonstradores da intenção dos magistrados brasileiros da Guanabara em restabelecer a verdade, apurar os fatos e aplicar a lei ao caso corrente. Mas V. Exª nos dá a notícia de que os seus bens foram sequestrados. Não sou especialista em matéria de Direito Constitucional. Entendo, porém, que V. Exª está sendo vítima, por parte da Justiça da Guanabara, da primeira grave violência. V. Exª é Senador da República, recebeu do povo o seu mandato. O mandato de Senador que o povo lhe outorgou está acobertado pelo que chamamos de "imunidades parlamentares". Sabe, pois, V. Exª, que não pertencem elas a V. Exª. Pertencem ao Poder Legislativo, pertencem ao Senado Federal, pertencem à soberania da Nação. Assim, antes de processo regular, antes do pronunciamento do Senado, concedendo a licença para que V. Exª seja processado, de forma regular e normal, de forma comum, V. Exª não poderia ser atingido; em qualquer dos seus bens, por essa medida de sequestro ordenada pelo Juiz da Guanabara. As imunidades parlamentares não constituem só uma defesa do direito de falar, do direito de expor o seu pensamento e de assegurar a ação na vida, no exercício rigorosamente parlamentar: abrangem o todo.

De nada valeria, se o Deputado ou o Senador, acobertado pela imunidade parlamentar, tivesse apenas o direito de falar e não tivesse a garantia comum de ver assegurada sua propriedade. Seria imunidade fictícia e de nada valeria. Portanto, V. Exª não deveria, a meu ver, ser atingido por medida, bem reveladora — repito, — da violência com que se inicia o processo contra V. Exª.

O SR. NELSON MACULAN — Agradeço o aparte do meu nobre companheiro de bancada, Senador Argemiro de Figueiredo.

Nos meus poucos conhecimentos de Direito, também, evidentemente, penso como S. Exª. Mas não quero, absolutamente, que se imagine, desejo eu me furtar a esse sequestro, a esse acerto de contas, porque me loquelei dos recursos oriundos de atividade lícita, desonesta; quando do cumprimento de meu dever no exercício do cargo de Presidente do Instituto Brasileiro do Café.

Encaminho à Mesa, Sr. Presidente e Senhores Senadores não só declaração dos bens que possuía, no dia em que tomei posse do cargo de Presidente do IBC, como, também, outra relação com as certidões referentes à aquisição desses imóveis, com datas, etc. Aqui está, para auxiliar a Justiça da Guanabara, um roteiro, a fim de que, bem esclarecida, não cometa essa grande violência: o sequestro dos meus bens.

Sou homem de vida simples e limpa. Espero ter o direito de uma defesa, na Justiça daquele Estado, direito este que se dá a todos os criminosos, para poder provar que não exerci atividades nocivas aos interesses da minha Pátria. Trabalhei, lutei pelo meu País e o faria outra vez

se convocado. Abandonei meus interesses, os interesses de minha família. Voltaria a lutar — como lutei — no setor do café. Tudo farei, sempre, para colocar produto de tão grande interesse para o nosso País — nosso principal produto de exportação — aquele que, efetivamente, cobre mais de 50% das necessidades cambiais da nossa Pátria. Voltaria a lutar. Co laboraria — como sempre colaborei — no sentido de ver nossa economia bem projetada. Nesta época, após a Revolução, dentro do que me tem sido solicitado, afirmo, perante o Senado e a Nação, é que jamais me desobriguei de prestar colaboração, no sentido de que essa economia seja resguardada, no sentido de que seja implantada onde deve na verdade, estar. Proporcionará, deste modo, a nosso País, contingentes de divisas que nos fará sair do subdesenvolvimento, transformando a vida de nosso povo, dando-lhe melhores dias, melhores condições humanas.

Através da valorização do trabalho de exportação de produto como café, é que poderemos conseguir grandes contingentes de divisas, para fazermos face às nossas dívidas exterior, enfim, conquistarmos a independência econômica, base fundamental da independência política.

(Retornando à leitura) — Ainda mais, Senhor Presidente e Senhor Senadores, ofereço também qualquer documentação em nome de minha esposa e meus 2 filhos, um maior e outro emancipado — como de todos os meus irmãos, para que se faça a mais profunda e intensa verificação de nossos bens.

Aguardo confiante o desfecho, para para-me com relatório e documentação que entreguei ao Senado Federal. Como afirmei, nada temo, minha consciência está tranquila. Aguardo rei confiante o desfecho, pedindo Deus que me dê serenidade para enfrentar com dignidade e respeito a situação que se me entepara, por ter servido ao meu País e ao meu povo. Por ter lutado para restabelecer antigo prestígio para o café, ainda mais importante viga da nossa sustentação econômica e social, projetado-a através de nosso trabalho na posição de dinâmica exportação e preços convenientes para nossa e combatida economia.

Aguardo confiante. (Muito bem muito bem — Palmas) o orador cumprimento.

O SR. PRESIDENTE:

(Noqueira da Gama) — O segredo do orador na ordem de inscrição o Sr. Senador Vasconcelos Torres que permutou com o Sr. Senador Edmundo Levy, a quem dou a palavra.

O SR. EDMUNDO LEVI:

Sr. Presidente, Srs. Senadores, cidadão que hoje desgozerna o Amazonas — eu até divido de emprego o termo cidadão, porque esse tem implicações políticas e ele sistematicamente é contra política e políticos — esse cidadão, há poucos dias comunicava a esta Casa que ele não era eleito o Prefeito do Município de Manaus num período de 12 anos, como na 12ª eleição não processava nas terras de Ajuricaba

Mas o povo, na sua sabedoria intuitiva, ensina que mais depressa apanha o mentiroso do que um co-

O espúrio Governador do Amazonas é, em verdade, nas suas manifestações, além de arbitrário, mentiroso.

Após a eleição processada há poucos dias em Manaus distribuiu ele o noticiário através do qual procurou embair a Nação declarando que, Amazonas, ele teria vencido a eleição PTB-PSD.

Ora, Srs. Senadores, no Amazonas no recente pleito para escolha

Prefeito da Capital, apenas dois candidatos concorreram: um sob a legenda — neste instante — da UDN porque ele vem passando de legenda em legenda — e o outro sob a legenda do PSD.

O PTB não apresentou candidato. O Diretório da agremiação através de uma nota firmada pelo eminente Senador Arthur Virgílio, declarou que nós não apresentamos candidato porque, em verdade, o Amazonas não oferecia, como não oferece, condições para um pleito de homens livres.

O Sr. Arthur Virgílio — Permite V. Ex.<sup>a</sup> um aparte?

O SR. EDMUNDO LEVI — Com satisfação.

O Sr. Arthur Virgílio — Perfeitamente. É exato o que V. Ex.<sup>a</sup> diz. Além do motivo que apresenta da falta de liberdade de garantia no Estado, que está entregue a um tiranete, que já fechou a Assembleia Legislativa *manu militari*, que mandou invadir, à tropa armada, o Tribunal de Justiça que aposentou um Juiz porque o magistrado concedera um *habeas corpus* que se revelou a cada momento um homem truculento, arbitrário, não havia, de fato, condições para que o nosso Partido que o visado principal no Amazonas, concorresse ao pleito. Além disso, houve ainda um outro motivo. É que o Prefeito agora eleito terá mandato apenas de oito meses e, se saísse vitorioso pela nossa legenda, o que ocorreria se tivéssemos apresentado candidato iria entrar em choque com o tiranete que ocupa o Palácio do Rio Negro em Manaus, com prejuízo para a cidade. Foi o que procuramos evitar, deixando de concorrer a essa eleição para nos reservarmos para o próximo pleito. Já campanha deverá começar dentro de quatro ou cinco meses. Mas interessante é que, embora menosprezando o Partido Trabalhista Brasileiro, no Amazonas, o candidato resenhado pelo Sr. Arthur Reis faz questão de dizer, nos comícios, e tinha o apoio do PTB num gesto de impostura e de farsa, visando ilaquear o eleitorado. Apesar da oficial publicada pelo Partido, isto é quanto ao outro candidato, resenhado sob a legenda do PSD, havia alguns elementos trabalhistas que falavam em nome pessoal, procurando fazer crer que tinham também o apoio do PTB. Devo dizer Senado que o Sr. Arthur Reis não tem prestígio no Amazonas para se ger nem Vereador do menor Município de nosso Estado, e não chega nunca à posição que ocupa, ou qualquer situação pelo voto do povo amazonense. Se houver eleições livres no nosso Estado se houver eleições quer para Prefeito, quer para governador, ele vai sentir quanto política e eleitoralmente ali.

SR. EDMUNDO LEVI — O nobre Senador Arthur Virgílio, completando minhas palavras, explicou que dissemos que não havia, o não há, no Amazonas condições de um pleito para homens livres. Merou uma série de arbitrariedades soba que no momento se assa na curul do Palácio Rio Negro encenou-se apenas um: o que reza a mentalidade doentia daquele em que lá se encontra. Ele que aliado a custa de um jornal, que um pai que viveu toda sua vida dentro de um jornal, um dos primeiros atos — do qual se loria para toda a Nação — foi ar dois jornais. E, quando os ários os tipógrafos, os homens humildes trabalhadores das oficinas daqueles jornais apelaram para consentsse a abertura dos referidos jornais para continuar a trabalhar, e, numa atitude de tirano, i-se a conceder qualquer auto-líção — porque ele se julga o dono afirmando que esses operários fós-vender banana se quisessem vi-

O Sr. Eurico Rezende — Permite V. Ex.<sup>a</sup> um aparte?

O SR. EDMUNDO LEVI — Com satisfação.

O Sr. Eurico Rezende — Parece-me que em outra oportunidade compus um debate sobre esse governador.

O SR. EDMUNDO LEVI — Exatamente.

O Sr. Eurico Rezende — Ouvi o aparte do nobre Senador Arthur Virgílio, mas, com todo o respeito que me merece o seu encantamento parlamentar, desejo que um ponto fique bem esclarecido: na sessão legislativa passada fiz críticas ao Governador Arthur Reis. Reiterei-as agora: é um homem inteiramente desajustado, inteiramente incapacitado sem equilíbrio emocional algum para exercer o cargo de Governador, porque dá mostras literárias da sua prepotência. Repito: as minhas críticas a S. Ex.<sup>a</sup> permanecem mas quero estranhar uma circunstância. Começo por fazer uma pergunta a V. Ex.<sup>a</sup> a que legenda pertenceria a pertença do Presidente da Assembleia Legislativa amazonense em 1964?

O SR. EDMUNDO LEVI — Em 1964, já sob o Governo do Sr. Arthur Reis, o Presidente da Assembleia Legislativa, Deputado Rui Araújo, pertencia ao Partido Social Democrático.

O Sr. Eurico Rezende — Parece-me que, no Amazonas, aquela época, havia uma convivência política do Partido Trabalhista Brasileiro com o Partido Social Democrático.

O SR. EDMUNDO LEVI — Nobre Senador Eurico Rezende, o Partido Trabalhista Brasileiro é um partido que tem absoluta capacidade de convivência com os demais partidos, de maneira que sempre conviveu bem com todos eles.

O Sr. Eurico Rezende — Vou resumir: o Governador Arthur Reis — conforme acentuou e assegurou o nobre Senador Arthur Virgílio — cercou a Assembleia, desconsiderou a Assembleia, ofendeu a Assembleia, ultrajou a assembleia e procurou colocar mesmo na sarjeta da desmoralização a Assembleia Legislativa. No entanto houve instante em que o Sr. Arthur Virgílio redigiu um documento de renúncia e mandou-o para o Presidente daquela Casa. Que fez o Presidente da Assembleia? — Ao invés de comunicar ao Plenário o recebimento da renúncia, segundo fui informado, sob o fundamento de que a firma não estava reconhecida levou de volta ou foi levar ao General Mamede o ofício-renúncia. Portanto, se continuam os desatinos do Sr. Arthur Reis, tiveram o consentimento, o estímulo e a responsabilidade do próprio Presidente da Assembleia, que perdeu excelente oportunidade de ler a renúncia do Sr. Arthur Reis. Ao invés de fazê-lo, como de seu dever, teve um gesto de covardia incompatível com a independência de atitude que deve ter um Corpo legislativo. Pelo menos, o Presidente de então, da Assembleia Legislativa é co-responsável, é convivente com essa situação de violências e de degradação governamental porque passa o portentoso Estado do Amazonas. Verifica-se, então, que a dimensão da sua Assembleia não corresponde à valente e à alargada dimensão territorial do próprio Estado.

O SR. EDMUNDO LEVI — O nobre Senador Eurico Rezende, embora me honrando com seu aparte, traz à coleção assunto que no momento não estou debatendo. Reconheço como V. Ex.<sup>a</sup> que houve fraqueza do senhor Rui Araújo, Presidente da Assembleia, porque se submeteu a levar a um comandante de guarnição documento que era da exclusiva responsabilidade do senhor Arthur Reis quando renunciava ao Governo do Estado. Isso todos nós condenamos.

Mas não é esse precisamente o assunto que estou comentando no momento. O que dizia é que o senhor Governador do Estado, proclamado que se teria ferido o pleito mais livre e liso em terra amazonense, apenas estava impingindo à Nação e a esta Casa mais uma das suas atitudes, grotescas, não só porque estava pretendendo embair a confiança desta Casa, como ainda porque estava mentindo aos próprios homens que o mantêm no Poder.

Disse ele através do noticiário dirigido que teria vencido a coligação PTB-PSD.

Em verdade, dizia eu, o "PTB não teve candidato nem houve coligação PTB-PSD. Os dois candidatos eram da área governamental; apenas nos últimos dias talvez um mês antes da eleição, se desaviam e o Sr. Governador propendeu para um deles. Por certo, porque aquele que obteve as suas preferências homem do interior talvez pouco conhecido e mais labioso, pôde, facilmente alcançar-se e aliar-se ao Sr. Governador numa convergência de violências e de imposturas. O outro por demais conhecido, poria excessivamente a descoberto o próprio Governador, que se diz moralizador.

O Sr. Arthur Virgílio — Permite V. Ex.<sup>a</sup> um aparte?

O SR. EDMUNDO LEVI — Com prazer.

O Sr. Arthur Virgílio — A propósito de governo moralizador, eu incluíria no discurso de V. Ex.<sup>a</sup> um fato ainda não do conhecimento do Senado e da Nação. Quando o Governador Arthur Reis mandou fechar "manu militari" a Assembleia Legislativa, ele o fez alegando que adotava uma medida revolucionária para impedir que os Deputados majorassem os seus subsídios para cerca de Cr\$ 700.000, por mês e majorassem, também, os vencimentos dos Desembargadores.

Acontece que, meses depois, o Governador Arthur Reis mancomunou-se com os mesmos Deputados, que ele havia considerado indignos de permanecerem exercendo os mandatos, e aceitou a majoração dos subsídios para um milhão de cruzeiros, e dos seus próprios subsídios para um milhão e quinhentos mil cruzeiros.

O SR. EDMUNDO LEVI — Um milhão e setecentos mil cruzeiros, segundo li.

O Sr. Arthur Virgílio — Esse é um fato que bem revela assim a cupidez de um homem que se diz moralizador e está moralizando o Estado do Amazonas.

O SR. EDMUNDO LEVI — Nobre Senador Arthur Virgílio, V. Ex.<sup>a</sup> está me ajudando a desnudar a mentira e a podridão que se escondem na atual administração do Amazonas. E os recortes que tenho em mãos, divulgados sob a orientação do próprio Governador, desmentem as afirmativas que ele fez à Nação e a esta Casa, de que teria saído vitorioso no pleito para Prefeito de Manaus. Como disse, os dois candidatos a Prefeito eram da sua própria área.

Depois, um deles se desaveio e, sob a bandeira do PSD, lançou sua candidatura para o cargo da Prefeitura de Manaus. Teve a seu lado alguns amigos pessoais que militam nas hordas do PTB, mas que não falaram, em nome do PTB. Mas, assim mesmo, com toda a opressão que exerceu, — porque, em verdade, não houve liberdade, pois foi publicada uma nota determinando que todos aqueles auxiliares seus que não estivessem de acordo com o candidato que não era dele, mas da revolução, se desligassem do governo e, também, segundo consta — não li, mas ouvi de pessoas que merecem absoluta fé — teria ele mandado avisar que o funcionalismo teria a sua reestruturação se o seu candidato fosse vitorioso e, caso con-

trário, ficaria sem a reestruturação dos seus quadros; de sorte que não só não houve liberdade, mas, também, uma tentativa de suborno geral de uma classe através da promessa reestruturação dos seus quadros. Assim mesmo, o Sr. Arthur Reis foi derrotado.

O telegrama de que vou ler um trecho é uma prova claríssima contra as pretensões de rei absoluto do Amazonas. Diz um dos telegramas provenientes de Manaus que:

"O candidato que contou com o apoio do Sr. Arthur Reis é o novo Prefeito de Manaus. As apurações terminaram hoje, com o seguinte resultado: "Candidato do Governador 17.680 votos e candidato divergente 15.200 votos". "Nas 226 urnas votaram 35.909 eleitores; não votaram 33.582, o que deu uma abstenção de 48,32%. Os votos em branco foram 624 e os nulos 2.405, sendo que são atribuídos esses últimos aos pebeixistas que, para inutilizar a cédula, votaram nos dois candidatos".

A nota, da representação do Governo do Estado na Guanabara diz que o candidato era da coligação P.T.B. — P.S.D., quando os próprios telegramas dizem o contrário.

O candidato do Sr. Arthur Reis obteve 17.680 votos. Somada essa votação dos dois candidatos, teremos o total de votos válidos: 32.880. O resultado contrário é portanto o seguinte: brancos 624 votos; nulos 2.405; não votaram 33.582, num total por conseguinte, contrários ao Sr. Arthur Reis de 36.611 votos, contra 32.880 votos obtidos pelos disputantes. Vejam V. Ex.<sup>a</sup> que só por aí estaria derrotado o Governo do Estado; mas a verdade ainda é mais grave, mais profunda, é mais gritante. Se tirarmos os votos nulos, 2.405, ficaremos com um total de votos contrários ao Sr. Governador da ordem de 34.206. Por conseguinte, ainda a Oposição, se se tivesse manifestado, estaria vitoriosa sobre o Governador. Mas, em verdade, a votação dada ao candidato que se opôs ao candidato do Governador, é contrária a ele, 15.200. Se somarmos os 34.206 votos, indiscutivelmente contrários ao Governador, com os 15.200 dados ao opositor do seu pupilo, teremos votos contrários à situação dominante da ordem de 49.406 votos, contando-se a favor apenas 15.200.

Vejam V. Ex.<sup>a</sup> como desserve, portanto, à revolução, o Governador, o tiranete, como bem acentuou o Senhor Senador Arthur Virgílio, que desgoverna o Amazonas, desserve à revolução, dos seus donos e pretende que aquelas populações estariam satisfeitas com seus desmandos, com suas arbitrariedades, como se aquilo fosse um curral de insanos, de ineptos que não sabem que são pessoas merecedoras do respeito nos seus direitos e na sua condição de criaturas de Deus.

De sorte que, Srs. Senadores, ao trazer à Casa estes dados, quero apenas mostrar ao Senado a manobra com que o Sr. Governador do Amazonas pretende impressionar a honra dos seus donos e pretende que aquelas populações estariam satisfeitas com seus desmandos, com suas arbitrariedades, como se aquilo fosse um curral de insanos, de ineptos que não sabem que são pessoas merecedoras do respeito nos seus direitos e na sua condição de criaturas de Deus.

Em verdade, portanto, este homem prosseguindo na prática de violências, envereda, agora pelo caminho da corrupção, tentando subornar toda uma classe, a nobre classe do funcionalismo público do Amazonas.

Dai, Srs. Senadores, a necessidade de se esclarecer a esta Casa e através dela a Nação, do procedimento desonesto, irregular, do homem que infringe as populações das terras do Amazonas. (Muito bem).

**O SR. PRESIDENTE:**

(Nogueira da Gama) — O orador seguinte é o nobre Senador Lopes da Costa, que permutou a sua inscrição com o nobre Senador Dylton Costa, a quem dou a palavra.

**O SR. DYLTON COSTA:**

(Lê o seguinte discurso) — Senhor Presidente, Srs. Senadores: Transmitem esta tribuna, na última semana, as apreensões das classes produtoras de meu Estado, que são em primeira análise, a preocupação dos empresários de todo o Nordeste, face a ameaça de recessão, o que pesa em dois ramos básicos de sua economia: a agro-indústria açucareira, e a indústria têxtil.

Disse naquela oportunidade, Senhor Presidente, que voltaria à tribuna para fundamentar o apelo que fiz às autoridades financeiras e aos órgãos normativos do Governo, à vista das consequências que a programação econômico-financeira está trazendo à região nordestina, e acredito que a todo o país, ao separar as intervenções que têm sido feitas por eminentes colegas de outros Estados. E o que proarei fazer, valendo-me dos dados constantes da síntese do Programa de Ação Econômica do Governo, e da Mensagem anual em que o Senhor Presidente da República transmite ao Congresso a súplica das realizações governamentais no último ano.

A ameaça da recessão a que se referem as classes empresariais de Sergipe, Senhor Presidente, é consequência direta e imediata da aplicação indistinta a todo o país, de critérios normativos de uma política financeira que, correta em seus objetivos, e necessária na maioria de seus fundamentos, não considerou uma condição básica para a realidade nacional. Refiro-me às disparidades regionais do país, tão expressivamente consideradas nos documentos elaborados pelo Ministério do Planejamento, mas ao mesmo tempo, tão precariamente utilizadas na formulação das metas e dos meios de combate ao regime inflacionário, transformado em realidade crônica de nossa economia.

A aplicação dessas medidas — classificadas de "desinflacionárias" — transformou-se, na precária estrutura econômica e creditícia dos pequenos Estados, em violenta "deflação", cujas consequências trouxe ao conhecimento da Casa, e que são, basicamente, uma crise estrutural na agro-indústria açucareira, recentemente agravada, e a diminuição drástica da produção têxtil. Essa grave estagnação, Senhores Senadores, para não dizer esse estado de pré-recessão, reflete-se e guarda uma relação causal, com perspectivas sombrias na produção agro-pecuária em meu Estado.

Vejamos portanto, Senhor Presidente, como se processa nos pequenos e subdesenvolvidos Estados da Federação, esse sistema de compressão creditícia, que traz justas e ponderáveis preocupações aos governos e empresários de todo o Nordeste.

A agro-indústria constitui como é notório, a atividade econômica mais relevante da Região, abrangendo o maior contingente da população rural em atividade, segundo o censo preliminar de 1960. O ciclo da cana-de-açúcar a que se refere o sociólogo Gilberto Freyre, é ainda o que vive o Nordeste, a despeito da intensa e paulatina industrialização a que se vem procedendo, e da qual é demonstração efetiva, a recente descoberta das reservas minerais de Carmópolis. Suas riquezas, no entanto, são ainda as promessas potenciais que só um esforço lúcido transformará em realidade. Os abalos a que seja submetida essa sub-estrutura terão, forçosamente, as mesmas consequências danosas

que a intranquilidade e a agitação provocadas pela atividade demagógica e improdutiva das pregações das Ligas Camponesas. Com o agravante de lançar a inatividade, ao abandono e ao desemprego, mais de 2 milhões de pessoas que, direta ou indiretamente, estão ligadas à sua sobrevivência. Essa crise que agora se revela, Senhor Presidente, não é a primeira, mas só é comparável aquela outra produzida pela recessão mundial de 1929. Analisando suas causas e sua natureza, assim se pronunciou o Dr. Barbosa Lima Sobrinho:

"A última crise dessas proporções ocorreu na fase da grande depressão universal em 1929-1930, com o mercado mundial em colapso e uma safra brasileira recorde, o que vale dizer, muito acima do consumo nacional. Sob a pressão dessa crise é que se criou a Comissão de Defesa do Açúcar e do Alcool, obedecendo à preocupação do equilíbrio estatístico entre a produção e o consumo, levando que pudesse acrescentar aos algarismos do consumo, a parcela de exportação possível ou compensadora".

Relacionando esse fato com a situação de hoje, prossegue o publicista:

"A crise atual tem muita coisa de comum com a fase de 1929-1930. As exportações cresceram sob os estímulos de preços favoráveis. De momento, o mercado mundial se tranca, saturando, e os preços caem vertiginosamente ou nem mesmo aparecem compradores. E o Nordeste, que vinha exportando para o exterior grande parte de sua produção, renunciando pouco a pouco ao mercado interno (o que sempre considerei um erro) ou não podendo mais concorrer no mercado interno pela ascensão dos fretes marítimos, que se tornaram pouco a pouco proibitivos, encontra-se hoje sem qualquer mercado. Perdeu a interno, e o externo entrou em colapso.

O mercado de consumo do açúcar nordestino se compunha de diversas praças, algumas no Extremo-Norte, outras no litoral paulista, no Rio Grande do Sul e na Guanabara, em que o açúcar consumido, pelo menos durante três quartas partes do ano, era de proveniência nordestina. Porque o Norte perdeu todos esses mercados? Essa seria, a meu ver, a primeira questão a examinar, para encontrar as causas variadas dessa alteração de mercados. Depois de encontradas as causas, caberia examinar o que poderia fazer o Instituto para corrigir ou remediar essa situação. A menos que se parta da premissa que se deva extinguir a agro-indústria do açúcar do Nordeste, para resolver os problemas cafeeiros de alguns Estados do Sul".

Ai está, Senhor Presidente, com objetividade, uma análise lúcida da situação açucareira do Nordeste, e, portanto, de meu Estado. E o que fez o Instituto do Açúcar e do Alcool, para prevenir essa situação?

O Sr. José Ermírio — Permite V. Exa. um aparte.

O SR. DYLTON COSTA — Com muito prazer.

O José Ermírio — Em dezembro do ano passado visitei o Governador Ney Braga, em Curitiba, e lá obtive os preços vigentes em uma usina no Paraná. Estava entre 18 e 20 mil cruzeiros a saca de açúcar — somente a parte industrial e de transporte —

preço elevadíssimo, e que não justificava a montagem de uma usina nessa base. Se o GERCA quiser empatar dinheiro nesta situação, nunca terá resultado. Bem a juros de 1% ao mês. As usinas não poderão ganhar dinheiro nessas condições. No Nordeste aconteceu que o mercado ficou limitado somente ao consumo dos Estados, pois, por causa do frete marítimo, ninguém pode exportar em condições convenientes. Toda a safra de açúcar no Nordeste foi vendida de Cr\$ 1.500 a Cr\$ 2.000, muito abaixo do preço estipulado pelo Governo, o que representa bilhões de cruzeiros de prejuízo para as usinas da região. Então, como compensar este prejuízo se não há condições de montar uma usina nova, ganhando dinheiro ou defendendo o próprio dinheiro do GERCA? Era muito mais simples pagar quantia bem menor e emprestar a essas usinas do Nordeste, já instaladas, importância muito maior que colocaria a sua situação industrial e agrícola em condições, salvando-se, assim, a lavoura açucareira da região. Acresce que o Instituto, em vez de ajudar as usinas, até hoje não pagou uma só retrovenda do açúcar recebido desde setembro de 1964 até o presente. E ainda pior: do auxílio que o Sul dá aos açucareiros do Nordeste, para cobrir a diferença de preço, o Instituto retira dezessete por cento, dizendo que é a forma de cobrar esse dinheiro. Nunca vi receber-se dezessete por cento de uma importância que é dos usineiros do Nordeste, apenas para fazer a remessa. Isto é um absurdo. Nestas condições — é preciso que se diga — ninguém pode, hoje, montar uma usina de açúcar no País, a não ser cobrando de dezeto a vinte mil cruzeiros por saca de açúcar, e considerando não somente a parte da propriedade, mas também a industrial e a de transporte. Seria, portanto, muito mais razoável para o GERCA auxiliar as usinas já existentes que precisam apenas de pequena ajuda para a normalização da situação do País e do Nordeste.

O SR. DYLTON COSTA — Agradeço, nobre Senador José Ermírio, o seu valioso aparte ao meu discurso. Valioso sob todos os aspectos, porque, notoriamente, é V. Exa. um dos homens mais estudiosos dos assuntos de agronomia e de indústria em nosso país. Juntando o aparte de V. Excelência ao meu discurso, penso contribuir com a modestia de minhas palavras para que o Governo traga melhor solução a este problema.

Continuando, Sr. Presidente:

(Lendo),  
Ao que se sabe, o Instituto do Açúcar e do Alcool firmou um convênio com o IBC, objetivando dar prosseguimento ao plano de racionalização da cafeicultura preconizado pelo GERCA, que consiste, basicamente, em erradicar cafezais anti-econômicos, para substituí-los pela cultura da cana-de-açúcar. Onde? No Nordeste? Não, Senhores Senadores. Nos Estados produtores de café, em São Paulo, em Minas Gerais, e no Paraná, praticamente. E para que Vossas Excelências tenham idéia do que significa esse plano bem intencionado, mas errado, recorro à Mensagem Presidencial, em cuja página 81, ao traçar a política cafeeira do país, esclarece o Chefe do Executivo:

"Avançou-se, rumo aos objetivos da política de racionalização da produção interna, pois se procurou manter a remuneração do setor café em níveis que não fossem estimuladores de uma indiscriminada produção. Foram incentivadas, da mesma forma, as

culturas substitutivas, consoante os planos do GERCA, ao mesmo tempo em que o Conselho SUMOC aprovava a verba especial de Cr\$ 43,6 bilhões, para financiamento à construção de usinas de açúcar e outros empreendimentos industriais nas áreas cafezeiras".

Para que Vossas Excelências e pais melhor avaliem o que significa essa contribuição, basta citar que aumentos dos empréstimos do Banco do Brasil a todo o setor privado país, exclusive o café, deve ter sido segundo indica o quadro 15, a fim do Programa de Ação Econômica do Governo, de apenas Cr\$ 48,5 bilhões no primeiro trimestre deste ano, consideramos que a verba para o financiamento das usinas, destacada dos recursos do Fundo de Defesa do Café, foi votada com os níveis custo das usinas, de 1963, ano, abertura da concorrência do Instituto do Açúcar e do Alcool, veremos que o financiamento necessário será, custos atuais, de mais de Cr\$ 70 bilhões.

O que se deduz, Senhor Presidente, é que enquanto a estrutura econômica básica do Nordeste se defina em crise pela colaboração de principal produto, carente de meios, o país investe, para agravar a situação, mais de 50 bilhões de cruzeiros. Esta importância representa 95% de todo o financiamento concedido pela CREA para a cultura de arroz, 250% do concedido ao milho e quase 300% do que se destinou algodão, em 1963.

Por incrível ironia, Senhor Presidente, a própria Secretaria de Agricultura de São Paulo, um dos Estados aquinhoados com 10 novas usinas de açúcar, indica como a solução racional, solução inteiramente trará a que foi adotada pelo Governo. Transcrevo, para que conste a análise, o que diz o excelente trabalho dos Veterinários Miguel Clone e Hugo Mascarenhas, do Ministério da Agricultura, constantes da edição de dezembro da revista "Desenvolvimento e Conjuntura":

"São extremamente amplas as áreas criatórias do Brasil, estando-se por cerca de 23 do território nacional.

Na maior parte dessa contida, desenvolvem-se criações de tipo extensivo, rotineiramente pouco produtivas. Representam, tanto, um imperativo econômico promover o desenvolvimento racionalização dessas criações visando ao aumento da produtividade global da pecuária brasileira. Muito mais do que o alargamento das áreas de criação, com o fisco de florestas, ou recuperação de terras francas, de cerrado veste-se de sentido econômico melhoramento e elevação das condições de criação nas áreas tradicionalmente pastoris.

Em alguns casos, entrará expansão da pecuária justificadamente. O Veterinário Vilares da Secretaria de Agricultura de São Paulo, estuda o problema do aproveitamento das áreas de erradicação de zais de baixa produtividade, tateou que cerca de 3 milhões hectares ocupados com a cultura poderiam permitir a plantação de pastagens e de bovinos de corte com grandes vantagens financeiras e ecológicas, pela restauração dos profundamente erodidos e desolados".

E isto, Senhor Presidente — o que se ressalte — num setor

próprio Programa de Ação Econômica do Governo reconhece como insucesso de desenvolvimento, inclusive com vistas à exportação de carne de, medida que aquele documento nite como viável e desejável para a efetiva contribuição às nossas elites de exportação. Vê-se, como sequência, que há uma distância entre a Ação Econômica, e o que fizesse a Mensagem do Senhor Presidente da República.

Não debito esse erro, Senhores Senhores. Ao atual Governo. Não que trair por si mesmos nem consagrar mudanças a este ou àquele Governo. Não distingo aqui uma fase pré-revolucionária, porque, na verdade, essa política que tende a agravar a situação da economia agro-industrial do Nordeste, não provém do Governo. Se há culpas elas são do governo. Ao que antecedeu a revolução, por ter iniciado, e ao que sucedeu, por tê-la continuado, que é evidente, inegável e irreversível é uma flagrante descoordenação entre o planejamento da ação econômica e a execução da política econômica-financeira.

Portanto, Senhor Presidente, o meu apelo que faço a Sua Excelência, o Senhor Presidente da República, que o Marechal Castello Branco re-examine, tendo em vista evidências, a política de liberalização da produção açucareira do Brasil. Senhores Senhores, que crise de nossa agro-indústria era natural, e penso ter demonstrado assim. A conjuntura atual, no entanto, é um pouco mais grave. Os preços, como decorrência da desvalorização tanto externa quanto interna, levaram até mesmo os nossos clientes a uma completa quebra. Ração essa, que é resultado da compressão do crédito oficial e do crédito particular, este quase inexistente em meu Estado. Esse é o caso, que dia a dia se repete, não atinge somente a formação de estoques de açúcar. Abrange toda a produção agrícola do Nordeste. E tem uma especial, o algodão e o arroz, cuja importância na composição da nossa produção agrícola, é lenha, conhecida.

exportação desses dois produtos da economia regional de expressivamente em 1964, relativamente ao ano anterior. Recorro à Mensagem presidencial ao ar nossa pauta de exportação. Nessa mesma mensagem, que os dois produtos tiveram uma redução de 12 e 13 milhões de dólares, respectivamente, apresentando uma queda de 49 e 50 milhões de dólares, índice não superior a qualquer outro produto, tiveram as seguintes reduções: algodão, 5 milhões; arroz, 2 milhões; produção de estoques gravosos de açúcar, como não podia deixar de ser — recorro ainda uma vez à 72ª Mensagem Presidencial à redução no volume físico da produção da indústria têxtil, de 4,1%, lenta a 11 vezes a média da redução da atividade industrial do país, sendo portanto dos setores mais afetados.

É, no entanto, o que poderia ser lido no Capítulo "Retorno do Desenvolvimento", expressos em alguns termos a fls. 114 da mesma:

As providências do setor público, no momento, têm por objetivo, de um lado, evitar a queda real dos produtores, que seria o menor sacrifício nos próximos anos, e de outro lado assegurar o funcionamento eficiente

de dos mecanismos de regulação de estoques e distribuição, de modo a evitar continuada elevação de preços, não obstante a perspectiva de abundância".

É ainda o mesmo documento que diz, Senhor Presidente:

"No setor agrícola, as previsões de safras dos principais produtos são da ordem de 20 a 25% superiores às de 1964".

E o quadro que segue, indica os seguintes aumentos percentuais:

|                |     |
|----------------|-----|
| Amendoim ..... | 50% |
| Arroz .....    | 12% |
| Milho .....    | 23% |
| Soja .....     | 63% |

A serem válidas essas estimativas do Ministério da Agricultura — e sei que são inclusive modestas — o aumento médio desses produtos será de 37%. Se considerarmos o aumento vegetativo da produção industrial, cujo ritmo de incremento o Governo diz que será retomado em 1965 e a ele somarmos essa expectativa de expansão da produção agrícola, temos como necessário, para a concretização dos altos objetivos governamentais, um aumento proporcional das disponibilidades de crédito e financiamento ao setor privado, sobre os níveis de 1964.

Vejamos, no entanto, qual a expansão dos meios de pagamentos e quais os acréscimos de empréstimos bancários à produção.

Informa a Mensagem Presidencial fls. 112:

"Os meios de pagamento deverão expandir-se de apenas 30% em comparação com mais de 80% em 1964".

A política creditícia oficial, por sua vez, está expressa a fls. 113 do documento, nos seguintes termos:

"Em termos quantitativos projetou-se para 1965, tanto na Carteira de Crédito Agrícola e Industrial, como na Carteira de Crédito Geral, uma expansão anual na mesma proporção do aumento esperado dos meios de pagamento. Tal expansão, todavia, levando em conta a demanda de crédito característica das diferentes fases do ano, se processará de modo a que resulte uma baixa gradual no ritmo de aumento de crédito condições necessárias para o bom êxito do combate à inflação. Na Carteira de Crédito Agrícola e Industrial terá ênfase a preocupação de evidenciar aos produtores e demais clientes a necessidade e conveniência de replicarem nas próprias atividades os resultados obtidos, a fim de que possam os recursos limitados do Banco atender a um maior número de empresas."

Vê-se daí, Senhor Presidente, que a disposição das autoridades monetárias é uma baixa gradual no ritmo de aumento de crédito. Mas eu diria que segundo o Programa de Ação Econômica publicado pelo Ministério do Planejamento, não é uma baixa gradual, mas ao contrário, uma redução violenta, uma parada brusca, uma queda repentina, para ser mais preciso. Ou seja, pretende-se diminuir a produção, mas diminuir-se o crédito. Assim, enquanto a Mensagem do Executivo informa em sua página 57 que os acréscimos de empréstimos bancários à produção, foram, em 1964, de 1.616 bilhões, o orçamento monetário constante de fls. 68 do documento do Ministério do Planejamento prevê, para 1965, um acréscimo de empréstimos ao setor privado, terá em 1965, menos 630 bilhões de cruzados menos do que em 1964.

É esta redução, Senhor Presidente, que está levando a economia nordestina ao fatal e completo desequilíbrio, de onde poderá advir o colapso.

Se o crédito oficial é essencial e básico para a deprimida economia regional, como suprimi-la, numa região em que a renda "per capita" é, como em meu Estado, inferior a 1/3 da de São Paulo, menos de 1/5 da que vigora na Guanabara, e pouco mais da metade da do Rio Grande do Sul.

O Sr. José Ermírio — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. DYLTON COSTA — Com muito prazer.

O Sr. José Ermírio — Isto demonstra que somente as firmas do Exterior têm capacidade de utilizar recursos para os seus negócios, pois dispõem das facilidades da SWOPS e da Instrução nº 239, da SUMOC.

O SR. DYLTON COSTA — Agradeço o aparte de V. Exa., que vem enriquecer o meu discurso.

(Retomando a leitura)

Diz a Mensagem do Presidente que na política creditícia da CREAL em 1965, terá ênfase a preocupação de evidenciar aos produtores e demais clientes a necessidade e conveniência de replicarem nas próprias atividades, os resultados obtidos. Que resultados, Senhor Presidente? Os resultados sem mercado? A diminuição do volume físico da produção que se verificou em 1964, ou os terríveis gravames fiscais criados pelos sucessivos reajustamentos do dólar fiscal, pelo Alvará-Educação, pelo Fajão Habitacional, pelo Fundo de Indústrias, Trabalhistas e pelas alterações dos leis dos impostos de renda, do selo e de consumo. Ou será ainda o desmembramento determinado pela correção monetária? Que "ou" Senhores Senhores, poderão ser replicados por os produtores estão comprometidos pela escassez de crédito de um lado, pela onerosa incidência fiscal de outro, e finalmente pelos estoques de seus produtos e suas diminuições no volume de produção?

O Sr. Atílio Fontana — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. DYLTON COSTA — Com muito prazer, Senhor Atílio Fontana. O Sr. Atílio Fontana — V. Exa. está pronunciando discurso de toda atenção desta Casa e do povo brasileiro. Realmente V. Exa. aprecia, com muita clareza, a situação angustiosa que a Nação está atravessando, principalmente as suas classes produtoras. V. Exa., neste último período de seu discurso, refere-se à economia-financeira das empresas, perguntando quais seriam os resultados que o Presidente recomendasse fossem replicados nas empresas. Acrescentaria às suas palavras que, no próximo ano, em face da situação reinante, o próprio Erário Público terá diminuídos os resultados. Consequentemente, os tributos que até agora as empresas têm pago, embora apenas de lucro contábil, ficariam diminuídos. Então, é o caso de se perguntar: Com que receita o Governo da União custeará as despesas das empresas particulares, as classes produtoras, enfim, atravessando época difícil como esta, naturalmente não terão sequer resultado contábil que lhes permita contribuir para o Erário. Este o grande problema que o Governo desde agora, precisa considerar porque a receita no futuro, oriunda do tributo que o Governo deseja arrecadar, diminuirá.

O SR. DYLTON COSTA — Agradeço, nobre Senador Atílio Fontana, o seu aparte e o incorporo ao meu discurso, porque, sei do esforço que V. Exa., como homem de empresa, tem desenvolvido em benefício de melhores dias para a nossa Pátria.

(Retomando a leitura) — Senhor Presidente, Senhores Senadores, este apelo não é um desafio, nem um desabafo. É a exteriorização de uma angústia que vai se apossando paulatinamente de todas as classes sociais do Nordeste, e que poderá engolir o país. Estão aí dados e cifras retirados dos próprios depoimentos do Governo e das autoridades monetárias. Chego ao fim de meu discurso, mas quero antes fazer uma indagação que me tem assaltado, pela frequência com que me é feita: valerá a pena este esforço? Conseguiremos chegar a prometida estabilização monetária, sem recessão? Senhor Presidente?

Peco a Deus que sim. Mas para que isso aconteça, Senhores Senadores, teremos que abandonar as metas do Programa de Ação Econômica. O gráfico 3 deste documento, diz a fls. 35:

"O Programa de Ação prevê a contenção do aumento dos meios de pagamento a níveis compatíveis com um aumento geral de preços de apenas 25% em 1965, a 10% em 1966."

O item "Combate à Inflação" da Mensagem presidencial, no entanto, em sua página 57, consigna o seguinte:

"A segunda observação a fazer é de que, não obstante esse esforço de disciplinamento por parte do poder público o ritmo inflacionário, no curso do ano financeiro, foi, ainda, sobretudo intenso. Para exemplificar o índice do custo de vida no Estado da Guanabara (apurado pela Fundação Getúlio Vargas), elevou-se de 86% em 1964, taxa um pouco superior a de 1963 que foi de 80%."

E em 1965, meus ilustres colegas? E a mesma Fundação Getúlio Vargas quem indica que, em janeiro e fevereiro o aumento foi de cerca de 10,5%. Se essa taxa se repetir cumulativamente, chegaremos a fim do ano, com o mesmo aumento de 1963, muito além dos 25% previstos, ou mais precisamente, mais de três vezes esse índice. Quase metade dessa taxa está superada em apenas dois meses. Que poderemos esperar nos dez meses restantes?

O SR. PRESIDENTE:

(Caltete Pinheiro) — Tem a palavra, o nobre Senador Farias Tavares, na forma do Art. 183 parágrafo 2º, do Regimento Interno.

O SR. FARIAS TAVARES:

(Sem revisão do orador) — Sr. Presidente desejo apenas enunciar à Casa o seguinte projeto de lei:

Modifica a forma de Pagamento do 13º mês de salário, instituído pela Lei nº 4.090, de 13 de julho de 1962.

O Congresso Nacional decreta: Art. 1º O pagamento da gratificação compulsória, instituída pela Lei nº 4.090, de 13 de julho de 1962, será feito pelo empregador a todo empregado, em duas parcelas iguais, tomando-se por base a remuneração devida na data em que o empregado entrar em gozo de férias.

Parágrafo único. Havendo alteração de salário do empregado no período que decorrer entre os pagamentos das duas parcelas, o valor da segunda será acrescida a diferença correspondente ao aumento verificado.

Art. 2º O pagamento da primeira parcela do 13º salário será feito no dia em que terminar o período regulamentar de férias, a que tenha direito o empregado; e o total da segunda, de uma só vez, a partir do mês de setembro, até o dia 20 (vinte) do mês de dezembro de cada ano.

§ 1º Ocorrendo a hipótese de, em um exercício, o empregado não entrar em gozo de férias, o pagamento do 13º salário será feito integralmente, na forma em que dispõe o Dec. nº 1.881, de 14-12-62.

§ 2º Se o empregado vier a gozar mais de um período de férias, num mesmo exercício, apenas a primeira será considerado para os efeitos da presente lei.

Art. 3º Os descontos sobre o 13º salário devidos à Previdência Social, incidirão sobre cada parcela, separadamente.

Art. 4º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sr. Presidente, é a seguinte a justificação do projeto.

Embora tenha tomado conhecimento, por noticiário da imprensa, de que o Governo cogita de enviar ao Congresso projeto de lei com o mesmo objetivo do que ora apresentamos, esclarecemos que nos antecipamos ao encaminhá-lo ao Senado, não somente porque já se encontrava elaborado quando de iniciativa governamental, como também, porque teremos ensejo de despertar o imediato interesse da Casa para o problema.

Não se pode negar que a instituição do 13º mês de salário seja uma conquista irreversível do trabalhador brasileiro. Todavia, se, por um lado, reconhecemos o caráter benéfico da gratificação anual, principalmente no seio das classes que percebem menores salários, por outro, verificamos que a sua implantação entre nós tem provocado algumas repercussões negativas na vida econômica do país. O aumento inopinado, em uma só fase do ano, do poder aquisitivo das classes trabalhadoras tem determinado sério agravamento do surto inflacionário, principalmente nos meses de dezembro, janeiro e fevereiro, quando se dá acentuada onda altista nos preços das utilidades.

As intensivas campanhas de propaganda do comércio varejista são dirigidas diretamente ao público consumidor, principalmente à massa operária, no sentido de levá-lo a comprometer, até por antecipação, a disponibilidade previsível da parcela adicional de salário.

Assim, o que pretendemos com o anteprojeto anexo, não é, em absoluto, diminuir a significação do 13º salário, mas ajustá-lo melhor aos interesses, não somente do empregado e do empregador, como também, de todo o povo. É que com a alta dos preços que deflagra a sua própria expressão social se reduz. No entanto, dividindo-se a bonificação em duas parcelas iguais, uma a ser paga de setembro até dezembro e outra quando do retorno do empregado ao trabalho, após as férias, vários serão os reflexos positivos imediatos, tanto de ordem social quanto de ordem econômica.

Sabe-se que a grande maioria do operariado brasileiro não tem atualmente, condições financeiras para gozar férias, fato que concorre decisivamente para seu desgaste pessoal e, pois, para diminuição do rendimento do trabalho. O parcelamento do 13º salário virá, de certa forma, atenuar o problema. Ademais, a medida implicará no amortecimento do impacto dele decorrente nas folhas de pagamento das empresas, de vez que 50% do montante que lhe correspondem serão diluídos em período maior do exercício, acompanhando

de o escalonamento nas épocas de férias.

Finalmente, a iniciativa se harmoniza com o programa do atual governo, que seriamente se empenha na contenção do processo inflacionário brasileiro.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem).

#### O SR. PRESIDENTE:

Vai ser lido pelo Sr. 1º Secretário, o projeto de lei que acaba de ser justificado pelo Sr. Faria Tavares.

É lido o seguinte

### Projeto de Lei do Senado nº 7, de 1965

*Modifica a forma de Pagamento do 13º mês de salário, instituído pela Lei nº 4.090, de 13 de julho de 1962.*

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O pagamento da gratificação compulsória, instituída pela Lei nº 4.090, de 13 de julho de 1962, será feito pelo empregador a todo empregado, em duas parcelas iguais, tomando-se por base a remuneração devida na data em que o empregado entrar em gozo de férias.

Parágrafo único. Havendo alteração de salário do empregado no período que decorrer entre os pagamentos das duas parcelas, ao valor da segunda será acrescida a diferença correspondente ao aumento verificado.

Art. 2º O pagamento da primeira parcela do 13º salário será feito no dia em que terminar o período regulamentar de férias, a que tenha direito o empregado; e o total da segunda, de uma só vez, a partir do mês de setembro, até o dia 20 (vinte) do mês de dezembro de cada ano.

§ 1º Ocorrendo a hipótese de, em um exercício, o empregado não entrar em gozo de férias, o pagamento do 13º salário será feito integralmente, na forma em que dispõe o Decreto nº 1.881, de 14-12-62.

§ 2º Se o empregado vier a gozar mais de um período de férias, num mesmo exercício, apenas o primeiro será considerado para os efeitos da presente lei.

Art. 3º Os descontos sobre o 13º salário devidos à Previdência Social, incidirão sobre cada parcela, separadamente.

Art. 4º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

#### Justificação

Embora tenha tomado conhecimento, por noticiário da imprensa, de que o Governo cogita de enviar ao Congresso projeto de lei com o mesmo objetivo do que ora apresentamos, esclarecemos que nos antecipamos ao encaminhá-lo ao Senado, não somente porque já se encontrava elaborado quando da iniciativa governamental, como também, porque teremos ensejo de despertar o imediato interesse da Casa para o problema.

Não se pode negar que a instituição do 13º mês de salário seja uma conquista irreversível do trabalhador brasileiro. Todavia, se, por um lado, reconhecemos o caráter benéfico da gratificação anual, principalmente no seio das classes que percebem menores salários, por outro, verificamos que a sua implantação entre nós tem provocado algumas repercussões negativas na vida econômica do país. O aumento inopinado, em uma só fase do ano, do poder aquisitivo das classes trabalhadoras tem determinado sério agravamento de surto inflacionário, principalmente nos meses de dezembro, janeiro e fevereiro, quando se dá acentuada onda altista nos preços das utilidades.

As intensivas campanhas de propaganda do comércio varejista são diri-

gidas diretamente ao público consumidor, principalmente à massa operária, no sentido de levá-lo a comprometer, até por antecipação, a disponibilidade previsível da parcela adicional de salário.

Assim, o que pretendemos com o anteprojeto anexo, não é, em absoluto, diminuir a significação do 13º salário, mas ajustá-lo melhor aos interesses, não somente do empregado e do empregador, como também, de todo o povo. É que com a alta dos preços que deflagra a sua própria expressão social se reduz. No entanto, dividindo-se a bonificação em duas parcelas iguais, uma a ser paga de setembro até dezembro e outra quando do retorno do empregado ao trabalho, após as férias, vários serão os reflexos positivos imediatos, tanto de ordem social quanto de ordem econômica.

Sabe-se que a grande maioria do operariado brasileiro não tem, atualmente, condições financeiras para gozar férias, fato que concorre decisivamente para seu desgaste pessoal e, pois, para diminuição do rendimento do trabalho. O parcelamento do 13º salário virá, de certa forma, atenuar o problema. Ademais, a medida implicará no amortecimento do impacto dele decorrente nas folhas de pagamento das empresas, de vez que 50% do montante que lhe correspondem serão diluídos em período maior do exercício, acompanhando o escalonamento nas épocas de férias.

Finalmente, a iniciativa se harmoniza com o programa do atual governo, que seriamente se empenha na contenção do processo inflacionário brasileiro.

Sala das Sessões, em 19 de março de 1965. — Faria Tavares.

As Comissões de Constituição e Justiça e de Legislação Social.

#### COMPARECEM MAIS OS SENHORES SENADORES

Sebastião Archer  
Sigefredo Pacheco  
Dix-Huit Rosado  
Walfredo Gurgel  
Josaphat Marinho  
Vasconcelos Torres  
Afonso Arinos

#### O SR. PRESIDENTE:

(Cattete Pinheiro) — Esgotada a hora do Expediente, passa-se à

#### ORDEN DO DIA:

*Discussão, em turno único, da redação final oferecida pela Comissão de Redação em seu parecer nº 93, de 1965, do Projeto de Resolução nº 11, de 1965, que suspende a execução da Lei nº 3.334, de 31 de dezembro de 1958, do Estado de Pernambuco.*

Em discussão a Redação Final. (Pausa).

Nenhum Sr. Senador pedindo a palavra, dou por encerrada a discussão.

Não havendo emendas nem requerimento no sentido de que seja submetida a votos, é a redação final considerada definitivamente aprovada, independentemente de votação, nos termos do art. 316-A, do Regimento Interno.

O projeto irá à promulgação.

É a seguinte a redação aprovada:

*Redação final do Projeto de Resolução nº 11, de 1965.*

Faço saber que o Senado Federal aprovou, nos termos do art. 64 da Constituição Federal, e eu, Presidente, promulgo a seguinte:

#### RESOLUÇÃO Nº 1965

*Suspende a execução da Lei nº 3.334, de 31 de dezembro de 1958, do Estado de Pernambuco.*

Art. 1º É suspensa, por inconstitucionalidade, nos termos da decisão definitiva proferida pelo Supremo Tribunal Federal, em sessão de 24 de maio de 1953, na Representação número 513, do Estado de Pernambuco, a execução da Lei nº 3.334, de 31 de dezembro de 1958, que criou o Município de Pontas de Pedra, com desmembramento de Goiana, no mesmo Estado.

Art. 2º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

#### O SR. PRESIDENTE:

(Cattete Pinheiro)

*Discussão, em turno único, da redação final oferecida pela Comissão de Redação em seu parecer nº 94, de 1965, do Projeto de Resolução nº 13, de 1965, que suspende a execução da Lei nº 568, de 10 de outubro de 1951, do Estado da Paraíba.*

Em discussão a redação final. (Pausa).

Nenhum Sr. Senador querendo fazer uso da palavra, encerro a discussão.

Não havendo emendas nem requerimento no sentido de que seja submetida a votos, é a redação final considerada definitivamente aprovada, independentemente de votação, nos termos do art. 316-A, do Regimento Interno.

O projeto irá à promulgação.

É a seguinte a redação final aprovada:

*Redação final do Projeto de Resolução nº 13, de 1965.*

Faço saber que o Senado Federal aprovou, nos termos do art. 64 da Constituição Federal e eu, Presidente, promulgo a seguinte:

#### RESOLUÇÃO Nº 1965

*Suspende a execução da Lei nº 568, de 10 de outubro de 1951, do Estado da Paraíba.*

Art. 1º É suspensa, por inconstitucionalidade, nos termos da decisão definitiva proferida pelo Supremo Tribunal Federal, em sessão de 6 de agosto de 1954, no Recurso Extraordinário nº 23.993, do Estado da Paraíba, a execução da Lei nº 568, de 10 de outubro de 1951, do mesmo Estado, que dispõe sobre os vencimentos da Magistratura e de cargos do Quadro Único do Estado.

Art. 2º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

#### O SR. PRESIDENTE:

(Cattete Pinheiro)

*Discussão, em turno único, da redação final oferecida pela Comissão de Redação em seu parecer nº 95, de 1965, do Projeto de Resolução nº 14, de 1965, que suspende, em parte, a execução da Resolução nº 186, de 20 de outubro de 1955, da Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco.*

Em discussão a redação final. (Pausa).

Nenhum Sr. Senador querendo usar da palavra, encerro a discussão.

Não havendo emendas nem requerimento no sentido de que seja submetida a votos, é a redação final considerada definitivamente aprovada, independentemente de votação, nos termos do art. 316-A, do Regimento Interno.

O projeto irá à promulgação.

3. a seguinte a Redação Final aprovada:

Redação final do Projeto de Resolução nº 14, de 1963.

Faço saber que o Senado Federal aprovou, nos termos do art. 64, da Constituição Federal, e eu, ..... promulgo a seguinte

**RESOLUÇÃO Nº 1935**

Suspende a execução da Lei nº 168, de 20 de outubro de 1953, da Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco.

1.º E' suspensa, por inconstitucionalidade, nos termos da decisão definitiva proferida pelo Supremo Tribunal Federal, em sessão de 10 de maio de 1964, no Recurso Extraordinário nº 54.189, do Estado de Pernambuco, a execução da Resolução nº 56, de 20 de outubro de 1953, da Assembleia Legislativa daquele Estado, na parte em que revogou o Decreto nº 171 de seu Regimento Interno.

2.º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

**SE. PRESIDENTE:**

(Cattete Pinheiro)

Item 4

Discussão, em turno único, da redação final oferecida pela Comissão de Redação em seu Parecer nº 95, de 1963, do Projeto de Resolução nº 15, de 1963, que suspende a execução da Lei nº 2.478, de 5 de novembro de 1952, do Estado de Alagoas.

Nenhum Sr. Senador querendo usar a palavra, encerro a discussão. Não tendo havido emendas nem requerimento no sentido de que fosse submetida a votação, declaro-a definitivamente aprovada nos termos do art. 316-A, do Regimento Interno.

O Projeto vai à promulgação.

Redação final do Projeto de Resolução nº 15, de 1963.

Faço saber que o Senado Federal aprovou, nos termos do art. 64, da Constituição Federal, e eu, ..... promulgo a seguinte

**RESOLUÇÃO Nº 1936**

Suspende a execução da Lei nº 2.478, de 5 de novembro de 1952, do Estado de Alagoas.

1.º E' suspensa, por inconstitucionalidade, nos termos da decisão definitiva proferida pelo Supremo Tribunal Federal, em sessão de 3 de setembro de 1964, no Recurso Extraordinário nº 24.778, do Estado de Alagoas, a execução da Lei nº 2.478, de 5 de novembro de 1952, do mesmo Estado, a partir do primeiro dia de março de 1965.

2.º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

**SE. PRESIDENTE:**

(Cattete Pinheiro)

Item 5

Discussão, em turno único, da redação final oferecida pela Comissão de Redação em seu Parecer nº 96, de 1963, do Projeto de Resolução nº 16, de 1963, que suspende a execução do art. 14 da Lei nº 49-A, de 6 de dezembro de 1947, do Estado do Rio de Janeiro.

Faço saber que o Senado Federal aprovou, nos termos do art. 64, da Constituição Federal, e eu, ..... promulgo a seguinte

**RESOLUÇÃO Nº 1937**

Suspende a execução do art. 14 da Lei nº 49-A, de 6 de dezembro de 1947, do Estado do Rio de Janeiro.

1.º E' suspensa, por inconstitucionalidade, nos termos da decisão definitiva proferida pelo Supremo Tribunal Federal, em sessão de 3 de setembro de 1963, no Mandado de Segurança nº 5.717, do Estado do Rio de Janeiro, a execução do art. 14 da Lei nº 49-A, de 6 de dezembro de 1947, do mesmo Estado.

2.º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

**SE. PRESIDENTE:**

(Cattete Pinheiro)

Nenhum Sr. Senador desejando usar a palavra, declaro-a encerrada.

Não tendo havido emenda em requerimento no sentido de que fosse submetida a votação, declaro-a definitivamente aprovada nos termos do art. 316-A, do Regimento Interno.

O Projeto vai à promulgação.

E' a seguinte a Redação final aprovada:

Redação final do Projeto de Resolução nº 16, de 1963.

Faço saber que o Senado Federal aprovou, nos termos do art. 64, da Constituição Federal, e eu, ..... promulgo a seguinte

**RESOLUÇÃO Nº 1938**

Suspende a execução do art. 14 da Lei nº 49-A, de 6 de dezembro de 1947, do Estado do Rio de Janeiro.

Art. 1.º E' suspensa, por inconstitucionalidade, nos termos da decisão definitiva proferida pelo Supremo Tribunal Federal, em sessão de 3 de setembro de 1963, no Mandado de Segurança nº 5.717, do Estado do Rio de Janeiro, a execução do art. 14 da Lei nº 49-A, de 6 de dezembro de 1947, do mesmo Estado.

Art. 2.º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

**O SR. PRESIDENTE:**

(Cattete Pinheiro)

Item 6

Discussão, em turno único, da redação final oferecida pela Comissão de Redação em seu Parecer nº 97, de 1963, do Projeto de Resolução nº 17, de 1963, que suspende a execução do art. 9.º do Decreto-lei nº 2.063, de 7 de março de 1940.

Em discussão a Redação Final.

(Pausa.)

Nenhum Sr. Senador desejando usar a palavra, declaro-a encerrada. Não tendo havido emendas nem requerimento no sentido de que fosse submetida a votação, declaro-a definitivamente aprovada nos termos do art. 316-A, do Regimento Interno.

O Projeto vai à promulgação.

E' a seguinte a redação final aprovada:

Redação final do Projeto de Resolução nº 17, de 1963.

Faço saber que o Senado Federal aprovou, nos termos do art. 64, da Constituição Federal, e eu, ..... promulgo a seguinte

**RESOLUÇÃO Nº 1939**

Art. 1.º E' suspensa, por inconstitucionalidade, nos termos da decisão definitiva proferida pelo Supremo Tribunal Federal, na sessão de 11 de junho de 1964, no Recurso Extraordinário nº 24.778, do Distrito Federal, a execução do art. 9.º do Decreto-lei nº 2.063, de 7 de março de 1940.

Art. 2.º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

**O SR. PRESIDENTE:**

(Cattete Pinheiro)

Item 7

Discussão, em turno único, da redação final oferecida pela Comissão de Redação em seu Parecer nº 98, de 1963, do Projeto de Resolução nº 18, de 1963, que suspende a execução do art. 20 do Decreto-lei nº 544, de 28 de julho de 1945, do Estado da Bahia.

Em discussão a Redação Final.

(Pausa.)

Nenhum Sr. Senador desejando usar a palavra, declaro-a encerrada.

Não tendo havido emendas nem requerimento no sentido de que fosse submetida a votação, declaro-a definitivamente aprovada nos termos do art. 316-A, do Regimento Interno.

O projeto vai à promulgação.

E' a seguinte a Redação final aprovada.

Redação final do Projeto de Resolução nº 18, de 1963.

Faço saber que o Senado Federal aprovou, nos termos do art. 64, da Constituição Federal, e eu, ..... promulgo a seguinte

**RESOLUÇÃO Nº 1940**

Suspende a execução do art. 20 do Decreto-lei nº 544, de 28 de julho de 1945, do Estado da Bahia.

Art. 1.º E' suspensa, por inconstitucionalidade, nos termos da decisão definitiva proferida pelo Supremo Tribunal Federal, na sessão de 8 de junho de 1964, no Recurso Extraordinário nº 53.611, do Estado da Bahia, a execução do art. 20 do Decreto-lei nº 544, de 28 de julho de 1945, do mesmo Estado, que determina o acréscimo de 50% (cinquenta por cento) às taxas sobre heranças gravadas de inalienabilidade, fideicomisso ou usufruto.

Art. 2.º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

**O SR. PRESIDENTE:**

(Cattete Pinheiro)

Item 8

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 19, de 1963, que suspende a execução do art. 1.º da Lei nº 154, de 23-11-47, julgada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal, em acórdão definitivo, proferido no Recurso Extraordinário nº 18.229-52, do Distrito Federal (Projeto apresentado pela Comissão de Constituição e Justiça em seu Parecer nº 83, de 1963).

Em discussão.

Se nenhum dos Srs. Senadores pedir a palavra para a discussão, dá-la-ei como encerrada. (Pausa.)

Está encerrada.

Adiada a votação por falta de quorum regulamentar.

Discussão, em turno único, da redação final oferecida pela Comissão de Redação em seu Parecer nº 99, de 1963, do Projeto de Lei do Senado nº 45, de 1964, que autoriza o Poder Executivo a doar a Prefeitura Municipal de Itajaí, no Estado de Santa Catarina, a área de terras de 1.249,63m<sup>2</sup>, situada naquela cidade, junto ao prédio dos Correios e Telégrafos.

Em discussão.

Se nenhum dos Srs. Senadores pedir a palavra para a discussão, dá-la-ei como encerrada.

(Pausa.)

Está encerrada.

Não havendo emendas, nem requerimento para que a redação final seja submetida a votos, é a mesma dada como definitivamente aprovada, independentemente de votação, nos termos do art. 316-A, do Regimento Interno.

O projeto vai à Câmara dos Deputados.

E' a seguinte a redação final aprovada:

**REDACÃO FINAL DO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 45, DE 1964**

Redação final do Projeto de Lei do Senado número 45, de 1964, que autoriza o Poder Executivo a doar a Prefeitura Municipal de Itajaí, Estado de Santa Catarina, a área de terras de 1.249,63m<sup>2</sup>, situada naquela cidade, junto ao prédio dos Correios e Telégrafos.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º E' o Poder Executivo autorizado a doar, através do Ministério da Viação e Obras Públicas, à Prefeitura Municipal de Itajaí, Estado de Santa Catarina, a área de terras de 1.249,63m<sup>2</sup>, situada naquela cidade, junto ao prédio dos Correios e Telégrafos.

Parágrafo único. A área de terras a que se refere esta Lei confronta-se: com os Correios e Telégrafos, na extensão de 24,45m; com a Rua Gil Stein Ferreira, na extensão de 50,33m; com a travessa 24 de Maio, na extensão de 24,71m e com a Rua Edmundo Heusi, na extensão de 53,32m.

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

**O SR. PRESIDENTE:**

(Cattete Pinheiro)

Item 10:

Discussão, em turno único, da redação final oferecida pela Comissão de Redação em seu Parecer nº 93, de 1963, do Projeto de Lei do Senado nº 64, de 1964, que autoriza o Poder Executivo a emitir 500 selos comemorativos do primeiro centenário da morte de Gonçalves Dias.

Em discussão a redação final.

(Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra encerro a discussão.

Não havendo emendas, nem requerimento no sentido de que a redação final seja submetida a votos, é a mesma dada como definitivamente aprovada, independentemente de votação, nos termos do art. 316, letra "a", do Regimento Interno.

O projeto irá à Câmara dos Deputados.

E' a seguinte a redação final aprovada:

**REDACÃO FINAL DO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 64, DE 1964**

Redação final do Projeto de Lei do Senado número 64, de 1964, que autoriza o Poder Executivo a emitir 500 selos comemorativos do primeiro centenário da morte de Gonçalves Dias.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º E' o Poder Executivo autorizado a emitir uma série de selos postais comemorativos do 1.º centenário da morte de Gonçalves Dias.

Art. 2.º Os selos postais a que se refere o art. 1.º representam: a) o homem eado.

Art. 3.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

**O SR. PRESIDENTE:**

(Cattete Pinheiro) — Item 11:

Discussão, em turno único, da redação final oferecida pela Comissão de Redação em seu Parecer nº 100, de 1963, do Projeto de Resolução nº 19, de 1963, que suspende a execução da Lei número 514, de 12 de dezembro de 1940, do Estado da Bahia.

Em discussão a redação final.

(Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra encerro a discussão.

Não havendo emendas, nem requerimento no sentido de que a redação final seja submetida a votos, é a mesma dada como definitivamente aprovada independentemente de votação, nos termos do art. 316, letra "a", do Regimento Interno.

O projeto vai à promulgação.

É a seguinte a redação final aprovada:

#### REDACÇÃO FINAL DO PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 71, DE 1964

Faço saber que o Senado Federal aprovou, nos termos do art. 64, da Constituição Federal, e eu, ... promulgo a seguinte

#### RESOLUÇÃO Nº , DE 1965

*Suspende a execução da Lei nº 514, de 12 de dezembro de 1952, do Estado da Bahia.*

Art. 1º É suspensa, por inconstitucionalidade, nos termos da decisão definitiva proferida pelo Supremo Tribunal Federal, na sessão de 21 de dezembro de 1956, na Representação nº 259, do Estado da Bahia, a execução da Lei nº 514, de 12 de dezembro de 1952, do mesmo Estado, que criou o Município de Ubatã, desmembrando-o do de Ipiatã.

Art. 2º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

#### O SR. PRESIDENTE:

(Cafete Pinheiro) — Esgotada a matéria da Ordem do Dia.

Há orador inscrito.

Tem a palavra o nobre Senador Atilio Fontana.

#### O SR. ATILIO FONTANA:

Desisto da palavra, Senhor Presidente.

#### O SR. PRESIDENTE:

Não há mais oradores inscritos.

#### O SR. LOPES DA COSTA:

Faço a palavra, Sr. Presidente.

#### O SR. PRESIDENTE:

Com a palavra o Sr. Senador Lopes da Costa.

#### O SR. LOPES DA COSTA:

Sr. Presidente, Srs. Senadores:

(Lendo):

Há dias que tentava ocupar a tribuna para pronunciar algumas palavras em torno da construção, no gênero, da maior obra da engenharia nacional, que por isso mesmo honra a equipe de seus técnicos, o que muito deve orgulhar a todos nós brasileiros.

Trata-se da maior ponte construída no Brasil, feita em concreto medindo mais de 2.500 metros de extensão para a travessia do rio Paraná no Porto Quinze, entre Mato Grosso e São Paulo.

O término dessa importante obra, tão ansiosamente aguardada, há tempo, por matogrossenses, paranaenses e paulistas, estava prevista já com atraso, para fins de 1964, e a sua inauguração oficial marcada para o mês de dezembro do mesmo ano.

Essa informação, Sr. Presidente, nós da bancada federal da UDN deputados e senadores, a colhemos no Palácio do Planalto, em conversa com Sua Excelência, o Sr. Presidente da República, que muito gentilmente nos declara, na ocasião, do desejo que tem de visitar Mato Grosso a convite do Governador Fernando Corrêa da Costa, o que faria, até então, a inauguração da ponte.

No entanto, Sr. Presidente, não obstante já haver decorrido mais de 3 meses do tempo previsto pela firma construtora, para a entrega ao

público dessa obra, eis que nos chega a notícia digna de crédito, desalentadora de que somente dentro de 2 ou mais meses é que haverá possibilidade dela ser aberta ao tráfego.

Sr. Presidente, infelizmente, permanece ainda a incerteza, a mesma dúvida, quanto à data da terminação dessa importante obra, o que continuará acarretando incalculáveis prejuízos às ricas regiões produtoras do Norte do Paraná e do Sul de Mato Grosso e São Paulo.

Há vários anos que matogrossenses, paulistas e paranaenses aguardam, pacientemente a conclusão dos trabalhos dessa ponte, iniciados em 1960.

O intercâmbio comercial entre esses três Estados, continua em ritmo crescente, e, não resta dúvida que havendo rapidez e segurança na travessia do rio, pela ponte, esse intercâmbio virá, certamente, acelerar a produção e o fácil escoamento para os centros consumidores dos produtos da rica zona Sul de Mato Grosso, para os centros consumidores do país. E, em contra partida, os produtos manufaturados e industrializados, para o consumo daquele interland.

Sr. Presidente, leio no "Diário de São Paulo" que a inauguração dessa importante obra, que virá beneficiar grandemente as zonas produtoras do sul de Mato Grosso, Norte do Paraná e sul de São Paulo, talvez nem mesmo dentro de dois ou três meses se realizará, porque, de acordo com certos trechos da nota que leí daqui a pouco, para que conste dos Anais desta Casa, será realmente impossível fazê-lo nesse prazo.

Embora as condições de travessia do rio naquele trecho, pelas balsas que até hoje fazem o transporte de veículos, seja tão precária que é possível que de um momento para outro a ponte seja aberta ao tráfego como recurso de emergência, consideram os técnicos e engenheiros que a constróem, que ainda não está em condições de permitir o trânsito, nem de modo precário. Faltam ainda obras de vedação das juntas, colocação de cerca de 150 metros de sobrelages e guarda-corpo pelo menos de um lado, para que possa ser considerada trefagável. Terminados esses trabalhos, pode ela ser aberta ao tráfego, de maneira a não prejudicar o acabamento da obra.

#### TRAVESSIA AMEAÇADA

Outro fator que pode apressar a entrega da ponte do Paraná ao público, antes do previsto, é o perigo de que o aterro que leva ao Porto Quinze, em Mato Grosso, para a travessia das balsas, seja alcançado pelas águas do rio. Com as constantes chuvas o rio Paraná tem subido muito, deixando submersas várias casas da margem direita, invadindo a terra em mais de um quilômetro em certos trechos. Mais um metro que suba o nível das águas, já este aterro não permitirá o trânsito de caminhões, ficando completamente submerso.

Sr. Presidente, nós que conhecemos perfeitamente as inundações daquele rio e se essas inundações estão em fase inicial, fatalmente, com a continuação das chuvas, o nível do rio subirá, prejudicando, totalmente — embora a ponte possa ser utilizada para o tráfego — as vias de acesso ficarão intransitáveis.

Outro ponto que também desejo deixar registrado neste discurso, e que poderia contribuir para o apressamento da entrega dessa ponte ao tráfego, mesmo sem caráter provisório é o estado precaríssimo da balsa que faz a travessia.

(Lê):

As balsas que fazem a travessia Porto Epitácio — Porto Quinze (SP-MT) estão caindo de poças. Desabadas nas laterais, já não podem carregar o número normal de veículos — de vinte passaram a dez. Funcionam com duas bombas retirando a água que nelas penetra e quando o trânsito é normal formam-se de cada lado filas de 200, 300 carros, levam até três dias para andar.

Tão exasperados têm ficado os motoristas, principalmente de caminhões, por esta situação, que andaram ameaçando de invadir a ponte. Isto levou a firma construtora a atravessar sobre a mesma, do lado de Mato Grosso, estruturas metálicas desarmadas para impedir a invasão. No entanto, estes dias as chuvas têm dificultado o tráfego pela BR-34 e o número de veículos diminuiu, afastando o perigo desta intromissão rebelde e perigosa, pois apenas com muito cuidado a ponte pode ser transitada.

Donde se deduz Sr. Presidente, que uma obra dessa magnitude, de transcendental importância econômica para o Brasil, está em situação precária e o meu ver em virtude da falta de verbas para o seu complemento. Esta ponte foi projetada ainda no Governo do Sr. Juscelino Kubitschek de Oliveira, que teve a visão precisa da necessidade de incrementar o intercâmbio comercial do Sul de Mato Grosso, com o Norte do Paraná e o Sul de São Paulo. O Sul de Mato Grosso, hoje em dia, vem oferecendo uma prosperidade extraordinária, com grandes lavouras de café, de algodão e cereais, além de se beneficiar com a travessia de milhares e milhares de bovinos que se destinam às invernadas do Sul de São Paulo, na região de Presidente Prudente.

Como representante do Estado de Mato Grosso, e maior interessado na concretização imediata do tráfego da ponte, quero lançar o meu protesto veemente contra a falta de recursos financeiros de que a firma construtora necessita, no momento, para terminar a sua construção.

Os prejuízos causados àquela região são incalculáveis. Centenas de caminhões carregados que demandam os centros consumidores, permanecem em filas, nas margens do rio, aguardando que as balsas os transportem para o lado de São Paulo. E as mesmas balsas estão a cair de podre como bem afirma o noticiário do "Diário de São Paulo". Não transportam mais do que a metade do que deviam transportar e, assim mesmo, necessitam do auxílio de bombas para esgotar a água que nela penetram para que não sejam afundadas.

O Sr. Eurico Rezende — Permite V. Exª um aparte?

O SR. LOPES DA COSTA — Com prazer.

O Sr. Eurico Rezende — Um esclarecimento: a responsabilidade da construção dessa ponte reside, naturalmente, no DNER. Vale dizer, dentro da hierarquia do Ministério da Viação. Se V. Exª percorrer os Anais desta Casa, nestes últimos 12 meses, verificará que, pelo menos: 70% das reclamações sobre a paralisação de obras de melhoramentos são deitadas ao Ministério da Viação e Obras Públicas. Praticamente é o único Ministério que está parado, neste governo. Se o eminente Presidente Castelo Branco não der um cargo, por exemplo, de embaixador ao Sr. Juarez Távora, na Santa Sé ou mesmo em Paris, como prêmio à sua glória do passado, o ponto negativo do governo de S. Exª será o Ministério da Via-

ção. Não há a menor construção rodoviária, neste País, não há a menor conservação rodoviária, neste País; a esse espetáculo permanente de omisões e desídia, V. Exª junta agora a questão das pontes. A ponte a que faz referência, deve ter o companheirismo da infortunística de outras dezenas de pontes por toda essa geografia do Brasil. Se o Sr. Presidente da República não tirar o Senhor Juarez Távora do Ministério da Viação, o Brasil deverá fazer uma paganda no exterior, dizendo mais o menos assim: "turistas, visitem Brasil logo, antes que ele acabe". Não tenho nenhuma animosidade pessoal contra o Sr. Juarez Távora, eu respeito a sua honorabilidade sempre e terei. Mas é um homem inteiramente incapaz para exercer as funções de Ministro da Viação. Todos os órgãos que compõem o Ministério da Viação estão trançados, porque obsessão de S. Exª é exclusivamente tesouraria, insto, é, não deixando robar, a sua administração é vitoriosa: V. Exª fez esse apelo para consertar a ponte, mas o apelo deve ser dirigido ao Presidente Castelo Branco e sentido de que conserte o seu Governo, afastando o Ministro Juarez Távora, que volte S. Exª volte à sua respectiva cadeira de Deputado Federal — ou então que se lhe dê maior ênfase, através de uma embaixada de realce, que possa perfeitamente pelo seu aspecto paisagístico, premi uma vida que foi no passado, útil País.

O SR. LOPES DA COSTA — Obrigado a V. Exª

Acredito que o Sr. Marechal Juarez Távora, ilustre titular da Pasta da Viação, acompanha o plano econômico de S. Exª, o Sr. Roberto Campos. Está agora no plano correto para entrar depois no plano desenvolvimentista.

Quero, nesta oportunidade, declarar que tenho acompanhado em todas as suas manifestações, esta caudal de protestos ao Sr. Ministro da Viação.

O Sr. Eurico Rezende — Obrigado a V. Exª

O SR. LOPES DA COSTA — Vamos aguardar, então, que S. Exª, Sr. Presidente da República iluminado, siga a orientação, agora provocada por V. Exª.

O Sr. Eurico Rezende — Não acito, mas faço votos.

O SR. LOPES DA COSTA — Senhor Presidente, são essas as palavras que desejaria pronunciar hoje, protesto, e ao mesmo tempo de apelo já agora a S. Exª, o Sr. Presidente da República, no sentido de que sejam imediatamente tomadas todas providências, para que os trabalhos terminação desta ponte sejam realizados o mais breve possível, a fim de que não haja prejuízos, como que estamos assistindo, na travessia daquele rio. (Muito bem; Palmas.)

#### O SR. PRESIDENTE:

(Cafete Pinheiro) — Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a sessão, designando para a próxima segunda-feira a seguinte

#### ORDEN DO DIA:

SESSÃO DE 22 DE MARÇO DE 1965

(Segunda-feira)

1

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 23, de 1965, que suspende a execução do art. 1º da Lei nº 154, de 25-11-47, julgado constitucional pelo Supremo Tribunal Federal, em decisão definitiva.

prolataca no Recurso Extraordinário nº 19.499-52, do Distrito Federal (Projeto apresentado pela Comissão de Constituição e Justiça em seu Parecer nº 83, de 1965).

2

Discussão, em turno único da redação final (oferecida pela Comissão de Redação em seu parecer número 89 de 1965), da emenda do Senado ao Projeto de Lei da Câmara número 109, de 1964 (nº 4.866-B-62, na Casa de origem), que cria na Justiça do Trabalho da 3ª Região, uma Junta de Conciliação e Julgamento, com sede em Montes Claros, Estado de Minas Gerais, e dá outras providências.

3

Discussão, em turno único da redação final (oferecida pela Comissão de Redação em seu parecer número 90, de 1965), do Projeto de Lei da Câmara nº 287, de 1964 (nº 1.083-B-62, na Casa de origem), que denomina "Rodovia Lauro Müller", a atual BR-59, que liga o Estado do Paraná ao Rio Grande do Sul.

4

Discussão, em turno único da redação final (oferecida pela Comissão de Redação em seu parecer número 101, de 1965), do Projeto de Resolução nº 73, de 1964, que suspende a execução do art. 1º, § 2º, do Decreto-lei nº 650, de 20 de junho de 1947, do Estado do Paraná.

5

Discussão, em turno único da redação final (oferecida pela Comissão de Redação em seu parecer número 102, de 1965), do Projeto de Resolução nº 74, de 1964, que suspende a execução da Lei nº 168, de 10 de novembro de 1948, do Estado de Santa Catarina.

6

Discussão, em turno único da redação final (oferecida pela Comissão de Redação em seu parecer número 103 de 1965), do Projeto de Resolução nº 75, de 1964, que suspende a execução da Lei nº 548, de 6 de março de 1953, do Estado da Bahia.

7

Discussão, em turno único da redação final (oferecida pela Comissão de Redação em seu parecer número 104, de 1965), do Projeto de Resolução nº 76, de 1964, que suspende, em parte, a execução da Lei Municipal nº 563, de 1950, do antigo Distrito Federal.

8

Discussão, em turno único da redação final (oferecida pela Comissão de Redação em seu parecer número 105, de 1965), ao Projeto de Resolução nº 77, de 1964, que suspende a execução do art. 169, da Lei nº 140, de 22 de dezembro de 1948, do Estado da Bahia, julgada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal (Projeto apresentado pela Comissão de Constituição e Justiça como conclusão de seu Parecer nº 1.410, de 1964).

9

Discussão, em turno único da redação final (oferecida pela Comissão de Redação em seu parecer número 106, de 1965), do Projeto de Resolução nº 80, de 1964, que suspende a execução da Lei nº 31, de 31 de janeiro de 1955, do Estado do Paraná.

10

Discussão, em turno único da redação final (oferecida pela Comissão de Redação em seu parecer número 107, de 1965), do Projeto de Resolução nº 81, de 1964, que suspende a execução dos arts. 15, item IV e 21 do Código de Impostos e Taxas do Estado de São Paulo.

11

Discussão, em turno único da redação final (oferecida pela Comissão de Redação em seu parecer número 108, de 1965), ao Projeto de Resolução nº 82, de 1964, que suspende a execução da Lei nº 15, de 26 de julho de 1960, do Estado do Paraná, julgada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal (Projeto apresentado pela Comissão de Constituição e Justiça como conclusão de seu Parecer nº 1.415, de 1964).

12

Discussão, em turno único da redação final (oferecida pela Comissão de Redação em seu parecer número 109, de 1965), ao Projeto de Resolução nº 83, de 1964, que suspende a execução do Decreto nº 29.425, de 2 de maio de 1960, do Estado do Paraná, julgada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal (Projeto apresentado pela Comissão de Constituição e Justiça como conclusão de seu Parecer nº 1.416, de 1964).

13

Discussão, em turno único da redação final (oferecida pela Comissão de Redação em seu parecer número 110, de 1965), ao Projeto de Resolução nº 85, de 1964, que suspende a execução do art. 169, da Constituição do Estado de Minas Gerais, julgada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal (Projeto apresentado pela Comissão de Constituição e Justiça como conclusão de seu Parecer número 1.418, de 1964).

14

Discussão, em turno único da redação final (oferecida pela Comissão de Redação em seu parecer número 111, de 1965), ao Projeto de Resolução nº 87, de 1964, que suspende a execução da Lei nº 67, de 23 de no-

vembro de 1960, do Município de Itapava, Estado de São Paulo, julgada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal (Projeto apresentado pela Comissão de Constituição e Justiça como conclusão de seu Parecer número 1.435, de 1964).

15

Discussão, em turno único da redação final (oferecida pela Comissão de Redação em seu parecer número 112, de 1965), ao Projeto de Resolução nº 93, de 1964, que suspende a execução da Lei nº 271, de 3 de dezembro de 1956, do Estado de Santa Catarina, julgada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal (Projeto apresentado pela Comissão de Constituição e Justiça como conclusão de seu Parecer nº 1.441, de 1964).

16

Discussão, em turno único da redação final (oferecida pela Comissão de Redação em seu parecer número 88, de 1965), do Projeto de Decreto Legislativo nº 102, de 1964 (nº 35-A-62, na Casa de origem), que mantém o ato do Tribunal de Contas da União denegatório de registro ao contrato celebrado aos 31 de dezembro de 1953, entre o Governo do Território Federal do Rio Branco e João Barbosa de Melo.

17

#### MATERIA A SER DECLARADA PREJUDICADA

Projeto de Lei da Câmara nº 51, de 1964 (nº 2.038-B-60, na Casa de origem), que dá a denominação de Leoberto Leal ao aeroporto da cidade de Criciúma, no Estado de Santa Catarina (projeto prejudicado em virtude da rejeição, em 17 do mês em curso, do Projeto de Lei da Câmara número 82, de 1962).

## SECRETARIA DO SENADO FEDERAL

### Atos do Primeiro Secretário

#### PORTARIA Nº 15 DE 1965

O Primeiro Secretário, no uso das atribuições que lhe confere o art. 51, letra J nº 2, do Regimento Interno e de acordo com o disposto na Resolução nº 8, de 1963, resolve desligar Aroldo Lacerda Guimarães, Auxiliar de Limpeza PL-11, das funções de Motorista que vinha exercendo no Gabinete do Presidente da Comissão de Finanças.

Secretaria do Senado Federal, em 17 de março de 1965. — Dinarte Mariz — 1º Secretário.

#### PORTARIA Nº 16 DE 1965

O Primeiro Secretário, no uso das atribuições que lhe confere o art. 51, letra J nº 2, do Regimento Interno e de acordo com o disposto na Resolução nº 8, de 1963, resolve designar para o Gabinete do Presidente da Comissão de Finanças, como Motorista, o funcionário Miguel Ribeiro Barros, Motorista substituto, PT-5.

Secretaria do Senado Federal, 17 de março de 1965. — Dinarte Mariz — 1º Secretário.

#### PORTARIA Nº 17 DE 1965

O Primeiro Secretário, no uso das atribuições que lhe confere o art. 51, letra "j", do Regimento Interno e de acordo com o disposto na Resolução nº 8, de 1963, resolve dispensar a pedido Luciano de Figueiredo Mesquita, Assessor Legislativo PL-2, das funções de Secretário Particular do Presidente da Comissão de Projetos do Executivo mandando constar nos seus assentamentos os agradecimentos e elogios formulados pela Presidência por sua efetiva colaboração prestada durante o período em que ali esteve lotado, merecendo figurar entre os primeiros servidores

da Casa, em eficiência, dedicação ao trabalho e probidade.

Senado Federal, em 17 de março de 1965. — Dinarte Mariz — 1º Secretário.

### Atos do Diretor-Geral

#### PORTARIA Nº 27 DE 15 DE MARÇO DE 1965

O Diretor-Geral, no uso de suas atribuições, resolve designar Jorge de Oliveira Nunes, Oficial Legislativo, PL-5, para ter exercício na Diretoria do Arquivo, a partir de 16-3-1965.

Secretaria do Senado Federal, em 15 de março de 1965. — Evandro Medes Vianna — Diretor-Geral.

#### PORTARIA Nº 28 DE 18 DE MARÇO DE 1965

O Diretor-Geral, no uso de suas atribuições, resolve designar Rogério Freitas Portal e Silva para ter exercício na Diretoria da Ata.

Secretaria do Senado Federal, em 18 de março de 1965. — Evandro Medes Vianna — Diretor-Geral.

### Comissão Mista para estudo e parecer sobre o projeto de Lei nº 1, de 1965 (C.N.), que "Incorpora os cursos da Campanha de Formação de Geólogos às Universidades Federais e dá outras providências."

1º REUNIAO. INSTALAÇÃO. REALIZADA NO DIA 18 DE MARÇO DE 1965.

Aos dezoito dias do mês de março de mil novecentos e sessenta e cin-

co. As dezessets horas e quarenta minutos na Sala da Comissão de Relações Exteriores do Senado Federal, presentes os Senhores Senadores Menezes Pimentel, José Leite, Pedro Ludovico, Walfredo Gurgel, José Ermírio, Argemiro de Figueiredo, Valério Lima, Farias Tavares, Afonso Arinos, Lopes da Costa, Dylton Costa e os Senhores Deputados Plínio Costa, Jales Machado, Lauro Cruz, Noronha Filho, João Mendes Olímpio e Wilson Chedid, reunem-se para sua sessão instaladora, a Comissão Mista do Congresso Nacional incumbida de emitir parecer sobre o Projeto de Lei nº 1, de 1965 (CN).

Deixam de comparecer por motivo justificado, os Senhores Deputados Josephat Borges, Osni Regis, Ormion Boelho, Ludovico Almeida e Carlos Werneck.

De acordo com o que preceitua o artigo nº 32, do Regimento Comum, assume a presidência o Senhor Senador Menezes Pimentel, que declara instalados os trabalhos.

A fim de cumprir dispositivo regimental o Senhor Presidente declara que irá proceder à eleição do Presidente e do Vice-Presidente. Distribuídas as cédulas o Senhor Senador Menezes Pimentel convida para funcionar como escrutinador o Senhor Senador Walfredo Gurgel.

Procedida a eleição verifica-se o seguinte resultado:

Para Presidente:

|                           |          |
|---------------------------|----------|
| Senador José Ermírio .... | 15 votos |
| Senador José Leite .....  | 1 voto   |
| Em branco .....           | 1 voto   |

Para Vice-Presidente:

|                          |          |
|--------------------------|----------|
| Senador Faria Tavares .. | 14 votos |
| Senador Afonso Arinos .. | 2 votos  |
| Em branco .....          | 1 voto   |

São declarados eleitos e empossados, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente, os Senhores José Ermírio e Faria Tavares.

Assumindo a presidência da Comissão o Senhor Senador José Ermírio agradece a seus pares a honra com que foi distinguido e declara que exercerá tão elevada função no mais perfeito entendimento com os demais da Comissão.

Em seguida o Senhor Presidente, concorde os senhores parlamentares presentes, designa para relator da matéria que deu origem à criação da presente Comissão o Senhor Deputado Plínio Costa.

A seguir, o Senhor Deputado Plínio Costa, pede a palavra e, na oportunidade declara ao agradecer sua indicação que não medirá esforços no desempenho de tão importantes tarefas naquele momento a ele delegadas.

Continuando, o Senhor Presidente, comunica aos Senhores membros da Comissão que as emendas deverão ser encaminhadas à Secretaria da Comissão, no décimo primeiro andar do Edifício Anexo do Senado Federal, nos dias 19, 22, 23 e 26, nos horários das 8:00 às 19:00 horas e durante a noite quando houver sessão em qualquer uma das duas Casas do Congresso Nacional como de cédula a Resolução nº 1, de 1964 (CN), na letra a do seu artigo 8º. Informando, ainda, que o Secretário da Comissão providenciará sua publicação em avisos, para prévio conhecimento dos Senhores Senadores e Deputados.

Em prosseguimento o Senhor Presidente, apresenta para discussão e votação as normas regulamentares dos trabalhos da Comissão, visto que na Resolução nº 1, de 1964 não foram fixadas diretrizes para a apreciação de proposições desta natureza.

Lidas as normas é colocada em votação global os seus artigos e, unanimemente são aprovados. E, por determinação do Sr. Presidente, serão as mesmas publicadas como anexo da presente ata.

Concluindo o Senhor Presidente, da conformidade com o art. 32, do Regimento Comum determina para exercer as funções de Secretário da Comissão o Auxiliar Legislativo, PL-7, do Quadro da Secretaria do Senado Federal, José Ney Passos Dantas.

Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente, encerra a presente reunião e, por constar, eu, J. Ney Passos Dantas, Secretário da Comissão, lavrei a presente ata que, uma vez lida, aprovada e assinada, vai à publicação. — Senador José Ermirio de Moraes; Senador Faria Távares, Vice-Presidente; Deputado Plínio Costa, Relator; Senador Meneses Pimentel; Senador José Leite; Senador Pedro Ludovico; Senador Walfredo Gurgel; Senador Argemiro de Figueiredo; Senador Vitaldo Lima; Senador Afonso Arinos; Senador Lopes da Costa; Senador Dyllon Costa; Deputado Josephat Borges; Deputado Jales Machado; Deputado Lauro Cruz; Deputado Noronha Filho; Deputado João Mendes Olimpio; e Deputado Wilson Cheddi.

#### COMISSÃO MISTA PARA ESTUDO DO PROJETO DE LEI Nº 1.45 (C.N.)

#### NORMAS DISCIPLINADORAS DOS TRABALHOS DA COMISSÃO

Art. 1º Instalada a Comissão e eleitos o Presidente e o Vice-Presidente, o Presidente designará o Relator.

Parágrafo único. A designação do Relator será de livre iniciativa do Presidente eleito, mas não poderá ser indicado parlamentar da mesma legenda partidária do Presidente.

Art. 2º O Presidente, ouvida a Comissão, determinará local, no Congresso Nacional, dia e hora para a apresentação das emendas ao Projeto de Lei fixando-se, desde logo, o termo final do prazo de 5 (cinco) dias previstos na letra a do art. 8º da Resolução nº 1, de 1964 (CN).

Parágrafo único. As emendas deverão ser apresentadas ao Secretário da Comissão Mista, no local e horário previamente determinados.

Art. 3º Terminado o prazo de 5 (cinco) dias destinados à apresentação de emendas ao Projeto (letra a do art. 8º da Resolução nº 1, de 1964 (CN)), serão as mesmas examinadas pelo Presidente da Comissão que dará como não aceitas aquelas que aumentem a despesa proposta pelo Presidente da República (letra b do art. 8º da Resolução nº 1, de 1964 (CN)).

§ 1º da decisão do Presidente sobre a não-aceitação de elementos caberá recurso para a Comissão, nas 24 horas subsequentes ao termo final do prazo fixado para o recebimento das emendas, improrrogavelmente. Só será admitido recurso suscitado por 6 (seis) membros da Comissão, no mínimo.

§ 2º A Comissão decidirá por maioria simples, em reunião que se realizará por convocação do Presidente, imediatamente após o decurso do prazo fixado para a interposição do recurso.

Art. 4º Impressas ou mimeografadas as emendas inclusive as não aceitas, será aberto prazo de 72 horas ao Relator para apresentar o seu parecer, que poderá concluir por substitutivo (letra f do art. 8º da Resolução nº 1-64 (CN)).

Art. 5º A discussão será uma só sobre o Projeto e emendas. Poderá usar da palavra sobre a matéria em discussão, durante 5 (cinco) minutos, qualquer membro da Comissão líder de Partido ou de Bloco Parlamentar. Se a matéria em discussão for emenda, também poderá usar da palavra o seu autor pelo mesmo limite de tempo. O Relator terá igual direito, pelo prazo de 10 (dez) minutos.

Art. 6º Encerrada a discussão, proceder-se-á a votação, que não terá encaminçamento. Para efeito de votação que se realizará em globo as emendas serão divididas em 3 (três) grupos:

- a) emendas com parecer favorável;
- b) emendas com subemendas; e
- c) emendas com parecer contrário.

Art. 7º As questões de ordem serão sucintamente propostas e conclusivamente resolvidas pelo Presidente, podendo ser propostas e contraditadas pelos membros da Comissão exclusivamente.

§ 1º As questões de ordem não podem ser renovadas depois de decididas pelo Presidente.

§ 2º Cada questão de ordem só pode ser contraditada por um só congressista.

§ 3º Os prazos para suscitarem, contraditar e decidir as questões de ordem serão de 3 (três) minutos.

Art. 8º Qualquer destaque de emenda para votação em separado será requerido no prazo comum de dez minutos, antes da votação, pelo respectivo autor ou qualquer membro da Comissão podendo encaminhar a votação pelo prazo de 5 (cinco) minutos o autor da emenda, ou um representante de seu Partido na Comissão, o autor do destaque e o Relator.

Art. 9º Não serão apreciadas pela Comissão além das exceções que aumentem a despesa proposta (artigo 3º, *in fine*), as emendas e subemendas que a juízo do Presidente da Comissão ouvido o Relator não sejam pertinentes ao Projeto lido e, não se referam a matéria constante de qualquer de seus dispositivos.

Art. 10 A Comissão, a requerimento do autor da emenda, com apoioamento de pelo menos 5 (cinco) de seus integrantes, poderá apreciar a preliminar da respectiva impertinência. Considerada pertinente a emenda, pela Comissão, será a mesma submetida a votos após o Relator pronunciarse sobre o seu mérito.

Art. 11 Ultrapassada a votação o Relator redigirá o parecer, se entender de apresentar substitutivo, o qual será votado em bloco somente admitidas emendas que visem a corrigir a redação ou suprir omissões acaso verificadas.

Art. 12 Com o parecer da Comissão Mista, os seus trabalhos serão suspensos até que, a respeito do Projeto delibere o Plenário do Congresso Nacional.

Art. 13 A Comissão incumbirá a elaboração da redação final do Projeto no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar da aprovação pelo Plenário (Resolução nº 1-64 (CN), art. 8º letra k).

Art. 14 Estas normas serão observadas pela Comissão Mista e, nos casos omissos, serão observadas a disposições do Regimento Comum.

Sala das Comissões, em 18 de março de 1965. — Senador José Ermirio de Moraes, Presidente; Senador Faria Távares, Vice-Presidente; e Deputado Plínio Costa, Relator.

#### COMISSÃO MISTA PARA ESTUDO E PARECER SOBRE O PROJETO DE LEI Nº 1 DE 1965, QUE INCORPORA OS CURSOS DA CAMPANHA DE FORMAÇÃO DE GEÓLOGOS A UNIVERSIDADES FEDERAIS E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

##### AVISO

1 — A Comissão receberá emendas nos dias 19 (dezenove), 22 (vinte e dois), 23 (vinte e três), 24 (vinte e quatro) e 25 (vinte e cinco) do corrente mês;

2 — As emendas deverão ser encaminhadas ao 11º andar do Anexo do Senado Federal no horário das 3,00 às 19,00 horas e, durante a noite quando houver sessão em qualquer das duas Casas do Congresso;

3 — Término do prazo para apresentação de emendas perante a Comissão: Dia 25 (vinte e cinco) às 24,00 horas;

4 — As emendas só serão recebidas quando acompanhadas de 1 (um) original e 3 (três) cópias;

5 — Encerrado o prazo de entrega de emendas será aberto prazo de 24 (vinte e quatro) horas, constante do § 1º do artigo 3º das normas a fim de atender ao recebimento de recursos;

6 — Durante o decorrer do citado período de entrega de recurso haverá, na Secretaria da Comissão, plantão ininterrupto para recebê-los; e

7 — A apresentação do parecer do relator perante a Comissão, dar-se-á no dia 27 (vinte e sete) às 23,00 horas.

Brasília em 18 de março de 1965. — Senador José Ermirio de Moraes, Presidente.

#### Comissão Mista, incumbida de estudar o projeto de emenda à Constituição n.º 1, de 1965 (C.N.).

#### 1ª REUNIÃO, REALIZADA EM 18 DE MARÇO DE 1965

##### INSTALAÇÃO

As 16 horas do dia 18 de março de 1965, presentes os Srs. Senadores Ruy Carneiro, Jefferson de Aguiar, Benedito Valladares, Edmundo Levi, Melio Braga, Eurico Rezende, Adolpho Franco, João Agripino, Josephat Matinho e os Srs. Deputados Renato Azeredo, Humberto Lucena, Floriceno Paixão, Hécio Maghenzani e Wilson Calmon, na Sala das Comissões, reuniu-se a Comissão Mista, incumbida de estudar o Projeto de Emenda à Constituição nº 1, de 1965, que acrescenta parágrafo ao art. 157 da Constituição.

De acordo com o que prescreve o § 3º, do art. 81, do Regimento Interno, assume a presidência o Sr. Senador Benedito Valladares, que declara instaladas as trabalhos da Comissão.

A fim de cumprir dispositivo regimental o Sr. Senador Benedito Valladares declara que irá proceder à eleição do Presidente e Vice-Presidente.

Distribuídas as cédulas o Sr. Presidente convida o Sr. Deputado Wilson Calmon para servir de escrutinador.

Procedida à eleição verifica-se o seguinte resultado:

Para Presidente:  
Senador Jefferson de Aguiar — 13 votos;

Senador Melio Braga — 1 voto.

Para Vice-Presidente:

Senador Eurico Rezende — 13 votos;

Senador Edmundo Levi — 1 voto.

São declarados eleitos, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente, os Senhores Senadores Jefferson de Aguiar e Eurico Rezende.

Assumindo a presidência o Sr. Senador Jefferson de Aguiar agradece a seus pares a honra com que foi distinguido, prometendo exercer tão elevada função, em estreito entendimento com os seus companheiros, e designa para Relator o Sr. Deputado Hécio Maghenzani e apresenta à Comissão as normas disciplinadoras dos trabalhos, que submetidas à discussão e votação, sem restrições são aprovadas.

#### COMISSÃO MISTA PARA ESTUDO DO PROJETO DE LEI Nº 1 DE 196 (C.N.).

#### NORMAS DISCIPLINADORAS DOS TRABALHOS DA COMISSÃO

Art. 1º Instalada a Comissão e eleitos o Presidente e o Vice-Presidente, o Presidente designará o Relator.

Parágrafo único. A designação do Relator será de livre iniciativa do Presidente eleito, mas não poderá ser indicado parlamentar da mesma legenda partidária do Presidente.

Art. 2º O Presidente, ouvida a Comissão, determinará local, no Congresso Nacional, dia e hora para a apresentação das emendas ao Projeto de Lei fixando-se, desde logo, o termo final do prazo de 5 (cinco) dias previstos na letra a, do artigo 8º da Resolução nº 1, de 1964 (CN).

Parágrafo único. As emendas deverão ser apresentadas ao Secretário da Comissão Mista, no local e horário previamente determinados.

Art. 3º Terminado o prazo de 5 (cinco) dias destinado à apresentação de emendas ao Projeto (letra a, do artigo 8º da Resolução nº 1, de 1964 (CN)), serão as mesmas examinadas pelo Presidente da Comissão, que dará como não aceitas aquelas que aumentem a despesa proposta pelo Presidente da República (letra b, do artigo 8º da Resolução nº 1, de 1964 (CN)).

Parágrafo único. Da decisão do Presidente sobre a não-aceitação de emendas caberá recurso para a Comissão, nas 24 (vinte e quatro) horas subsequentes ao termo final do prazo fixado para o recebimento das emendas, improrrogavelmente. Só será admitido recurso suscitado por 6 (seis) membros da Comissão, no mínimo.

Art. 4º Não serão apreciadas pela Comissão, as emendas que, a juízo do seu Presidente, ouvido o Relator, não sejam pertinentes ao Projeto, isto é, não se referam a matéria constante de qualquer de seus dispositivos.

Art. 5º A Comissão, a requerimento do autor da emenda, ou com o apoioamento de, pelo menos, 6 (seis) de seus integrantes, poderá apreciar a preliminar da respectiva impertinência.

Art. 6º Serão eliminadas as emendas que versarem totalmente sobre o mesmo assunto, prevalecendo a que primeiro for recebida pela Secretaria da Comissão.

Art. 7º Após a Comissão ter se manifestado sobre os recursos, será aberto o prazo de 72 horas ao Relator para apresentar o seu parecer, que poderá concluir por substitutivo (letra f do artigo 8º, da Resolução nº 1, de 1964 (CN)).

Art. 8º A discussão será uma só sobre o Parecer e emendas. Poderá usar da palavra, sobre a matéria em discussão, durante 5 (cinco) minutos, qualquer membro da Comissão, líder de Partido ou de Bloco Parlamentar. Se a matéria em discussão for emenda, também poderá usar da palavra o seu autor pelo mesmo limite de tempo. O Relator terá igual direito, pelo prazo de 10 (dez) minutos.

Art. 9º. Encerrada a discussão, proceder-se-á a votação, que não terá encaminhamento. Para efeito de votação, que se realizará em globo, as emendas serão divididas em 3 (três) grupos:

- a) emendas com parecer favorável;
- b) emendas com subemendas; e,
- c) emendas com parecer contrário.

Art. 10. As questões de ordem serão sucintamente propostas e conclusivamente resolvidas pelo Presidente, podendo ser propostas e contraditadas pelos membros da Comissão, exclusivamente.

§ 1º. Cada questão de ordem só pode ser contraditada por um só congressista.

§ 2º. Os prazos para suscitar, contraditar e decidir as questões de ordem serão de 3 (três) minutos.

§ 3º. As questões de ordem não podem ser renovadas depois de decididas pelo Presidente.

A seguir, ficou deliberado que a Comissão receberia emendas através de sua secretaria no 11º andar do anexo do Senado Federal, nos dias 19, 22 e 23 do mês em curso.

Prosseguindo, o Sr. Senador Jefferson de Aguiar convoca uma reunião para a próxima quarta-feira, às 16 horas.

Nada mais havendo que tratar, encerrou-se a reunião lavrando, eu, Gerardo Lima de Aguiar, Secretário, a presente ata, que uma vez aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente e demais membros.

Art. 11. Qualquer destaque de emenda para votação em separado será requerido no prazo comum de dez minutos, antes da votação, pelo respectivo autor ou qualquer membro da Comissão, podendo encaminhar a votação, pelo prazo de 5 (cinco) minutos, o autor da emenda, ou um representante de seu Partido na Comissão, o autor do destaque e o Relator.

Art. 12. Somente aos membros da Comissão serão permitidos a apresentação de subemendas, igualmente reguladas pelos artigos 3º, 5º e 6º destas normas.

Art. 13. Ultimada a votação, o Relator redigirá o vencido, se entender de apresentar substitutivo, o qual será votado em bloco, somente admitidas emendas que visem a corrigir a redação ou suprir omissões acaso verificadas.

Art. 14. Com o parecer da Comissão Mista, os seus trabalhos serão suspensos até que, a respeito do Projeto, decrete o Plenário do Congresso Nacional.

Art. 15. A Comissão incumbirá a elaboração da redação final do Projeto, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar da aprovação pelo Plenário (Resolução nº 1, de 1964 (CN), artigo 8º, letra k).

Art. 16. As emendas e o Parecer serão distribuídas aos membros da Comissão, para prévio conhecimento, no dia previsto para a discussão e votação do Parecer.

Art. 17. Somente será aceita pela Comissão a emenda que se fizer acompanhar, além do original, de 3 (três) cópias.

Art. 18. Estas normas serão observadas pela Comissão Mista e, nos casos emissores, serão observadas as disposições do Regimento Comum.

Sala das Comissões, em ... de ... de 1965.

## Comissão de Constituição e Justiça

### 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA, REALIZADA NO DIA 17 DE MARÇO DE 1965.

As 16,30 horas do dia 17 de março de 1965, na Sala das Comissões, sob a presidência do Senhor Senador Afonso Arinos, presentes os Senhores Senadores Antônio Balbino, Edmundo Levi, Menezes Pimentel, Josaphat Marinho, Jefferson de Aguiar e Arthur Virgílio, reúne-se a Comissão de Constituição e Justiça.

Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Senhores Senadores Wilson Gonçalves, Ruy Carneiro, Bezerra Neto, Heribaldo Vieira e Aloysio de Carvalho.

Ao iniciar os trabalhos, o Senhor Presidente agradece, muito afetuosamente, aos seus companheiros a sua recondução à presidência da Comissão.

Dos projetos constantes da pauta, são relatadas os seguintes:

Pelo Senador Jefferson de Aguiar:

— pela rejeição do Projeto de Resolução nº 21-61 — Dispõe sobre a aposentadoria do pessoal do Senado compulsoriamente transferido para Brasília, em 1960; do Projeto de Lei da Câmara nº 284-64 — Altera a Lei nº 4.069-B, de 12-6-62, que assegura a isenção do imposto de renda e adicional às indústrias de beneficiamento e de artefatos de borracha e às de beneficiamento de juta localizadas na Amazônia. Este projeto foi rejeitado, por injuridicidade, tendo em vista a exposição feita pelos Senadores Edmundo Levi e Arthur Virgílio.

— pela aprovação, com emenda substitutiva, do Projeto de Lei da Câmara nº 11-65 — Estende o direito à prisão especial aos guardas-civis dos Estados e Territórios.

— pela aprovação, com emenda, do Projeto de Lei da Câmara nº 324-64 — Dispõe sobre a organização do Conselho Nacional de Serviço Social e fixa as respectivas atribuições, regula o pagamento de dotações orçamentárias e entidades privadas.

— pela aprovação, com Projeto de Resolução, do Ofício nº 1.592-P, de 16-12-64 do Sr. Presidente do Supremo Tribunal Federal sobre a Representação nº 602, do Estado da Guanabara.

Submetidos os pareceres à discussão e votação, sem restrições são aprovados, com exceção do Projeto de Lei da Câmara nº 11-65, em que votou contra o foi vencido.

Quanto ao Projeto de Lei da Câmara Senhor Senador Josaphat Marinho, que nº 74-59 — Dispõe sobre a correção de valor original dos bens do ativo das empresas de energia elétrica, o Senhor Senador Antônio Balbino propõe que sejam ouvidos o Ministério de Minas e Energia e o Diretor da Divisão de Aguas do Departamento Nacional da Produção Mineral do Ministério de Minas e Energia, proposta que foi aprovada unanimemente.

Pelo Senador Antônio Balbino:

— pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 123-64 — Aprova o ato do Tribunal de Contas que recusou registro ao termo de contrato de compra e venda do lote rural nº 110, do Núcleo Colonial São Bento, 2ª gleba, situado no 4º Distrito de Belfort Roxo, Município de Nova Iguaçu; do projeto de Decreto Legislativo número 124-64 — Mantém o ato do Tribunal

de Contas da União denegatório ao termo aditivo de contrato celebrado com Joaquim Ferreira Lima para desempenhar a função de Auxiliar de Dentista; pela aprovação, com emenda substitutiva, do Projeto de Lei do Senado número 75-64 — Estabelece normas para a remessa e apreciação dos atos denegatórios de registro e registro sob-reserva do Tribunal de Contas, no Congresso Nacional e dá outras providências.

Submetidos os pareceres à discussão e votação, sem restrições são aprovados.

Nada mais havendo a tratar, encerrou-se a reunião, lavrando eu, Maria Helena Bueno Brandão, Secretária, a presente ata que, aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente.

### 4ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, REALIZADA NO DIA 18 DE MARÇO DE 1965.

As 16 horas do dia 18 de março de 1965, na Sala das Comissões, sob a presidência do Senhor Senador Afonso Arinos, presentes os Senhores Senadores Bezerra Neto, Aloysio de Carvalho, Argemiro de Figueiredo, Josaphat Marinho, Edmundo Levi, Jefferson de Aguiar e Ruy Carneiro, reúne-se a Comissão de Constituição e Justiça.

Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Senhores Senadores Wilson Gonçalves, Antônio Balbino e Heribaldo Vieira.

Dos trabalhos constantes da pauta, são relatados os seguintes:

Pelo Senador Bezerra Neto:

— pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 2-65 — Autoriza o Senhor Presidente da República a ausentar-se do País.

Pelo Senador Aloysio de Carvalho:

— pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 69-1953 — Cria o Conselho de Política da propriedade industrial e dá outras providências.

— pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 83-64 — Dispõe sobre a entrega, aos municípios, das quotas relativas à discriminação tributária da União.

Submetidos os pareceres dos Senadores Bezerra Neto e Aloysio de Carvalho à discussão e votação, sem restrições são aprovados.

Nada mais havendo a tratar, encerrou-se a reunião, lavrando eu, Maria Helena Bueno Brandão, Secretária, a presente ata que, aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente.

## Ato do Diretor-Geral

### PORTARIA Nº 26 DE 15 DE MARÇO DE 1965

O Diretor-Geral, no uso de suas atribuições, resolve designar Walter Faria, Auxiliar Legislativo, PL-10, para ter exercício na Diretoria do Arquivo, a partir de 12-3-65.

Secretaria do Senado Federal, 15 de março de 1965. — Evandro Mendes Viana, Diretor-Geral.

### ATOS DO DIRETOR-GERAL

O Diretor-Geral, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 160, itens 9 e 11, da Resolução nº 6, de 1960, deferiu os seguintes requerimentos:

DP 1.029-64 — de Alexandre Marques de Albuquerque Mello, Auxiliar Legislativo, PL-10, em que solicita re-

visão de contagem de tempo, autorizando seja considerado de efetivo exercício sua licença no período de 26-6-64 a 9 de julho de 1964, num total de 15 dias, por tratar-se de moléstia infecto-contagiosa, definida pelo Decreto nº 15.100, de 31-12-1923.

DP 1.285-64 — de Gilberto Botelho, Linotipista, FT-2, em que solicita contagem de tempo de serviço prestado à Secretaria da Câmara dos Deputados, num total de 601 dias, como Auxiliar de Limpeza;

DP 137-65 — de João Batista da Silva, Auxiliar de Limpeza PL-15, em que solicita contagem de tempo de serviço prestado ao Ministério da Viação e Obras Públicas, num total de 7.642 dias, sendo 3.641 como extranumerário e 4.001 como Motorista do Quadro Permanente;

DP 165-65 — de Jorge Paiva do Nascimento, Oficial Legislativo, PL-5, em que solicita férias relativas ao exercício de 1963, a partir de 22-2-1965.

DP — Raul de Oliveira Coelho, Auxiliar de Portaria PL-8, em que solicita férias relativas ao exercício de 1963, a partir de 22-2-1965.

DP 144-65 — Manoel Batista da Silva, Lavador de Automóvel PL-13, em que solicita férias relativas ao período de 1964, a partir de 1º-3-1965.

DP 192-65 — de Ben Hur Corrêa, Linotipista, FT-2, em que solicita férias relativas ao exercício de 1964, a partir de 3-3-1965.

de Hélio das Chagas Quirino, Marce-neiro Substituto, FT-4, em que solicita férias relativas ao exercício de 1963, a partir de 8-3-65.

de Geraldo Teodoro Ferreira, Auxiliar de Portaria, PL-8, em que solicita férias relativas ao exercício de 1963, a partir de 8-3-1965.

de José Luiz do Nascimento, Marce-neiro Substituto, FT-4, em que solicita férias relativas ao exercício de 1963, a partir de 8-3-1965;

DP 193-65 — de José Moyses Mota, Auxiliar de Portaria, PL-10 em que solicita férias relativas ao exercício de 1963, a partir de 8-3-1965;

Deferiu, nos termos do artigo 3.º e no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 160, item 35, da Resolução nº 6, de 1960, os seguintes requerimentos:

DP 05-65 — de Jorge Paiva do Nascimento, Oficial Legislativo, PL-6 solicitando cancelamento de salário-família em relação a seu dependente Ogoerto Paiva do Nascimento, a partir de dezembro de 1964;

DP 67-65 — de Mário Marques da Costa, Oficial da Ata, PL-3, solicitando cancelamento de salário-família em relação a seu filho Luiz Edmundo Mota Marques da Costa, a partir de fevereiro de 1965;

DP 79-65 — de Pedro Leão Conella, Auxiliar de Portaria, PL-9, solicitando cancelamento de salário-família em relação a seu filho Edson José Conella;

Deferiu, ainda, nos termos do artigo 4º da Resolução nº 9, de 1960 e no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 160, item 9, da Resolução nº 6, de 1960, requerimentos em que solicitam horário especial para frequência escolar dos seguintes funcionários:

Vicente de Paula de Souza, Lopes, Auxiliar Legislativo, PL-10. (DP 174 de 1965).

Amaury Gonçalves Martins, Auxiliar de Secretaria Substituto, FT-5 (DP-182-65).

Hiron de Moura Saldanha, Auxiliar de Secretaria Substituto, FT-5. (DP-183-65).

Concedeu, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 160, itens 1º e 3º do Regulamento da Secretaria e de conformidade com os respectivos atestados médicos, abono às faltas relativas ao mês de fevereiro de 1965, dos seguintes funcionários:

Helio Resino Fernandes, Encadernador, FT-5, no dia 9;  
Luiz Carlos Homem da Costa, Auxiliar Legislativo, PL-9, no dia 16

Henard de Moura Saldanha, Auxiliar de Limpeza, PL-15, no dia 16, levando a conta de licença para tratamento de saúde o dia 17;

Carmelita de Souza, Oficial Legislativo, PL-6, no dia 17;

João Azevedo da Silveira, Ajudante de Portaria, FT-7, no dia 17;

Mary de Faria Albuquerque, Oficial Legislativo, PL-6, no dia 17, levando a conta de licença para tratamento de saúde o dia 18;

Ramiro Manoel e Silva, Auxiliar de Secretaria, Substituto, FT-5, no dia 18;

Mariza Carvalho Leite, Cuimárias, Auxiliar Legislativo, PL-9, no dia 18;

Jupy de Oliveira Pereira, Auxiliar de Limpeza PL-15, nos dias 18 e 19;

Francisco Antonio Baptista Campos, Auxiliar Legislativo, PL-10, nos dias 13 e 19;

Mauro Cunha Campos M: Castro, Redator, PL-2, nos dias 18 e 19;

José Pedro de Araújo, Linotipista, FT-2, nos dias 18, 19 e 20, levando a conta de licença para tratamento de saúde os dias 21, 22, 23, 24, 25 e 26;

Myrthes Nogueira, Taquígrafo de Debates PL-4, no dia 19;

Manoel Messias do Nascimento, Servente da Administração, FT-3, no dia 19

Maria Eliza Nogueira Loddó, Oficial Bibliotecário, PL-5, no dia 19;

Maria Judith Rodrigues, Oficial Arquivologista, PL-3 no dia 19;

Ruy R. Cardoso, Oficial Legislativo, PL-3, no dia 19;

Sebastião Veiga, Oficial Legislativo PL-6, no dia 19;

Rubem Patú Trezena, Auxiliar Legislativo, PL-7, no dia 19;

Genoveva Ayres Ferreira Dias, Auxiliar Legislativo, PL-7, no dia 19;

Mário Jager, Auxiliar de Limpeza, PL-15, no dia 19;

Alacte da Cruz, Auxiliar de Limpeza, PL-15, no dia 20;

Edmir Simões Lopes Conceição, Servente da Administração, FT-8 nos dias 22 e 23;

Manoel Bezerra Laranj: Auxiliar de Limpeza, PL-15, nos dias 27, 28 e 29;

Indeferiu, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 160, item 9, da Resolução nº 6, de 1962, os requerimentos dos seguintes funcionários

de José Miguel da Silva, Auxiliar de Portaria, PL-10, em que solicita averbação do tempo de serviço prestado ao S.A.M.D.U., em regime da Consolidação das Leis do Trabalho; sem amparo legal. (DP-626-62).

de Antonio Soares, Motorista, PL-10, em que solicita devolução de documentos arquivados na Diretoria do Pessoal;

de José Euvaldo Peixoto, Taquígrafo de Debates, PL-3 em que solicita certidão de concessão de licença para tratamento de saúde, no ano de 1964, por não haver seguido os trâmites legais;

de Hilson do Amaral, Auxiliar de Limpeza, PL-11, em que solicita contagem de tempo de serviço prestado ao

Ministério da Aeronáutica, por falta de amparo legal. (DP-44-63).

de Gilberto Botelho, Linotipista, FT-2, em que solicita contagem de tempo de serviço prestado à Câmara dos Deputados como «Pro Labor», de acordo com decisões da Comissão Diretora em casos idênticos. (DP-1.235-54).

Republicar, por haver saído com incorreções no D.C.N. de 25.2.65, página 227; o abono de falta de Mariza Carvalho Leite Guimarães, Auxiliar Legislativo, PL-9 no dia 8.

Diretoria do Pessoal, 18 de março de 1965. — Maria do Carmo Rondon Ribeiro Saraiva, Diretora.

### Comissão do Polígono das Secas

#### REUNIAO DE INSTALACAO EM ONZE DE MARÇO DE MIL NOVECENTOS E SESSENTA E CINCO.

Aos onze dias do mês de março do ano de mil novecentos e sessenta e cinco, às quinze horas, no Salão Nobre, reuniu-se a Comissão do Polígono das Secas para instalação dos seus trabalhos na sessão legislativa de mil novecentos e sessenta e cinco.

Comparecem os Senhores Senadores Argemiro de Figueirêdo, Dix-huit Rosado, João Agripino, Sebastião Archer, Ruy Carneiro e Aurélio Vianna.

Na forma do parágrafo terceiro do artigo oitenta e um do Regimento Interno, assume a presidência o Sr. Senador Sebastião Archer, que comunica

ter a presente reunião o objetivo de eleger o Presidente e o Vice-Presidente desse órgão técnico para a sessão legislativa atual.

Distribuídas as cédulas e colhidos os votos, verifica-se o seguinte resultado:

Para Presidente:

Senador Ruy Carneiro ..... 5 votos  
Senador Sebastião Archer .. 1 voto

Para Vice-Presidente:

Senador Aurélio Vianna .... 5 votos  
Senador João Agripino ..... 1 voto

De acordo com esse pronunciamento, o Sr. Presidente eventual proclama eleitos Presidente e Vice-Presidente os Srs. Senadores Ruy Carneiro e Aurélio Vianna, respectivamente e convida o primeiro a assumir a direção dos trabalhos.

Ao investir-se nas funções de Presidente, o Sr. Senador Ruy Carneiro agradece a reafirmação de confiança recebida com a sua recondução ao honroso posto e congratula-se com a reeleição do Sr. Senador Aurélio Vianna à Vice-Presidência.

A seguir, o Sr. Presidente decide fixar as quinta-feiras, às quinze horas para realização das reuniões ordinárias.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião. Para constar, eu, Claudio I. C. Leal Neto, Secretário, lavrei a presente ata, que, uma vez aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente e demais Srs. Senadores presentes à reunião. — Ruy Carneiro. — Dix-huit Rosado. — Argemiro Figueirêdo — Sebastião Archer. — Aurélio Vianna. — João Agripino.

## COMISSÕES PERMANENTES

## MESA

Presidente — Moura Andrade (PSD)  
 Vice-Presidente — Nogueira da Gama (PTB)  
 1º Secretário — Dinarte Maris (UDN)  
 2º Secretário — Gilberto Marinho (PSD)  
 3º Secretário — Adalberto Sena (PTB)  
 4º Secretário — Cattete Pinheiro (PTN)  
 1º Suplente — Joaquim Parente (UDN)  
 2º Suplente — Guido Mondim (PSD)  
 3º Suplente — Vasconcellos Torres (PTB)  
 4º Suplente — Raul Giuberti (PSP-ES)

## REPRESENTAÇÃO PARTIDARIA

## PARTIDO SOCIAL DEMOCRATICO (PSD) — 22 representantes

- |                                  |                                     |
|----------------------------------|-------------------------------------|
| 1. José Giomard — Acre           | 12. Antônio Balbino — Bahia         |
| 2. Lobão da Silveira — Pará      | 13. Jefferson de Aguiar — E. Santo  |
| 3. Eugênio Barros — Maranhão     | 14. Gilberto Marinho — Guanabara    |
| 4. Sebastião Archer — Maranhão   | 15. Moura Andrade — São Paulo       |
| 5. Victorino Freire — Maranhão   | 16. Atílio Fontana — Santa Catarina |
| 6. Sigefredo Pacheco — Piauí     | 17. Guido Monodim — R. G. Sul       |
| 7. Menezes Pimentel — Ceará      | 18. Benedito Valladares — M. Gerais |
| 8. Wilson Gurgel — R. G. Norte   | 19. Filinto Müller — Mato Grosso    |
| 9. Walfredo Gurgel — R. G. Norte | 20. José Feliciano — Goiás          |
| 10. Ruy Carneiro — Paraíba       | 21. Juscelino Kubitschek — Goiás    |
| 11. José Leite — Sergipe         | 22. Pedro Ludovico — Goiás          |

## PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO (PTB) — 17 representantes

- |                                     |                                     |
|-------------------------------------|-------------------------------------|
| 1. Adalberto Sena — Acre            | 10. Pessoa de Queiroz — Pernambuco  |
| 2. Oscar Passos — Acre              | 11. José Ermírio — Pernambuco       |
| 3. Vivaído Lima — Amazonas          | 12. Silvestre Péricles — Alagoas    |
| 4. Edmundo Levi — Amazonas          | 13. Vasconcelos Torres — R. Janeiro |
| 5. Arthur Virgílio — Amazonas       | 14. Nelson Maculan — Paraná         |
| 6. Antônio Jucá — Ceará             | 15. Mello Braga — Paraná            |
| 7. Dix Huit Rosado — R. G. Norte    | 16. Nogueira da Gama — M. Gerais    |
| 8. Argemiro de Figueiredo — Paraíba | 17. Bezerra Neto — Mato Grosso      |
| 9. Barros Carvalho — Pernambuco     |                                     |

## UNIAO DEMOCRATICA NACIONAL (UDN) — 16 representantes

- |                                  |                                     |
|----------------------------------|-------------------------------------|
| 1. Zacharias de Assumpção — Pará | 9. Afonso Arinos — Guanabara        |
| 2. Joaquim Parente — Piauí       | 10. Padra Calazans — São Paulo      |
| 3. José Cândido — Piauí          | 11. Adolpho Franco — Paraná         |
| 4. Dinarte Mariz — R. G. Norte   | 12. Irineu Bornhausen — S. Catarina |
| 5. João Agripino — Paraíba       | 13. Antônio Carlos — S. Catarina    |
| 6. Rui Palmeira — Alagoas        | 14. Daniel Krieger — R. G. Sul      |
| 7. Heribaldo Vieira — Sergipe    | 15. Milton Campos — Minas Gerais    |
| 8. Eurico Rezende — E. Santo     | 16. Lopes da Costa — Mato Grosso    |

## PARTIDO LIBERTADOR (PL) — 2 representantes

1. Aloysio de Carvalho — Bahia
2. Mem de Sá — Rio Grande do Sul

## PARTIDO TRABALHISTA NACIONAL (PTN) — 2 representantes

1. Cattete Pinheiro — Pará
2. Lino de Mattos — São Paulo

## PARTIDO SOCIAL PROGRESSISTA (PSP) — 2 representantes

1. Raul Giuberti — Espírito Santo
2. Miguel Couto — Rio de Janeiro

## PARTIDO SOCIALISTA BRASILEIRO (PSB) — 1 representante

1. Aurélio Vianna — Guanabara

## MOVIMENTO TRABALHISTA RENOVADOR (MTR) — 1 representante

1. Aarão Steinbruch — Rio de Janeiro

## PARTIDO REPUBLICANO (PR) — 1 representante

1. Júlio Leite — Sergipe

## PARTIDO DEMOCRATA CRISTAO (PDC) — 1 representante

1. Arnon de Mello — Alagoas

## SEM LEGENDA

1. Josaphat Marinho — Bahia
2. Heribaldo Vieira — Sergipe

## RESUMO

|                                       |           |
|---------------------------------------|-----------|
| Partido Social Democrático (PSD)      | 22        |
| Partido Trabalhista Brasileiro (PTB)  | 17        |
| União Democrática Nacional (UDN)      | 16        |
| Partido Libertador (PL)               | 2         |
| Partido Trabalhista Nacional (PTN)    | 2         |
| Partido Social Progressista (PSP)     | 2         |
| Partido Socialista Brasileiro (PSB)   | 1         |
| Partido Republicano (PR)              | 1         |
| Partido Democrata Cristão (PDC)       | 1         |
| Movimento Trabalhista Renovador (MTR) | 1         |
| <b>Total</b>                          | <b>65</b> |
| Sem legenda                           | 1         |
| <b>Total</b>                          | <b>66</b> |

## BLOCOS PARTIDARIOS

## Bloco Parlamentar Independente

|             |             |
|-------------|-------------|
| PSP         | 2 Senadores |
| PTN         | 2 Senadores |
| PSB         | 1 Senador   |
| PR          | 1 Senador   |
| MTR         | 1 Senador   |
| PDC         | 1 Senador   |
| Sem legenda | 2 Senadores |

## LIDERANÇAS

Líder do Governo:  
Daniel Krieger (UDN)

Vice-Líder:  
Mem de Sá

## BLOCO PARLAMENTAR INDEPENDENTE

Líder: Lino de Mattos (PTN)  
 Vice-Líderes: Aurélio Vianna (PSB), Júlio Leite (PR)  
 Josaphat Marinho (sem legenda), Aarão Steinbruch (MTR), Miguel Couto (PSP), Arnon de Mello (PDC), Dilton Costa (PR)

## II PARTIDOS

## PARTIDO SOCIAL DEMOCRATICO (PSD)

Líder: Filinto Müller

Vice-Líderes:

Wilson Gonçalves  
 Sigefredo Pacheco  
 Walfredo Gurgel  
 Victorino Freire

## PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO (PTB)

Líder: Barros Carvalho

Vice-Líderes:

Bezerra Neto  
 Oscar Passos  
 Antônio Jucá

## UNIAO DEMOCRATICA NACIONAL (UDN)

Líder: Daniel Krieger

Vice-Líderes:

Eurico Rezende  
 Adolpho Franco  
 Padre Calazans  
 Lopes da Costa

## PARTIDO LIBERTADOR (PL)

Líder: Mem de Sá  
 Vice-Líder: Aloysio de Carvalho

## PARTIDO SOCIAL PROGRESSISTA

Líder: Miguel Couto  
 Vice-Líder: Raul Giuberti

## PARTIDO TRABALHISTA NACIONAL (PTN)

Líder: Lino de Mattos  
 Vice-Líder: Cattete Pinheiro

## III — PARTIDOS DE UM SO REPRESENTANTE

## MOVIMENTO TRABALHISTA RENOVADOR (MTR)

Representante: Aarão Steinbruch

## PARTIDO DEMOCRATA CRISTAO (PDC)

Representante: Arnon de Mello  
 Representante: Júlio Leite

## PARTIDO SOCIALISTA BRASILEIRO (PSB)

Representante: Aurélio Vianna

## AGRICULTURA

## PSD

TITULARES  
 1. Eugênio Barros  
 2. José Leite

SUPLENTE  
 1. José Feliciano  
 2. Atílio Fontana

## PTB

1. José Ermírio  
 2. Nelson Maculan

1. Dix-Huit Rosado  
 2. Antônio Jucá

## UDN

1. Lopes da Costa  
 2. Antônio Carlos

1. Daniel Krieger  
 2. João Agripino

## BPI

1. Dylton Costa

1. Aurélio Vianna

## CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

## PSD

TITULARES  
 1. Jefferson de Aguiar  
 2. Antônio Balbino  
 3. Wilson Gonçalves  
 4. Ruy Carneiro

SUPLENTE  
 1. Menezes Pimentel  
 2. José Feliciano  
 3. Filinto Müller  
 4. Benedito Valladares

## PTB

1. Edmundo Levi  
 2. Bezerra Neto  
 3. Arthur Virgílio

1. Argemiro Figueiredo  
 2. Mello Braga  
 3. Oscar Passos

## UDN

1. Afonso Arinos  
 2. Heribaldo Vieira  
 3. Aloysio de Carvalho

1. Daniel Krieger  
 2. Eurico Rezende  
 3. João Agripino

## BPI

1. Josaphat Marinho

1. Aarão Steinbruch

## DISTRITO FEDERAL

## PSD

## TITULARES

1. Pedro Ludovico
2. Walfredo Gurgel

## SUPLENTE

1. José Feliciano
2. Benedicto Valladares

## PTB

1. Arthur Virgílio
2. Mello Braga

1. Bezerra Neto
2. Antônio Jucá

## UDN

1. Eurico Rezende
2. Heribaldo Vieira

1. Zacarias de Assumpção
2. Lopes da Costa

## BPI

1. Aurélio Vianna

1. Lino de Mattos

## ECONOMIA

## PSD

## TITULARES

1. Atílio Fontana
2. José Feliciano
3. José Leite

## SUPLENTE

1. Jefferson de Aguiar
2. Sigefredo Pacheco
3. Sebastião Archer

## PTB

1. José Ermírio
2. Nelson Maculan

1. Bezerra Neto
2. Mello Braga

## UDN

1. Adolpho Franco
2. Lopes da Costa
3. Irineu Bornhausen

1. Zacarias de Assumpção
2. José Cândido
3. Mem de Sá

## BPI

1. Miguel Couto

1. Aurélio Vianna

## EDUCAÇÃO E CULTURA

## PSD

## TITULARES

1. Menezes Pimentel
2. Walfredo Gurgel

## SUPLENTE

1. Benedicto Valladares
2. Sigefredo Pacheco

## PTB

1. Antônio Jucá
2. Arthur Virgílio

1. Edmundo Levi
2. Mello Braga

## UDN

1. Padre Calazar
2. Mem de Sá

1. Afonso Arinos
2. Faria Tavares

## BPI

1. Arnon de Mello

1. Josaphat Marinho

## FINANÇAS

## PSD

## TITULARES

1. Victorino Freire
2. Lobão da Silveira
3. Sigefredo Pacheco
4. Wilson Gonçalves
5. Walfredo Gurgel

## SUPLENTE

1. Atílio Fontana
2. José Guimard
3. Eugênio Barros
4. Menezes Pimentel
5. Pedro Ludovico

## PTB

1. Argemiro Figueiredo
2. Bezerra Neto
3. Pessoa de Queiroz
4. Antônio Jucá

1. José Ermírio
2. Edmundo Levi
3. Mello Braga
4. Oscar Passos

## UDN

1. Faria Tavares
2. Irineu Bornhausen
3. Eurico Rezende

1. João Agripino
2. Adolpho Franco
3. Daniel Krieger

## PL

1. Mem de Sá

1. Aloysio de Carvalho

## BPI

2. Lino de Mattos
1. Aurélio Vianna

1. Josaphat Marinho
2. Miguel Couto

## INDÚSTRIA E COMÉRCIO

## PSD

## TITULARES

1. José Feliciano
2. Atílio Fontana

## SUPLENTE

1. Lobão da Silveira
2. Sebastião Archer

## PTB

1. Nelson Maculan
2. Barros Carvalho

1. Vivaldo Lima
2. Oscar Passos

## UDN

1. Adolpho Franco
2. Irineu Bornhausen

1. Lopes da Costa
2. Eurico Rezende

## BPI

1. Dilton Costa

1. Aarão Steinbruch

## LEGISLAÇÃO SOCIAL

## PSD

## TITULARES

1. Ruy Carneiro
2. Walfredo Gurgel
3. Atílio Fontana
4. Eugênio Barros

## SUPLENTE

1. José Guimard
2. Sigefredo Pacheco
3. José Leite
4. Lobão da Silveira

## PTB

1. Vivaldo Lima
2. Edmundo Levi

1. Antônio Jucá
2. Pessoa de Queiroz

## UDN

1. Eurico Rezende
2. Heribaldo Vieira

1. Lopes da Costa
2. Zacarias de Assumpção

## BPI

1. Aarão Steinbruch

1. Dilton Costa

## MINAS E ENERGIA

## PSD

## TITULARES

1. Benedicto Valladares
2. Jefferson de Aguiar

## SUPLENTE

1. Pedro Ludovico
2. Filinto Müller

## PTB

1. José Ermírio
2. Argemiro Figueiredo

1. Nelson Maculan
2. Antônio Jucá

## UDN

1. João Agripino
2. Faria Tavares

1. José Cândido
2. Afonso Arinos

## BPI

1. Josaphat Marinho

1. Arnon de Mello

## POLÍCIAS DAS SECAS

## PSD

## TITULARES

1. Ruy Carneiro
2. Sebastião Archer

## SUPLENTE

1. Sigefredo Pacheco
2. José Leite

## PTB

1. Argemiro Figueiredo
2. Dix-Huit Rosado

1. José Ermírio
2. Antônio Jucá

## UDN

1. João Agripino
2. Heribaldo Vieira

1. Lopes da Costa
2. Antônio Carlos

## BPI

1. Aurélio Vianna

1. Dilton Costa

## PROJETOS DO EXECUTIVO

## PSD

## TITULARES

1. Wilson Gonçalves
2. José Guimard
3. Jefferson de Aguiar

## SUPLENTE

1. Walfredo Gurgel
2. José Feliciano
3. Ruy Carneiro

## PTB

1. José Ermírio
2. Bezerra Neto

1. Mello Braga
2. Edmundo Levi

## UDN

1. João Agripino
2. Antônio Carlos

1. Daniel Krieger
2. Adolpho Franco

## BPI

1. Lino de Mattos

1. Aurélio Vianna

## PL

1. Mem de Sá

1. Aloysio de Carvalho

## REDAÇÃO

## CSd

## SUPLENTE

TITULARES  
1. Walfredo Gurgel  
2. Sebastião Archer

1. Lobão da Silveira  
2. José Feliciano

## PTB

1. Edmundo Levi

## UDN

1. Eurico Rezende

## BPI

1. Dilton Costa

1. Dix-Huit Rosado

1. Antônio Carlos

1. Josaphat Marinho

## RELAÇÕES EXTERIORES

## PSD

## SUPLENTE

TITULARES  
1. Benedicto Valladare  
2. Filinto Müller  
3. Menezes Pimentel  
4. José Guilomard

1. Ruy Carneiro  
2. Victorino Freire  
3. Wilson Gonçalves  
4. José Leite

## PTB

1. Nelson Maculani  
2. Antônio Jucá  
3. Mello Braga

## UDN

1. Padre Calazans  
2. João Agripino  
3. Mem de Sá

## BPI

1. Arnon de Mello

1. Pessoa de Queiroz  
2. Vivaldo Lima  
3. Oscar Passos

1. Antônio Carlos  
2. José Cândido  
3. Rui Palmeira

1. Aarão Steinbruch

## SAÚDE

## PSD

## SUPLENTE

TITULARES  
1. Sigifredo Pacheco  
2. Pedro Ludovico

1. Walfredo Gurgel  
2. Eugênio Barros

## PTB

1. Antônio Jucá

## UDN

1. Lopes da Costa

## BPI

1. Lino de Mattos

1. Dix-Huit Rosado

1. José Cândido

1. Miguel Couto

## SEGURANÇA NACIONAL

## PSD

## SUPLENTE

TITULARES  
1. José Guilomard  
2. Victorino Freire

1. Ruy Carneiro  
2. Atílio Fontana

## PTB

1. Dix-Huit Rosado  
2. José Ermírio

## UDN

1. Adolpho Franco  
2. Eurico Rezende

## BPI

1. Josaphat Marinho

1. Oscar Passos  
2. Silvestre Pérciles

1. Zacarias de Assunção  
2. Irineu Bornhausen

1. Aarão Steinbruch

## SERVIÇO PÚBLICO CIVIL

## PSD

## SUPLENTE

TITULARES  
1. Sigifredo Pacheco  
2. Victorino Freire

1. José Feliciano  
2. Filinto Müller

## PTB

1. Antônio Jucá  
2. Dix-Huit Rosado

## UDN

1. Antônio Carlos  
2. Mem de Sá

## BPI

1. Miguel Couto

1. Mello Braga  
2. Silvestre Pérciles

1. Padre Calazans  
2. Aloysio de Carvalho

1. Aurélio Vianna

## TRANSPORTES, COMUNICAÇÕES E OBRAS PÚBLICAS

## PSD

## SUPLENTE

TITULARES  
1. Eugênio Barros  
2. José Leite

1. Jefferson de Aguiar  
2. José Guilomard

## PTB

1. Bezerra Neto

## UDN

1. Irineu Bornhausen

## BPI

1. Josaphat Marinho

1. Mello Braga

1. Lopes da Costa

1. Arnon de Mello

## COMISSÕES ESPECIAIS

## A) Para Revisão do Projeto que define e regula a PROTEÇÃO AO DIREITO DO AUTOR

Criada em virtude do Requerimento nº 480-62 do Sr. Senador Milton Campos aprovado em 20 de janeiro de 1962.  
Designada em 22 de novembro de 1962.

Prorrogada até 15 de dezembro de 1963 em virtude do Requerimento número 793-62, aprovado em 12 de dezembro de 1962.

Completa em 4 de janeiro de 1963, com a designação dos Senhores Senadores Vasconcelos Torres e Edmundo Levi.

Prorrogada até 15 de dezembro de 1964 em virtude do Requerimento número 1.198-63 do Sr. Senador Menezes Pimentel aprovado em 15 de dezembro de 1963.

## Membros (7) - Partidos

Gilberto Marinho - PSD.  
Menezes Pimentel - PSD.  
Heribaldo Vieira - UDN.  
Milton Campos - UDN.  
Vasconcelos Torres - PTB.  
Edmundo Levi - PTB.  
Aloysio de Carvalho - PL.

## B) Para estudar a situação da CASA DA MOEDA

Criada em virtude do Requerimento nº 561-63, do Sr. Senador Jefferson de Aguiar aprovado em 14 de agosto de 1963. Designada em 28 de agosto de 1963.

Prorrogada até 14 de março de 1964 (90 dias) em virtude do Requerimento número 1.160-63, do Sr. Senador Jefferson de Aguiar aprovado em 10 de dezembro de 1963.

## Membros (7) - Partidos

Jefferson de Aguiar (Presidente) - PSD.  
Wilson Gonçalves - PSD.  
Arthur Virgílio - PTB.  
Edmundo Levi - PTB.  
Adolpho Franco - UDN.  
Eurico Rezende (Vice-Presidente) - UDN.  
Josaphat Marinho - S/legenda.  
Secretário: Oficial Legislativo, PL-6, J. B. Castejon Branco.

## C) Para o estudo dos efeitos da INFLAÇÃO E DA POLÍTICA TRIBUTÁRIA E CAMBIAL SOBRE AS EMPRESAS PRIVADAS

Criada em virtude do Requerimento nº 531-63, do Sr. Senador Gouveia Vieira, aprovado na sessão de 8 de agosto de 1963.

Designada em 8 de agosto de 1963.

Prorrogada em virtude do Requerimento nº 1.161, de 1963 do Senador Senador Atílio Fontana, aprovado em 10 de dezembro de 1962.

## Membros (5) - Partidos

Atílio Fontana - Presidente - PSD.  
José Feliciano - (Vice-Pr.) - PSD.  
José Ermírio - Relator - PTB.  
Adolpho Franco - UDN.  
Aurélio Vianna - PSD.  
PL-3, Julieta Ribeiro dos Santos.

## D) Para estudo das causas que dificultam a PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA e suas repercussões negativas na exportação

Criada em virtude do Requerimento nº 569-63, do Sr. Senador José Ermírio, aprovado na sessão de 20 de agosto de 1963.

Designada em 22 de agosto de 1963.

Prorrogada por 1 ano, em virtude do Requerimento nº 1.197-63 do Senador Senador Sigifredo Pacheco, aprovado em 15 de dezembro de 1963.

## Membros (5) - Partidos

José Feliciano - PSD.  
Sigifredo Pacheco (Vice-Pr.) - PSD.  
José Ermírio (Presidente) - PTB.  
Lopes da Costa - UDN.  
Aurélio Vianna (Relator) - PSD.  
Secretário: Auxiliar Legislativo, PL-10 Alexandre Marques de Albuquerque Mello.  
Reunidas: 2ª e 4ª feiras às 14 horas.

## E) Para efetuar o levantamento da PRODUÇÃO MINERAL DO PAÍS e estudar os meios capazes de possibilitar a sua industrialização

Criada em virtude do Requerimento nº 665-63, do Sr. Senador José Ermírio, aprovado na sessão de 11 de setembro de 1963.

Designada em 19 de setembro de 1963.

Prorrogada em virtude do Requerimento nº 1.159-63, do Sr. Senador Milton Campos, aprovado na sessão de 10 de dezembro de 1963.

## Membros (9) - Partidos

José Feliciano - PSD.  
Atílio Fontana - PSD.  
Eugênio Barros - PSD.  
José Ermírio (Relator) - PTB.  
Bezerra Neto - PTB.  
Mello Braga - PTB.  
Lopes da Costa - UDN.  
Milton Campos (Presidente) - UDN.  
Júlio Leite (Vice-Pr.) - PR.  
Secretário: Auxiliar Legislativo, PL-10 Alexandre Marques de Albuquerque Mello.  
Reunidas: 5ªs feiras às 16 horas.

## F) Para estudar a situação dos TRANSPORTES MARÍTIMOS E FERROVIÁRIOS

Criada em virtude do Requerimento nº 752-63, do Sr. Senador José Ermírio, aprovado na sessão de 13 de novembro de 1963.

Designada em 13 de novembro de 1963.

Prorrogada até 15 de dezembro de 1964, em virtude do Requerimento nº 1.162-63 do Sr. Senador Júlio Leite, aprovado em 10 de dezembro de 1963.

## Membros (5) - Partidos

Atílio Fontana - PSD.  
Sigifredo Pacheco - PSD.  
José Ermírio - PTB.  
Irineu Bornhausen - UDN.  
Júlio Leite - PR.  
Secretário: Oficial Legislativo, PL-10, Alexandre M. de A. Melo.

.....

**Membros — Partidos**  
 Jefferson de Aguiar — PSD.  
 Wilson Gonçalves (23 de abril de 1963) — PSD.  
 Ruy Carneiro — PS.  
 Menezes Pimentel — PSD.  
 Milton Campos — UDN.  
 Heribaldo Vieira — UDN.  
 Eurico Rezende (23 de abril de 1963) — UDN.  
 João Agripino (23 de abril de 1963) — Vice-Presidente — UDN.  
 Daniel Krieger — UDN.  
 Silvestre Péricles (23 de abril de 1963) — PTB.  
 Nogueira da Gama — PTB.  
 Barros Carvalho — PTB.  
 Aloysio de Carvalho — PL.  
 Aurélio Vianna (23 de abril de 1963) — Relator — PSB.

## 2) Projeto de Emenda à Constituição nº 2/62

**(INSTITUIR NOVA DISCRIMINAÇÃO DE RENDAS EM FAVOR DOS MUNICÍPIOS).**

Eleita em 23 de maio de 1962.  
 Prorrogada:  
 — até 15 de dezembro de 1963 pelo Requerimento 783-62, aprovado em 12 de dezembro de 1963;  
 — até 15 de dezembro de 1964 pelo Requerimento 1.145-63 aprovado em 10 de dezembro de 1963.  
 Completada em 23 de abril de 1963.

**Membros — Partidos**  
 Jefferson de Aguiar — PSD.  
 Wilson Gonçalves (23 de abril de 1963) — PSD.  
 Ruy Carneiro — PSD.  
 Lobão da Silveira — PSD.  
 Leite Neto (23 de abril de 1963) — PSD.  
 Milton Campos — UDN.  
 Heribaldo Vieira Vice-Presidente — UDN.  
 Menezes Pimentel — PSD.  
 Eurico Rezende (23 de abril de 1963) — Relator — UDN.  
 Silvestre Péricles (23 de abril de 1963) — Presidente — PTB.  
 Nogueira da Gama — PTB.  
 Barros Carvalho — PTB.  
 Aloysio de Carvalho — PL.  
 Lino de Matos — PTN.  
 João Agripino (23 de abril de 1963) — UDN.  
 Daniel Krieger — UDN.

## R) Projeto de Emenda à Constituição nº 3/62

**(AUTORIZA O TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL A FIXAR DATA PARA A REALIZAÇÃO DO PLEBISCITO PREVISTO NA EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 4 — ATO ADICIONAL).**

Eleita em 10 de julho de 1962.  
 Prorrogada:  
 — até 15 de dezembro de 1963 pelo Requerimento 787-62, aprovado em 12 de dezembro de 1962.  
 — até 15 de dezembro de 1964 pelo Requerimento 1.146, aprovado em 10 de dezembro de 1963.  
 Completada em 23 de abril de 1963.

**Membros — Partidos**  
 Jefferson de Aguiar — PS.  
 Wilson Gonçalves (23 de abril de 1963) — PSD.  
 Ruy Carneiro — PSD.  
 Lobão da Silveira — PSD.  
 Menezes Pimentel — PSD.  
 Leite Neto (23 de abril de 1963) — PSD.  
 Milton Campos — UDN.  
 Heribaldo Vieira — UDN.  
 João Agripino (23 de abril de 1963) — UDN.  
 Eurico Rezende (23 de abril de 1963) — UDN.  
 Daniel Krieger — UDN.  
 Silvestre Péricles (23 de abril de 1963) — PTB.  
 Nogueira da Gama — PTB.

Barros Carvalho — PTB.  
 Mem de Sá — PL.

## S) Projeto de Emenda à Constituição nº 5/62

**(DISPÕE SOBRE A ENTREGA AOS MUNICÍPIOS DE 30% DA ARRECAÇÃO DOS ESTADOS QUANDO EXCEDER AS RENDAS MUNICIPAIS).**

Eleita em 13 de setembro de 1962.  
 Prorrogada:  
 — até 15 de dezembro de 1963 pelo Requerimento nº 1.147-63 aprovado em 12 de dezembro de 1962;  
 — até 15 de dezembro de 1964 pelo Requerimento 1.147-63 aprovado em 10 de dezembro de 1963.

Completada em 23 de abril de 1963.  
**Membros — Partidos**  
 Jefferson de Aguiar — PSD.  
 Ruy Carneiro — PSD.  
 Lobão da Silveira — PSD.  
 Wilson Gonçalves (23 de abril de 1963) — PSD.  
 Leite Neto (23 de abril de 1963) — PSD.  
 Menezes Pimentel — Presidente.  
 Milton Campos — UDN.  
 Heribaldo Vieira — UDN.  
 Josaphat Marinho (23.4.63) — Vice-Presidente — UDN.  
 Daniel Krieger — UDN.  
 Vaga do Senador Pinto Ferreira (23.4.63) — UDN.  
 Eurico Rezende (23.4.63) — UDN.  
 Nogueira da Gama — PTB.  
 Barros Carvalho — PTB.  
 Mem de Sá — PL.  
 Miguel Couto (23.4.63) — PSP.

## T) Projeto de Emenda à Constituição nº 6/62

**(AUMENTA PARA QUATRO O NÚMERO DE REPRESENTANTES DOS ESTADOS E DO DISTRITO FEDERAL NO SENADO).**

Eleita em 13.9.62.  
 Prorrogada:  
 — até 15.12.63 pelo Requerimento 790-62, aprovado em 12.12.63;  
 — até 15.12.64 pelo Requerimento 1.148-63, aprovado em 16.12.63.  
 Completada em 23.4.63.

**Membros — Partidos**  
 Jefferson de Aguiar — PSD.  
 Ruy Carneiro — PSD.  
 Lobão da Silveira — Relator — PSD.  
 Wilson Gonçalves (23.4.63) — PSD.  
 Menezes Pimentel — PSD.  
 Milton Campos — UDN.  
 Heribaldo Vieira — UDN.  
 Josaphat Marinho — (23.4.63) — UDN.  
 Daniel Krieger — UDN.  
 Eurico Rezende — (23.4.63) — Vice-Presidente — UDN.  
 Vaga do Senador Pinto Ferreira (23.4.63) — Presidente — PTB.  
 Nogueira da Gama — PTB.  
 Barros Carvalho — PTB.  
 Mem de Sá — PL.  
 Júlio Leite (23.4.63) — PR.

## U) Projeto de Emenda à Constituição nº 7/62

**(REVOGA A EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 4, QUE INSTITUI O SISTEMA PARLAMENTAR DE GOVERNO E O ART. 61 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 18 DE SETEMBRO DE 1946).**

Eleita em 6.12.62.  
 Prorrogada:  
 — até 15.12.63 pelo Requerimento 791-62, aprovado em 12.12.63;  
 — até 15.12.64 pelo Requerimento 1.149-62 aprovada em 10.12.63.

**Membros — Partidos**  
 Ruy Carneiro — PSD.  
 Pedro Ludovico — PSD.  
 Wilson Gonçalves (23-4-63) — PSD.  
 Benedito Valladares — PSD.  
 Milton Campos — UDN.  
 Heribaldo Vieira — UDN.  
 Eurico Rezende (23-4-63) — UDN.  
 Daniel Krieger — UDN.  
 João Agripino (23-4-63) — UDN.  
 Amaury Silva (23.4.63) — PTB.  
 Nogueira da Gama — PTB.  
 Barros Carvalho — PTB.  
 Mem de Sá — PL.  
 Raul Giuberti — PSP.

## V) Projeto de Emenda à Constituição nº 1/63

**(TRABALHO DE MULHERES E MENORES E TRABALHO EM INDÚSTRIAS INSALUBRES).**

Designada em 23.4.63.  
 Prorrogada até 15.12.64 pelo Requerimento 1.150-63, aprovado em 10 de dezembro de 1963.  
**Membros — Partidos**  
 Jefferson de Aguiar — PSD.  
 Ruy Carneiro — PSD.  
 Lobão da Silveira — PSD.  
 Wilson Gonçalves — Relator — PSD.  
 Menezes Pimentel — PSD.  
 Leite Neto — PSD.  
 Amaury Silva — PTB.  
 Bezerra Neto — Vice-Presidente — PTB.

Vaga do Senador Pinto Ferreira — PTB.  
**(AUTONOMIA DOS MUNICÍPIOS)**  
 Silvestre Péricles — PTB.  
 Argemiro de Figueiredo — PTB.  
 Eurico Rezende (23.4.63) — UDN.  
 Milton Campos — UDN.  
 Daniel Krieger — UDN.  
 Josaphat Marinho — Sem Legenda.  
 Aloysio de Carvalho — PL.

## W) Projeto de Emenda à Constituição nº 2/63

**(DIREITO DE PROPRIEDADE)**  
 Designados em 23.4.63.  
 Prorrogada:  
 — até 15.12.64 pelo Requerimento 1.151-63 aprovado em 10.12.63.

**Membros — Partidos**  
 Jefferson de Aguiar — PSD.  
 Ruy Carneiro — Presidente — PSD.  
 Lobão da Silveira — PSD.  
 Wilson Gonçalves — PSD.  
 Menezes Pimentel — PSD.  
 Heribaldo Vieira — Vice-Presidente — PSD.  
 Amaury Silva — PTB.  
 Bezerra Neto — PTB.  
 Vaga do Senador Pinto Ferreira — PTB.  
 Silvestre Péricles — PTB.  
 Artur Virgílio — PTN.  
 Eurico Rezende (23.4.63) — UDN.  
 Milton Campos — Relator — UDN.  
 João Agripino — UDN.  
 Josaphat Marinho — Sem Legenda.  
 Aloysio de Carvalho — PL.

## X) Projeto de Emenda à Constituição nº 3/63

**(DISPÕE SOBRE A ADMINISTRAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL E MATÉRIA DA COMPETÊNCIA PRIVATIVA DO SENADO).**

Designada em 2.6.63.  
 Prorrogada até 15.12.64 pelo Requerimento 1.152-63, aprovado em 10 de dezembro de 1963.

**Membros — Partidos**  
 Jefferson de Aguiar — PSD.  
 Ruy Carneiro — PSD.  
 Lobão da Silveira — PSD.  
 Wilson Gonçalves — PSD.  
 Menezes Pimentel — PSD.

Leite Neto — PSD.  
 Amaury Silva — PTB.  
 Bezerra Neto — PTB.  
 Vaga do Senador Pinto Ferreira — PTB.  
 Vaga do Senador Eduardo Catalão — Vice-Presidente — PTB.  
 Vaga do Senador Eduardo Assis — Eurico Rezende — Presidente — UDN.  
 Milton Campos — UDN.  
 Daniel Krieger — UDN.  
 Aloysio de Carvalho — PL.  
 Josaphat Marinho — Relator — Em Legenda.

## Y) Projeto de Emenda à Constituição nº 4/63

**(CONCEDE IMUNIDADES AOS VEREADORES)**

Designada em 20.6.63.  
 Prorrogada até 15.12.64 pelo Requerimento número 1.153-63, aprovado em 10.12.63.

**Membros — Partidos**  
 Jefferson de Aguiar — PSD.  
 Ruy Carneiro — PSD.  
 Lobão da Silveira — PSD.  
 Wilson Gonçalves — PSD.  
 Menezes Pimentel — PSD.  
 Leite Neto — PSD.  
 Amaury Silva — PTB.  
 Bezerra Neto — PTB.  
 Vaga do Senador Pinto Ferreira — PTB.  
 Silvestre Péricles — PTB.  
 Adalberto Sena — PTB.  
 Eurico Rezende (23.4.63) — UDN.  
 Milton Campos — UDN.  
 Aloysio de Carvalho — PL.  
 Josaphat Marinho — Sem Legenda.  
 João Agripino — UDN.

## Z) Projeto de Emenda à Constituição nº 5/63

**(DISPÕE SOBRE O IMPOSTO DE VENDAS E CONSIGNAÇÕES)**

Designada em 31.6.63.  
 Prorrogada até 15.12.64 pelo Requerimento número 1.154-63, aprovado em 10.12.63.

**Membros — Partidos**  
 Jefferson de Aguiar — PSD.  
 Ruy Carneiro — PSD.  
 Lobão da Silveira — PSD.  
 Wilson Gonçalves — PSD.  
 Menezes Pimentel — PSD.  
 Leite Neto — PSD.  
 Amaury Silva — PTB.  
 Bezerra Neto — PTB.  
 Vaga do Senador Humberto Nader — PTB.  
 Argemiro de Figueiredo — PTB.  
 Eurico Rezende — UDN.  
 Milton Campos — UDN.  
 Daniel Krieger — UDN.  
 Aloysio de Carvalho — PL.  
 Josaphat Marinho — Sem Legenda.

## Z-1) Projeto de Emenda à Constituição nº 6/63

**(INELEGIBILIDADE)**  
 Designada em 2.10.63.  
 Prorrogado até 15.12.64 pelo Requerimento número 1.156-63, aprovado em 10.12.63.

**Membros — Partidos**  
 Jefferson de Aguiar — PSD.  
 Ruy Carneiro — PSD.  
 Wilson Gonçalves — PSD.  
 José Feliciano — PSD.  
 Walfrido Gurgel — PSD.  
 Argemiro de Figueiredo — PTB.  
 Bezerra Neto — PTB.  
 Silvestre Péricles — PTB.  
 Edmund Levi — PTB.  
 Eurico Rezende — UDN.  
 Milton Campos — UDN.  
 Aloysio de Carvalho — UDN.

Afonso Arinos - UDN  
 Josaphat Marinho - Sem Legenda  
 Raul Gluberti - PSP  
 José Leite - PR

## Z-2) Projeto de Emenda à Constituição nº 7/63

(TRANSFERÊNCIA PARA A RESERVA DO MILITAR DA ATIVA QUE SE CANDIDATAR A CARGO ELETIVO).

Designada em 2.10.63  
 Prorrogada até 15.12.64 pelo Requerimento número 1.158-63, aprovado em 10.12.63

### Membros - Partidos

Jefferson de Aguiar - PSD  
 Ruy Carneiro - PSD  
 Wilson Gonçalves - PSD  
 José Feliciano - PSD  
 Walfredo Gurgel - PSD  
 Argemiro de Figueiredo - PTB  
 Bezerra Neto - PTB  
 Silvestre Pêricles - PTB  
 Edmundo Levi - PTB  
 Eurico Rezende - UDN  
 Milton Campos - UDN  
 Aloysio de Carvalho - PR  
 Afonso Arinos - UDN  
 Josaphat Marinho - Sem Legenda  
 Julio Leite - PR

## Z-3) Projeto de Emenda à Constituição nº 8/63

Designada em 22.10.63  
 Prorrogada até 15.12.64 pelo Requerimento número 1.157-63, aprovado em 10.12.63.

### Membros - Partidos

Jefferson de Aguiar - PSD  
 Ruy Carneiro - PSD  
 José Feliciano - PSD  
 Wilson Gonçalves - PSD

Bezerra Neto - PTB  
 Edmundo Levi - PTB  
 Argemiro de Figueiredo - PTB  
 Mello Braga - PTB  
 Eurico Rezende (23.4.63) - UDN  
 Aloysio de Carvalho - UDN  
 Afonso Arinos - UDN  
 Josaphat Marinho - Relator - Sem Legenda

Aurélio Vianna - PTB  
 Julio Leite - PR

## Z-4) Projeto de Emenda à Constituição nº 1/64

(Eleição automática do Vice-Presidente com o Presidente da República)

Designada em 26.2.1964

Jefferson de Aguiar (PSD).  
 Ruy Carneiro (PSD).  
 Louão da Silveira (PSD).  
 Wilson Gonçalves (PSD).  
 José Feliciano (PSD).  
 Bezerra Neto (PTB).  
 Arthur Virgílio (PTB).  
 Antônio Jucá (PTB).  
 Oscar Passos (PTB).  
 Antônio Carlos (UDN).  
 Aloysio de Carvalho (PL).  
 Eurico Rezende (UDN).  
 Milton Campos (UDN).  
 Josaphat Marinho (BPD).  
 Julio Leite (BPD).  
 Aurélio Vianna (BPD).

## Z-5) Projeto de Emenda à Constituição nº 2/64

(Da nova redação à alínea c, do art. 101 e ao item IX do art. 124 da Constituição Federal, a fim de estabelecer que sejam processados e julgados nos crimes comuns:  
 - os membros do Congresso Nacional, pelo Supremo Tribunal Federal;  
 - os membros das Assembleias Legislativas, pelos Tribunais de Justiça).

Designada em 25.5.1964  
 Jefferson de Aguiar (PSD).  
 Antônio Balbino (PSD).  
 Wilson Gonçalves (PSD).  
 Ruy Carneiro (PSD).  
 Menezes Pimentel (PSD).  
 Edmundo Levi (PTB).  
 Bezerra Neto (PTB).  
 Arthur Virgílio (PTB).  
 Oscar Passos (PTB).  
 Afonso Arinos (UDN).  
 Milton Campos (UDN).  
 Eurico Rezende (UDN).  
 Aloysio de Carvalho (PL).  
 Josaphat Marinho (BPD).  
 Aurélio Vianna (BPD).  
 Aarão Steinbruch (BPD).

## COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

CRIADAS DE ACORDO COM O ART. 53 DA CONSTITUIÇÃO E O ART. 149, ALÍNEA A, DO REGIMENTO INTERNO.

1ª) Para apurar a aquisição, pelo Governo Federal, dos acervos de concessionárias de serviços públicos e a importação de chapas de aço para a Cia Siderúrgica Nacional.

Criada pela Resolução número 11, de 1963, assinada pelo Senhor Nelson Maculan e mais 28 Senhores Senadores (apresentada em 30 de maio de 1963).

Designada em 31 de maio de 1963  
 - Prazo - 120 dias, até 28 de setembro de 1963.

Prorrogada:  
 - Por mais 120 dias, em virtude da aprovação do Requerimento número 658-63, do Senhor Senador João Agripino, na sessão de 18 de setembro de 1963 (21 horas).

- por mais um ano, em virtude da aprovação do Requerimento número 1.173-63, do Senhor Senador Leite Neto, na sessão de 13 de dezembro de 1963.

### Membros - Partidos

Jefferson de Aguiar - PSD  
 Leite Neto (Presidente) - PSD  
 Nelson Maculan - PTB  
 João Agripino (Relator) - UDN  
 Josaphat Marinho - Sem Legenda

2ª) Para apurar fatos apontados da tribuna do Senado e outros, relacionados com irregularidades graves e corrupção no Departamento de Correios e Telégrafos.

Criada pela Resolução número 1, de 1963, assinada pelo Senhor Jefferson de Aguiar e mais 33 Senhores Senadores (apresentada na sessão de 30 de outubro de 1963).

Prazo - até o fim da sessão legislativa de 1963.

Prorrogação por 90 dias até 15 de março de 1964, em virtude do Requerimento número 1.163-63 do Senhor Senador Wilson Gonçalves, aprovado na sessão de 10 de dezembro de 1963 (21.30).

Designação em 6 de dezembro de 1963.

Membros (11) - Partidos  
 Jefferson de Aguiar - PSD  
 Leite Neto - PSD  
 Atílio Fontana - PSD  
 Wilson Gonçalves - Presidente - PSD

Artur Virgílio - PTB  
 Bezerra Neto (8.11.63) - Vice-Presidente - PTB  
 Mello Braga - PTB  
 João Agripino - UDN  
 Daniel Krieger - UDN  
 Eurico Rezende (23.4.63) - UDN  
 Aurélio Vianna - PSB  
 Secretário: Auxiliar Legislativo PL-9, J. Ney Passos Dantas